

DAYANE DA SILVA SANTOS ALTOÉ

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ESCOLA
TÉCNICA ESTADUAL AGRÍCOLA ANTONIO SARLO

Campos dos Goytacazes



2017

© 2017 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Todos os direitos reservados. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na internet ou outros), sem a autorização, por escrito, da Essentia Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca *campus* Campos Centro. Setor de Processos Técnicos (IFF)

A472p Altoé, Dayane da Silva Santos

Políticas para educação profissional: a trajetória histórica da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo / Dayane da Silva Santos Altoé.
– Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2017.
156 p. il.

ISBN 978-85-99968-51-2

1. Ensino profissional – Brasil – História. 2. Ensino técnico – Brasil – História. 3. Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo – Campos dos Goytacazes (RJ) – História. II. Título.

CDD-361.610981

Essentia Editora
Rua Coronel Walter Kramer, 357
Parque Santo Antônio | Campos dos Goytacazes/RJ
CEP 28080-565 | Tel.: (22) 2737 5648
essentia@iff.edu.br | www.essentiaeditora.iff.edu.br

Tiragem: 500 exemplares
Impressão: Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.
Tel.: (31) 3198 1100

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor
Pró-Reitor de Administração
Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas
Pró-Reitora de Ensino e Aprendizagem
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Inovação

Jefferson Manhães de Azevedo
Guilherme Batista Gomes
Aline Naked Chalita Falquer
Christiane Menezes Rodrigues
Jose Luiz Sanguedo Boynard
Vicente de Paulo Santos de Oliveira

Conselho Editorial 2016

Adriano Carlos Moura
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Desiely Silva Gusmão Taouil
Edinalda Maria Almeida da Silva
Edson Carlos Nascimento
Helvia Pereira Pinto Bastos
Inez Barcellos de Andrade
Jefferson Manhães de Azevedo
José Augusto Ferreira da Silva
Judith Maria Daniel de Araújo
Kíssila da Conceição Ribeiro
Luciano Rezende Moreira
Luiz de Pinedo Quinto Junior
Marcos Antônio Cruz Moreira
Maria Amelia Ayd Corrêa
Maria Inês Paes Ferreira
Paula Aparecida Martins Borges Bastos
Pedro de Azevedo Castelo Branco
Roberto Moll Neto
Vicente de Paulo Santos Oliveira
Wander Gomes Ney

Conselho Consultivo

Adalberto Cardoso (IESP/UERJ)
Antonio Carlos Secchin (UFRJ)
Antonio José da Silva Neto (UERJ)
Asterio Kiyoshi Tanaka (UNIRIO e UFRJ)
Erica Maria Pellegrini Caramaschi (UFRJ)
Fernando Benedicto Mainer (UFF)
Fernando Pruski (UFV)
Francisco de Assis Esteves (UFRJ)
Gaudêncio Frigotto (UFF)
Hamilton Jorge de Azevedo (UFRRJ)
Helder Gomes Costa (UFF)
Iná Elias de Castro (UFRJ)
Jader Lugon Junior (IFF/UERJ/SENAI)
Janete Bolite Frant (PUC/SP)
José Abdallah Helayël-Neto (CBPF/MCT)
Rodrigo Valente Serra (ANP)
Ronaldo Pinheiro da Rocha Paranhos (UENF)
Sérgio Arruda de Moura (UENF)
Vera Lucia Marques da Silva (FBPN)
Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes (UFF)

Equipe Editorial

Editor Executivo
Editora Científica
Revisão de língua portuguesa
Revisão técnica
Catalogação
Capa

Projeto Gráfico

Diagramação

Adriano Carlos Moura
Inez Barcellos de Andrade
Denise Rena Haddad
Regina Mara Conceição de Campos
Inez Barcellos de Andrade
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Lázaro Augusto Alecrim Vieira
Cláudia Marcia Alves Ferreira
Lázaro Augusto Alecrim Vieira
Cláudia Marcia Alves Ferreira

Capa elaborada a partir de uma imagem de

Dayane da Silva Santos Altoé

*Ao meu pai Wilson e à minha avó Felina,
a vocês, o meu amor eterno.*

Agradecimentos

Este livro é fruto de dois anos de pesquisa desenvolvida no mestrado do Programa de Pós- Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Processo repleto de tensões, incertezas mas também de momentos de realizações.

Alguns desafios surgiram, pois realizar uma pesquisa sem bolsas de estudos, além de conciliar esse trabalho com as minhas atividades enquanto professora na Educação Básica, realmente não foi uma tarefa fácil. Mas a ajuda de inúmeras pessoas que encontrei durante a trajetória foi, sem dúvidas, fundamental para que eu conseguisse chegar até aqui. Por esse motivo, tentarei com este breve texto demonstrar toda a minha gratidão a esses companheiros de jornada.

Devo agradecer primeiramente a minha mãe Zezé, com quem eu aprendi tudo; a nossa caminhada enquanto uma pequena família foi bastante difícil, mas tudo foi superado por meio da nossa cumplicidade e amizade.

Agradeço aos meus professores Everardo Paiva e Marcele Torres por terem, ainda na graduação, me apresentado o mundo da pesquisa, embora com recursos tão limitados. A ela agradeço também por ter me concedido a melhor oportunidade da minha vida, a de me tornar professora.

Agradeço à professora Silvia Alcía por ter me recebido com tanto respeito e carinho. Obrigada por sua orientação criteriosa, mas principalmente pela paciência e generosidade.

Aos professores Paulo Marcelo, Sônia Nogueira, Marcos Pedlowski e Marcelo Gantos agradeço pelas contribuições teóricas e metodológicas, sem as quais este trabalho não teria o mesmo desenvolvimento.

Agradeço ao diretor André, aos professores Pedro e Sérgio, aos alunos do terceiro ano do ensino médio do ano de 2011 e aos funcionários da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, ao Sóia e, especialmente, à Cláudia, por colaborarem de forma indispensável para a realização deste trabalho. Obrigada por terem feito da minha pesquisa de campo o momento mais incrível desta trajetória.

Agradeço de forma muito especial a participação belíssima do professor Fernando da Silveira, pelo seu cuidado e atenção com o meu trabalho. Que maravilhoso ter a oportunidade de conhecê-lo!

Agradeço aos colegas do CJPII pelas palavras de conforto e incentivo. Obrigada Camila, Helena Willy, Lucas, Maguinho, Marcelo, Christiane, Patrícia, Kariny, Lalian, Luise, Regina, Diana, Rose e Maria Lúcia.

Agradeço também aos meus colegas do Instituto Superior de Educação (ISEPAM).

Agradeço ao professor Erivelton Rangel pelas correções ortográficas.

Aos amigos da minha história e ao meu amigo-irmão Renan, pelo companheirismo e pelas contribuições teóricas, e à minha amiga Karine por estar sempre ao meu lado e por ter contribuído na revisão do texto.

Aos meus amigos de mestrado Raquel, Zandor, Felipe, Diego e, principalmente, a Fê, com quem certamente compartilhei o melhor e o pior desta jornada.

Finalmente, agradeço ao meu amor André por ter sonhado comigo este sonho.

*“A conquista de um objetivo se inicia na capacidade
que todos temos de pensar e sonhar”.*

(Placa de formandos da turma do terceiro ano do ensino médio da ETEAAS, no ano de 2011).

Lista de ilustrações

Foto 1 - Sede administrativa da escola.....	88
Foto 2 - Horta da escola na Fazenda Aldeia.....	88
Foto 3 - Fachada do alojamento da escola.....	130
Foto 4 - <i>Stand</i> da ETEAAS na Exposição Agropecuária.....	137

Lista de gráficos

Gráfico 1	66
Evolução do crédito rural no Brasil – Financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2009	
Gráfico 2	120
Acompanhamento de número de alunos por curso da ETEAAS entre 1999 e 2010	

Lista de quadros

Quadro 1	62
Urbanização (em %) da população brasileira a partir da década de 1940	
Quadro 2	73
Brasil: índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura, 1967-1975	
Quadro 3	96
Evolução da distribuição da população economicamente ativa por grupos de ocupações entre os anos (1970-1991)	
Quadro 4	122
Motivos destacados pelos núcleos entrevistados sobre o declínio das demandas de alunos para o curso técnico em agropecuária	

Lista de tabelas

Tabela 1	70
Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, segundo diversos indicadores, 1949 a 2006	
Tabela 2	106
Escolas estaduais que oferecem o curso técnico em agropecuária no Rio de Janeiro	

Lista de abreviaturas e siglas

- AA** - Aprendizado Agrícola
- ABCAR** - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
- ACAR** - Associações de Crédito e Assistência Rural
- ATARJ** - Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro
- ATER** - Assistência Técnica de Extensão Rural
- CEAAS** - Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo
- CREAI** - Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
- CEFET** - Centro Federal de Educação Tecnológica
- CETEP** - Centro de Ensino Técnico Profissionalizante
- COAGRI** - Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário
- COAGRO** - Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro
- CGT** - Confederação Geral dos Trabalhadores
- CONTAP** - Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso
- COOPERPLAN** - Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- DEDR** - Divisão de Ensino e Divulgação Rural do Rio de Janeiro
- DEA** - Diretoria de Ensino Agrícola
- DNPEA** - Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação Agropecuárias
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
- EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMBRATER** - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
- ETEAAS** - Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo
- FAETEC** - Fundação de Apoio à Escola Técnica
- FAPERJ** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FS** - Força Sindical
- FRM** - Fundo de Participação dos Municípios
- IAA** - Instituto do Açúcar e do Alcool
- LDBEN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura
- PA** - Patronato Agrícola
- PESAGRO-RIO** - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
- PLANALSUCAR** - Programa de Melhoramento da Cana-de-Açúcar
- PROÁLCOOL** - Programa Nacional do Alcool
- SEAV** - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário

SECTI - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENETE - Secretaria Nacional do Ensino Técnico

SESG - Secretaria de Ensino de 2.º grau

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

Sumário

Prefácio.....	15
Apresentação.....	19
Introdução.....	21

CAPÍTULO I - Um pouco da história normativa: a educação profissional em agropecuária no Brasil entre os séculos XX e XXI.....35

1.1 A evolução da Educação Profissional Agrícola no início do século XX.....	36
1.2 A educação profissional agrícola durante o período Vargas.....	40
1.3 A primeira Lei Nacional da Educação.....	42
1.4 A educação profissional em tempos de Ditadura Militar.....	43
1.5 As políticas para a educação profissional agrícola a partir dos anos 90.....	47
1.6 Os projetos políticos em disputas: a busca pela construção do ensino profissionalizante no Brasil no âmbito da Lei 9.394/96.....	49
1.7 A Educação Profissional e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).....	52
1.8 Formação profissional separada ou integrada à formação geral? Os decretos 2.208/97 e 5154/04.....	52
1.9 A (re) significação do ensino agrícola: a construção de políticas na atualidade.....	55

CAPÍTULO II - A modernização do setor agropecuário entre os anos 1950-70 e um breve histórico do setor sucroalcooleiro campista.....59

2.1 Algumas características iniciais da modernização do setor agropecuário no Brasil.....	60
2.2 A industrialização como fator modernizador da agropecuária: os anos de 1950 e 1960.....	61
2.3 A década de 70: a consolidação dos instrumentos modernizadores e a construção de uma modernização conservadora.....	63
2.3.1 O crédito Rural.....	65
2.3.2 Extensão Rural.....	67
2.3.3 A pesquisa em agropecuária na década de 1970.....	71
2.4 O setor sucroalcooleiro e a formação técnica em agropecuária.....	74
2.5 Breve histórico das transformações no setor sucroalcooleiro em Campos dos Goytacazes.....	75

CAPÍTULO III - A construção e as transformações de uma instituição formativa: a ETEAAS entre os anos 1950 e 1990.....81

3.1 Um resgate histórico e a construção de uma instituição formativa.....	83
3.2 A Escola Agrotécnica de Campos no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio e a construção de uma tradição formativa.....	86
3.3 Um tempo de transformações: De Escola Agrotécnica de Campos a Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo.....	94
3.3.1 As mudanças do setor agropecuário e suas influências na dinâmica do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo.....	95
3.3.2 O Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo e a Secretaria Estadual de Educação.....	97

CAPÍTULO IV - A gestão da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - Fundação de Apoio à Escola Técnica - e a redução do número de alunos na visão de seus atores.....	105
4.1 Um período de euforia na gestão SECTI-FAETEC.....	108
4.2 Analisando a esfera externa: a diversificação da economia campista e suas influências às demandas da formação técnica em agropecuária na gestão da SECTI-FAETEC.....	110
4.3 A esfera interna: a gestão da SECTI-FAETEC e as transformações das demandas de alunos na visão de seus atores.....	120
4.3.1 A disponibilidade e a centralização dos recursos financeiros.....	122
4.3.2 O encerramento das atividades do alojamento.....	126
4.3.3 Efetivação de políticas de convênios e parcerias para a realização de estágios.....	133
4.3.4 Ineficiência dos mecanismos de divulgação do curso técnico.....	136
Considerações Finais.....	141
Referências.....	147
Apêndices.....	153

Prefácio

O ensino profissional agrícola em Campos dos Goytacazes: uma instituição entre duas lógicas

Campos dos Goytacazes se caracterizou historicamente por ser uma cidade que concentrou instituições educacionais de relevância, que nos levam a afirmar, sem medo de errar, que era a segunda cidade do Estado do Rio de Janeiro — em épocas em que a cidade do Rio de Janeiro não pertencia ao Estado — em importância educacional, concorrendo com Niterói, capital do Estado por longas décadas.

Lembramos principalmente do Liceu de Humanidades de Campos e da antiga Escola Normal de Campos, que logo iria se transformar no Instituto de Educação de Campos, denominado posteriormente IEPAM, e hoje ISEPAM.

No que diz respeito ao ensino técnico, a cidade também fez história. O Liceu de Artes e Ofícios, depois denominado Bittencourt da Silva, foi fundado em 12 de maio 1895, seguindo os moldes do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. De cunho filantrópico, foi o antecedente mais longínquo do ensino industrial, criado em princípio, por Clovis Arrault, como Curso de Desenho. Este viria a ser acompanhado mais tarde pela Escola de Aprendizes e Artífices, criada em 1909, no bojo do conjunto de instituições que Nilo Peçanha inaugurou nas capitais brasileiras. E em 1923 começou a funcionar a primeira escola Profissional Feminina da cidade, mantida pelo estado, a Nilo Peçanha.

Essas instituições foram e estão sendo estudadas pelo grupo de pesquisa sob minha coordenação, desde o Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e o Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem, do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense.

Outra instituição importante para a região é a Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, criada no ano de 1955, cuja trajetória despertou a atenção de Dayane da Silva Santos. Dayane uniu-se ao grupo de pesquisa que estuda instituições escolares no norte fluminense motivada por uma dupla problemática: conhecer a história da instituição e compreender por que, em um contexto de crescimento do ensino técnico no Brasil, essa instituição estava perdendo alunos.

Esse é o tema central do livro que o leitor tem em mãos: “Políticas para a educação profissional: a trajetória histórica da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo”, fruto da dissertação de mestrado defendida pela autora no mencionado programa de pós-graduação, a quem tive a honra de orientar.

Uma contribuição na área de ensino profissional agrícola

O mergulho inicial na literatura educacional direcionou-se a compreender a trajetória das políticas públicas destinadas à educação profissional agrícola no contexto nacional, priorizando como recorte temporal os séculos XX e XXI. Apesar de essas instituições, como a autora explicita, terem nascido ainda no final do Império, naquele contexto se caracterizavam pelo forte caráter disciplinador, direcionada a crianças pobres ou abandonadas ou com problemas com a lei. Apenas no século XX as instituições de ensino profissionalizante, denominadas escolas agrotécnicas, foram criadas com a preocupação de formar profissionais capazes de contribuir com a modernização do setor agropecuário, daí o recorte da autora.

O balanço bibliográfico realizado pela autora possibilitou-a perceber, para além do movimento da própria história da educação profissional agrícola, a escassez de trabalhos científicos que se dedicam a essa modalidade do ensino profissional no Brasil. Se essa constatação apresentou um certo entrave prático na hora da escrita da pesquisa, acabou por provocar um dos grandes méritos do trabalho de Dayane, qual seja: o de contribuir, desde um olhar regional, para a escrita da história do ensino profissional destinado ao setor agropecuário brasileiro.

Mas não só. A legislação que se ocupa do ensino profissional, bem complexa nas últimas décadas, também foi alvo do estudo, assim como as novas políticas para esse setor profissional.

Por outro lado, para explicitar o contexto regional que levaria à criação de uma escola agrotécnica na cidade de Campos, o foco do segundo capítulo é o setor agropecuário, especialmente o setor sucroalcooleiro campista, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, e sua relação com o momento pelo qual o Brasil estava atravessando, a partir da leitura de autores dedicados ao assunto. Sem a compreensão da particularidade regional não seria possível entender a criação da escola técnica agrícola, suas particularidades e a importância que ela assumiu no contexto norte e noroeste fluminense, marcada pela singularidade de ser a única na região direcionada a esse setor.

Criação, ampliação e decadência de uma escola de ensino agrícola: a “maldição do petróleo”?

A trajetória e a realidade atual da instituição propriamente dita são abordadas nos capítulos seguintes. Primeiramente, a autora identifica claramente as fases pelas quais passou a instituição, sem deixar de elucidar essas etapas em consonância com as mudanças que aconteceram no plano regional e nacional, tanto na esfera política

quanto na econômica. Para compreender a trajetória da instituição, a pesquisadora — historiadora de origem — fez jus a sua formação, analisando documentos e fontes primárias de relevância para o trabalho. Assim, Dayane identificou que a Escola Agrotécnica de Campos, vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio, dedicada a formar técnicos agrícolas que favorecessem inovações para o setor, transformou-se em Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo sob sua responsabilidade até o ano de 1999. Após essa data, a instituição ficou vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) - Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), permanecendo sob sua responsabilidade até hoje.

Ao centrar o olhar no contexto atual, ou seja, na gestão da instituição sob a responsabilidade da SECTI-FAETEC e na diminuição do número de alunos que procuram a escola, a autora entende não ser possível ignorar tanto algumas decisões tomadas pela rede em questão, como as transformações do próprio setor produtivo regional, marcado pelo processo de declínio das atividades sucroalcooleiras e a emergência das atividades petrolíferas no município. Para chegar a essa compreensão, além de estudar a conjuntura econômica, social e política, a autora ouviu os sujeitos que dia após dia fazem a instituição: gestores, professores e alunos. Suas vozes estão retratadas no capítulo final, no qual aparecem problemas relativos à gestão, ao cotidiano e ao seu entendimento sobre as causas do desprestígio dessa instituição de educação profissional agrícola na cidade.

Ao aproximar claramente os campos da história da educação, da sociologia e da política, a autora faz um estudo em educação que dá conta de explicar tanto a gênese de um processo, quanto sua produção e sua transformação ou decadência final.

Dessa forma, a leitura deste livro muito pode contribuir com a compreensão da complexidade conjuntural da região. Mas para além do olhar regional, o trabalho abre possibilidades para realizar comparações, ou seja, para pensar relacionalmente com outras realidades de outros cantos do nosso heterogêneo Brasil, que possibilite encontrar regularidades, mas também grandes diversidades a respeito da educação profissional agrícola na atualidade.

Por isso, no trabalho, não deixam de aparecer duas lógicas que marcam a realidade do ensino técnico brasileiro: sua expansão, inclusive a educação agrícola, pelas políticas federais e a retração do incentivo a seu crescimento pela política estadual.

Silvia Alicia Martínez

*Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*

Apresentação

Este trabalho é resultado de minha dissertação de mestrado defendida, no ano de 2012, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. A pesquisa que originou este livro teve como proposta lançar a discussão em torno das políticas públicas voltadas para a educação profissional agrícola, em Campos dos Goytacazes (RJ). A instituição escolar lócus deste estudo é a Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, criada no ano de 1955. Apesar de ser uma escola importante na formação técnica, atualmente se constata que a instituição tem passado por um processo de desprestígio no cenário educacional, devido ao declínio acentuado do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária.

Com o objetivo de buscar compreender os motivos de tal declínio, realizou-se uma pesquisa qualitativa aliada à construção de um histórico da instituição. Além disso, empreendeu-se a reconstrução da trajetória das políticas destinadas à educação profissional agrícola, bem como uma análise dos aspectos mais importantes do setor agropecuário campista, a fim de entender as influências política e econômica para a atual situação do curso.

A pesquisa utilizou fontes, as quais foram produzidas a partir da interlocução dos sujeitos, a respeito do tema da investigação. Nesse caso, trabalhou-se com a realização de entrevistas, que permitiram reconhecer as visões e diferentes interpretações produzidas pelos sujeitos que atuam na referida escola.

As opiniões desses sujeitos apontam duas esferas que influenciam na redução do número de alunos para a formação técnica em agropecuária: uma externa, relacionada às transformações econômicas vivenciadas pelo município de Campos, e outra interna, vinculada às decisões tomadas no âmbito da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, gestora da instituição escolar desde 1999.

Introdução

O ensino agrícola regular, no Brasil, surgiu no fim do período imperial, quando foram implantadas as primeiras instituições profissionalizantes de educação agrícola destinadas à formação de agrônomos. No início do século XX, a educação agrícola do país tinha entre seus objetivos a ênfase nos aspectos disciplinares, que visava regenerar os indivíduos por meio da vida no campo. Nesse século, especialmente na década de 1940, as políticas destinadas à educação profissional agrícola evoluíram tornando-se mais centralizadas (SOBRAL, 2004).

Durante a década de 1950, deu-se a intensificação do processo de industrialização brasileira, bem como o surgimento das agroindústrias. Nesse momento, foram implantadas políticas voltadas à modernização do setor agropecuário. Como consequência, ocorreu a expansão das escolas agrotécnicas, que foram ampliadas com o objetivo de atender as demandas desse setor em pleno desenvolvimento. Segundo Sobral (2004), o cenário econômico nacional, marcado pelo capital agroindustrial emergente, passou a requerer um profissional que, por meio do projeto de Extensão Rural, pudesse ser responsável pela difusão de tecnologias entre os agricultores, visando assim ao aumento da produtividade do setor agropecuário. Essa necessidade fez surgir o profissional técnico agrícola.

Nesse contexto, foi criada no município de Campos dos Goytacazes¹ a Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo (ETEAAS), instituição escolar lócus desta iniciativa de pesquisa, a qual foi inicialmente chamada de Escola Agrotécnica de Campos, criada nos anos de 1955-56 com o intuito de formar técnicos em agropecuária e com a finalidade de estimular a aplicação de técnicas para melhoria da produtividade agrícola na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro.

Vale destacar que o município onde a escola está localizada foi considerado, entre as décadas de 1930 e 1970, o maior produtor de açúcar do país e da América Latina. Nessa conjuntura, a ETEAAS foi construída a partir da articulação do Estado junto aos fornecedores de cana-de-açúcar da região, os quais deveriam disponibilizar recursos para a construção e manutenção da escola agrícola. Entretanto o Estado, por meio da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, se colocou como o principal administrador de recursos destinados à sua construção (OLIVEIRA, 1991).

¹ Campos dos Goytacazes é uma cidade interiorana situada no estado do Rio de Janeiro - Brasil, caracterizada por ter sido uma das principais produtoras de açúcar do Brasil desde o século XIX até o início do século XX. Sua economia foi afetada pela crise do setor sucroalcooleiro (década de 1970), que causou grandes impactos no desenho demográfico da região, entre eles a alta mobilidade de populações residentes da área rural em direção à área urbana da cidade.

Influenciada pelas políticas de educação nacional, a ETEAAS sofreu algumas mudanças administrativas. No início das suas atividades, esteve ligada à Secretaria Estadual de Agricultura; porém, no ano de 1971, vinculou-se à Secretaria Estadual de Educação. Na década de 90 uma nova mudança ocorreu. Em 1999, sendo a única escola da rede estadual a oferecer formação técnica em agropecuária, foi incorporada pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, vinculada à Fundação de Apoio à Escola Técnica (SECTI-FAETEC)².

Desde sua criação, a ETEAAS desfrutou de uma posição singular de reconhecimento, por ser, durante anos, a única escola estadual voltada para a formação de técnicos em agropecuária da região Norte Fluminense e também por oferecer alojamento para alunos residentes, o que possibilitou, ao longo da sua história, o recebimento de alunos oriundos de outros municípios e estados brasileiros como Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Pará, Bahia, Pernambuco, entre outros³.

Apesar disso, ainda no início dos anos 2000, a escola passou a apresentar um declínio do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária, o qual vem se acentuando profundamente nestes últimos anos, na gestão da SECTI-FAETEC⁴. Esse declínio contraria uma realidade nacional divulgada pelo Censo Escolar (2012), no qual o curso técnico em agropecuária aparece em terceiro lugar entre os dez cursos de educação profissional com maior número de alunos, totalizando 48.068 matrículas.

Dessa forma, ao considerar a redução do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária no município de Campos dos Goytacazes e o recente processo de incorporação da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo à SECTI-FAETEC, o tema desta pesquisa foi construído a partir das seguintes questões:

- De que modo as políticas destinadas à Educação Profissional Agrícola, especialmente as estabelecidas pela SECTI-FAETEC, contribuem para mudanças na formação técnica em agropecuária e para o declínio do número de alunos?
- Como os fatores econômicos influenciam as transformações dessa formação no município de Campos, especialmente o número de alunos?
- E, finalmente, quais motivos, destacados pelos sujeitos da escola, entre eles diretores, professores, alunos e representantes da SECTI-FAETEC, explicariam a retração das matrículas para formação técnica em agropecuária na atualidade?

² A rede estadual de educação do Rio de Janeiro possui atualmente nove escolas que oferecem a formação técnica de nível médio em agropecuária. Contudo, todas essas continuam sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

³ A partir do ano de 2011 houve, por determinação da SECTI-FAETEC, o encerramento do recebimento de alunos para o alojamento. Tal determinação será analisada em um momento mais oportuno deste trabalho. Importa ainda destacar que o alojamento desde sua criação é exclusivamente masculino.

⁴ Segundo os dados de matrículas para o curso de agropecuária, fornecidos pela secretaria da própria escola, em 1999, todo o curso técnico em agropecuária em nível médio possuía um total de 208 alunos; em 2007 teve o seu menor número, 49 alunos ao todo; em 2010 teve um aumento da quantidade total de alunos, alcançando 72 alunos e, no ano de 2011, esse número foi de 59 alunos.

Após tais questionamentos, esta iniciativa buscou ainda alcançar os seguintes objetivos: investigar de que maneira as políticas educacionais para a educação profissional ao longo da história colaboram para as transformações nas demandas de alunos do curso técnico em agropecuária da ETEAAS; entender de que maneira as transformações econômicas ocorridas no município de Campos alteram o prestígio da tradicional formação profissional oferecida pela ETEAAS; analisar de que forma as decisões tomadas no âmbito da SECTI-FAETEC contribuem para o declínio da formação técnica em agropecuária. E, por fim, identificar as diferentes visões dos sujeitos da escola sobre os motivos da redução do número de alunos para o curso nos últimos anos.

Para a realização dos objetivos descritos, este trabalho estruturou-se em quatro capítulos.

O primeiro capítulo traz uma retrospectiva histórica da educação profissional agrícola no Brasil, desde o início do século XX até o momento atual. Seu objetivo principal é analisar a trajetória normativa da educação profissional agrícola, tendo em vista a identificação das políticas educacionais, suas intencionalidades para essa modalidade de ensino técnico, além das consequências e implicações. O interesse dessa retrospectiva não é apenas o de fornecer uma visão conjuntural da evolução das políticas para a educação profissional mas também de identificar as raízes das especificidades da educação profissional agrícola.

No segundo capítulo, para uma melhor análise das influências dos fatores econômicos para o prestígio da formação técnica em agropecuária, especialmente no município de Campos dos Goytacazes, buscou-se analisar o processo de modernização brasileira da agricultura e da pecuária, desencadeado nas décadas de 1950 e 1970, o qual influenciou diretamente no aumento da produtividade entre os agricultores integrados às agroindústrias. De acordo com o trabalho de Contini et al. (2010), essa modernização foi impulsionada pela criação de instrumentos modernizadores, entre eles a política de créditos facilitados, iniciada na segunda metade dos anos 60; a política de extensão rural e, por fim, a pesquisa em agropecuária. Dessa forma, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi alterada em sua base produtiva.

Nesse capítulo também se buscou compreender parte da dinâmica do setor agropecuário campista; nesse caso, procurou-se empreender a construção de um breve histórico sobre a atividade sucroalcooleira. Para tanto, recorreu-se ao aporte teórico encontrado no trabalho de Silva e Carvalho (2004). A escolha pela atividade sucroalcooleira e não outra se deve ao fato de ser essa uma tradição produtiva do município, reconhecida nacionalmente. Além disso, a criação da ETEAAS no município de Campos esteve diretamente relacionada ao seu prestígio por ser um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Brasil.

Contudo, pode-se dizer que a relevância das discussões realizadas nesse capítulo para fins deste trabalho se deve ao fato de que as transformações ocorridas no setor agropecuário, especialmente o sucroalcooleiro campista, influenciaram diretamente na construção e nas transformações do curso técnico em agropecuária oferecido pela ETEAAS.

No terceiro capítulo, por meio de um breve histórico, houve a intenção de entender a construção da Escola Agrotécnica de Campos em meados dos anos de 1950 e as transformações políticas e econômicas que permearam a sua trajetória entre a sua construção e a incorporação da SECTI-FAETEC (1956-1999). Nesse capítulo, as transformações sofridas pela escola e conseqüentemente pela formação técnica foram subdivididas em seções dispostas cronologicamente, respeitando as mudanças administrativas, uma vez que no início de suas atividades ela pertenceu à Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, passando, posteriormente, em 1973, por um processo de transferência para a Secretaria Estadual de Educação à qual permaneceu vinculada até o ano de 1999.

Assim sendo, nesse capítulo foram consideradas as oscilações das políticas destinadas à educação profissional agrícola e as particularidades das gestões da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio e da Secretaria Estadual de Educação, além das variações econômicas geral e regional nesse período.

Finalmente, no último capítulo, empreendeu-se uma análise sobre os motivos destacados pelos sujeitos da escola, entre eles o diretor no ano de 2012, professores efetivos da área técnica e alunos do último ano do curso técnico em agropecuária do ano de 2011, que explicariam o desprestígio da formação técnica em agropecuária na cidade de Campos dos Goytacazes atualmente. Para essa análise, a investigação apropriou-se da técnica de entrevista.

Apresentando o lócus da pesquisa: A Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo e o curso técnico em agropecuária

A Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo (ETEAAAS) localiza-se em Campos dos Goytacazes (Norte Fluminense), na Fazenda da Aldeia, situada na Avenida Rio Grande do Sul, Parque Aldeia, Distrito de Guarus. O bairro onde a escola está localizada se caracteriza por abrigar a segunda maior comunidade do município de Campos tanto em número de habitantes quanto em número de domicílios ocupados: a comunidade da Aldeia.⁵

⁵ De acordo com o estudo de Pessanha (2004), a comunidade da Aldeia é a segunda comunidade de baixa renda da cidade, porém não apresentava problemas graves como, por exemplo, o tráfico de drogas.

A fazenda onde a escola foi construída possui uma área total de 150 hectares, da qual algumas partes se encontram cedidas à Prefeitura Municipal de Campos, para implantação e cultivo de uma horta, e à Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que possui ali uma estação experimental. A cessão de parte da área da escola à UENF teve como bônus a possibilidade do cumprimento dos estágios dos alunos nessa estação.

No espaço físico da escola encontram-se as seguintes construções: sede administrativa, refeitório, quadra, alojamento, galpão dos tratores, horta, antiga lavanderia, atual galpão de ferramentas, estufa, prédio do Instituto Superior de Ciências Agrárias, laboratório de topografia, pátio, prédio do Ensino Médio e prédio do Ensino Fundamental, além de oito residências de antigos funcionários da Secretaria Estadual de Agricultura, que trabalhavam nessa gestão como vigias, funcionários da horta e cozinheiros.

Com relação à parte pedagógica da escola, são oferecidos o segundo segmento do Ensino Fundamental (6.º ao 9.º ano) e o Ensino Médio concomitante ao Curso Técnico em Agropecuária, e, desde 2006, a escola oferece o curso subsequente, ou seja, Pós-Médio, em Técnico Florestal e Fruticultura⁶. No entanto, até o ano de 2011 não houve número de matrículas suficiente para o início do curso pós-médio em fruticultura.

O Técnico em Agropecuária possui, de acordo com a matriz curricular (2011), dois cursos, o ensino técnico, o qual possui disciplinas específicas: Informática, Desenho e Topografia, Administração e Economia Rural, Agricultura I, II, e III, Culturas I, II, e III, Zootecnia I, II e III, Criações I, II, e III, Indústria e Conservação de Produtos Agropecuários, Construções e Instalações Rurais, Irrigação e Drenagem e Estágios, e o ensino médio. Todas essas disciplinas totalizam 2.080 horas, tendo as disciplinas de Agricultura e Criações as maiores cargas horárias. No Ensino Médio, os alunos cursam disciplinas por área de conhecimentos: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemáticas e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e uma parte diversificada composta por Língua Estrangeira, Literatura, Redação, Psicologia e Relações Humanas. A carga horária desse curso também totaliza 2.080 horas.

É importante lembrar que os alunos ingressam no Ensino Médio-Técnico mediante um concurso que ocorre uma vez por ano. Os selecionados estudam em horário integral, frequentando o curso técnico pela manhã e o ensino médio à tarde. Além disso, os alunos do último ano do 2.º segmento do Ensino Fundamental têm a possibilidade de migrar para outras escolas da mesma rede FAETEC sem a prestação de concurso.

⁶ Vale destacar que, segundo o edital de ingresso de alunos até o ano de 2013, o curso técnico em agropecuária ocorrerá em regime de concomitância interna, ou seja, ocorre a obrigatoriedade em cursar ao mesmo tempo o ensino médio e técnico, porém com matrizes curriculares diferenciadas. A partir de 2013, porém, o curso técnico será integrado ao Ensino Médio, com matriz curricular única.

A relevância da pesquisa

Em uma perspectiva mais ampla, o desenvolvimento desta iniciativa de pesquisa poderá contribuir com as discussões do campo educacional, sobretudo as políticas educacionais destinadas à formação profissional. Destaca-se ainda que a educação profissional nos últimos anos tem apresentado uma trajetória de expansão, refletida em seus índices de matrículas. Segundo dados divulgados pelo censo escolar, o número de matrículas para a educação profissional em 2007 era de 780.162 e atingiu, em 2010, um total de 1.140.388, apresentando assim um crescimento de 46%. No caso da formação profissional em agropecuária, os dados do censo 2012 mostram que ela está em terceiro lugar entre os dez cursos profissionalizantes com maior número de matrículas nas escolas federais e também nas escolas da rede pública de outras esferas administrativas.

Apesar disso, poucos são os estudos dedicados à educação profissional agrícola. Tal afirmação pôde ser comprovada quando esta pesquisa estava ainda em andamento, ocasião em que se teve a oportunidade de analisar o quantitativo dos trabalhos apresentados nos últimos dez anos nos eixos temáticos de Políticas Educacionais e Instituições Escolares realizados nos Congressos Brasileiros de História da Educação. Foi, então, possível verificar a existência de seis estudos dedicados a escolas de formação de técnicos agrícolas; nenhum dos trabalhos apresentados, porém, possuía semelhanças com as características da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, pois tratavam de instituições escolares criadas no início do século XX que tinham como público “os menores indesejáveis pela sociedade”. Essas instituições escolares tinham como proposta a regeneração dos jovens por meio da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares.

No I Congresso Brasileiro de História da Educação em 2000, foram aprovados 231 trabalhos, dos quais apenas dois tratavam do ensino agrícola. No III Congresso em 2004, foram recebidos 418 resumos, mas apenas quatro tratavam do ensino agrícola no eixo de políticas educacionais. Por fim, no IV e V congressos, realizados em 2006 e 2008 respectivamente, nenhum trabalho a respeito do ensino agrícola foi apresentado. E mesmo nos Seminários Nacionais de Educação Profissional e Tecnológica, que atualmente se encontram em sua 4.^a edição, apenas cinco trabalhos se dedicaram à temática da educação profissional agrícola.

Por outro lado, de um ponto de vista mais específico, mas não menos importante, a relevância desta pesquisa relaciona-se com a importância histórica da instituição escolar lócus desta iniciativa, pelo fato de ter sido por anos a única escola pública estadual responsável pela formação de técnicos em agropecuária na região Norte

Fluminense, região que possui uma tradição na cultura agrícola que se estende por vários municípios, entre eles Campos dos Goytacazes, São João da Barra, Conceição de Macabu, São Francisco do Itabapoana, São Fidélis, Quissamã e Carapebus.

Desse modo, as reflexões propostas neste estudo acerca das políticas públicas destinadas à educação profissional agrícola poderão ajudar a pensar novas possibilidades para a superação dos desafios colocados à frente do desenvolvimento do setor agrícola da região Norte Fluminense (principalmente no município de Campos), com destaque para o sucroalcooleiro, uma vez que, segundo o trabalho de Smirdele (2010), um dos problemas enfrentados por esse setor na atualidade é a falta de condições materiais ou recursos para a promoção de técnicas como por exemplo a irrigação e a mecanização das colheitas, além de outros tipos de tratamentos necessários.

Finalmente, a importância de um registro sobre a tradicional formação profissional oferecida pela ETEAAS focaliza questões do campo da educação relativas à política educacional. A temática desta pesquisa torna-se ainda mais pertinente perante a atual situação de “desprestígio” da formação profissional agrícola, a qual pode até mesmo ser extinta no município.

A metodologia da pesquisa

Interessa nesta seção apresentar os caminhos trilhados e os métodos utilizados na trajetória de pesquisa.

Quanto à forma de abordagem, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa aliada à construção de um histórico da escola lócus desta iniciativa. A realização de tal histórico tornou-se conveniente na medida em que se buscou contextualizar econômica e politicamente o ensino profissionalizante na área agrícola, contemplando as tomadas de decisões nos âmbitos das secretarias que geriram a escola, bem como as transformações do setor agropecuário no período compreendido entre a década de 1950 (momento de criação da ETEAAS) e a atualidade (gestão da SECTI-FAETEC).

A opção pela pesquisa qualitativa, por sua vez, se justifica pelo fato de algumas de suas características apontadas pelo estudo de Bogdan e Biklen (1994) se apresentarem mais adequadas aos fins deste estudo, a saber:

1- [...] Os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. 2- [...] A investigação qualitativa é descritiva. Os dados

recolhidos são em forma de palavras ou imagens e não de números. [...] Tentam analisar os dados em toda sua riqueza, respeitando, tanto quanto o possível, a forma em que estes foram registrados ou transcritos. 3- [...] Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos. 4- [...] O significado é de importância vital na abordagem qualitativa. Os investigadores que fazem uso deste tipo de abordagem estão interessados no modo como diferentes pessoas dão sentido às suas vidas. (BOGDAN ; BIKLEN, 1994, p. 48- 51)

Tais características da abordagem qualitativa foram apropriadas por esta investigação, uma vez que a pesquisadora buscou frequentar o ambiente natural, nesse caso a própria ETEAAS, onde encontrou a fonte direta dos dados (documentos da escola e falas dos seus sujeitos), a partir dos quais foi construída uma narrativa na expectativa de compreender o processo de declínio da demanda de alunos para a formação profissional agrícola, oferecida durante vários anos pela escola.

A pesquisa aqui realizada pode ser caracterizada como um estudo de caso, uma vez que se trata de uma investigação intensiva e profunda sobre um único curso profissionalizante (agropecuária), oferecido por uma única escola da rede FAETEC. É nesse sentido que “o interesse no caso é justamente naquilo que possui de particular e único, mesmo que posteriormente apresente certas semelhanças com outros casos” (RIZZINI; CASTRO; SARTOR, 1999, p. 28).

A pesquisa realizada foi construída, do ponto de vista metodológico, em duas dimensões distintas, porém complementares. De um lado, envolveu uma pesquisa documental, partindo da análise dos documentos oficiais acerca da criação e organização da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, tais como o documento de transferência da escola para a SECTI- FAETEC (1999) e o Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (2010). De outro lado, foram analisados a legislação de uma forma geral e os documentos internos da própria escola, a saber, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961, 1971 e 1996); o Documento Base da Educação Profissional (2007), o Plano Estadual de Educação (2009), o Regimento Escolar (2008), o Edital de Ingresso de alunos (2011), as placas de formandos⁷ e o Documento de Registro de Matrículas (1999-2010).

Para Le Goff (1990), documentos são um dos tipos de materiais em que se constrói a memória coletiva, e essas memórias, em sua forma científica, são transformadas em documentos. Encontramos nesse autor outras opiniões importantes acerca dos

⁷ As placas de formandos estão afixadas nos corredores da escola, elas contêm o ano da formatura, o nome dos formandos, o estado de origem dos alunos, além dos professores homenageados. Essas placas foram fundamentais para esta pesquisa, pois elas são os únicos registros de matrículas que existem na escola até o ano de 1999, salvo algumas exceções, pois segundo os secretários da escola, os registros anteriores se perderam devido a uma chuva que atingiu a secretaria. Além disso, elas registram a passagem de alunos oriundos de outros estados brasileiros.

documentos, as quais contemplam os pensamentos dos pioneiros de uma História Nova⁸.

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. [...] Não há história sem documentos, com esta precisão: Há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira. (LE GOFF, 1990, p. 468)

Diante do alargamento do conteúdo do termo documento, a pesquisa amplificou seu foco de análise para outras fontes, produzidas a partir da interlocução dos sujeitos a respeito do tema da pesquisa. Trabalhou-se então com a perspectiva das entrevistas, na medida em que elas permitiram perceber as visões e diferentes interpretações produzidas pelos sujeitos que atuam na referida escola.

De igual modo, as entrevistas também permitiram a produção de fontes de análise sobre a situação atual da instituição que serve de lócus de observação empírica. As entrevistas foram fundamentais na medida em que se desejou compreender as visões e significados das mudanças por parte dos sujeitos. Além disso, os relatos orais são capazes de revelar sensibilidades, trajetórias, histórias pessoais e referentes à instituição, o que muitas vezes não é permitido abordar em fonte documental escrita.

A pesquisadora, atenta aos problemas mais comuns ao realizar essa técnica de pesquisa, procurou seguir as sugestões de Duarte (2003) para realização de uma entrevista apropriada, que requer:

a) que o pesquisador tenha bastante bem definidos os objetivos de sua pesquisa (e introjetados — não é suficiente que eles estejam bem definidos apenas no ‘papel’); b) que ele conheça, com alguma profundidade, o contexto onde pretende realizar sua investigação (as experiências pessoais, conversas com pessoas que participam daquele universo — egos focais / informantes privilegiados —, leitura de estudos precedentes e uma cuidadosa revisão bibliográfica são requisitos fundamentais para a entrada do pesquisador em campo); c) a introjeção, pelo entrevistador, do roteiro da entrevista fazer uma entrevista ‘não válida’ com o roteiro é fundamental para evitar “engasgos” no momento da realização das entrevistas válidas; d) segurança e autoconfiança; e) algum nível de informalidade, sem jamais perder de vista os objetivos que levaram a buscar aquele sujeito específico como fonte de material empírico para sua investigação. (DUARTE apud TEPETINO, 2007, p. 45)

Dessa forma, antes que as entrevistas fossem realizadas, a pesquisadora buscou frequentar os espaços da escola e ter ao menos um contato inicial com os

⁸ A História Nova refere-se à Escola dos Annales, e os pioneiros dessa história são também os fundadores de revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929).

entrevistados para a apresentação dos objetivos da pesquisa, além de mostrar-lhes como seria relevante sua participação enquanto sujeitos ativos no desenvolvimento das atividades da ETEAAS. Após a apresentação inicial, procurou-se agendar, para a concessão das entrevistas, melhor dia e horário.

As entrevistas, realizadas individualmente, foram padronizadas por meio de um roteiro semiestruturado organizado com perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, porém a pesquisadora pôde, em alguns momentos, acrescentar perguntas de esclarecimento, conforme o andamento das entrevistas.

Além disso, os roteiros de entrevistas apresentavam diferenciações de acordo com o núcleo dos entrevistados, com a seguinte divisão: os núcleos institucional, pedagógico e estudantil.

O núcleo institucional: em princípio, desejava-se que esse núcleo fosse composto por um representante da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia/Fundação de Apoio à Escola Técnica e pelo então diretor da escola, já que este era o representante político e gestor da instituição. Entretanto, não foi possível a realização de entrevista com nenhum representante da SECTI-FAETEC⁹, tendo sido realizada apenas com o diretor da instituição, que atendeu ao pesquisador de forma receptiva, respondendo a todas as perguntas. Destaca-se que, no ano de 2012, ele era o único integrante do núcleo institucional, atuando na escola desde 2002 como professor de geografia e, há cinco anos, como diretor da instituição¹⁰.

O núcleo pedagógico: constituído pelos professores efetivos das disciplinas específicas do curso de agropecuária. Buscou-se selecionar professores que participaram do momento em que a escola foi transferida da Secretaria de Educação para a de Ciência e Tecnologia, a fim de que se pudesse entender as possíveis influências dos processos de mudanças para as demandas de alunos que buscam a formação técnica em agropecuária. No entanto, apenas dois professores se enquadravam nesse perfil, tendo ambos se apresentado com boa vontade para a realização das entrevistas¹¹. O primeiro professor a ser entrevistado atuou na disciplina de prática de cultivo e atualmente é responsável pela horta da escola; o segundo professor, além de ministrar aulas de topografia, é também orientador dos estágios desde o início da gestão da SECTI-FAETEC.

⁹ Um representante indicado pelo próprio diretor da escola ocupa o cargo de Direção de Ensino e é responsável pelos assuntos da ETEAAS. Após muitas tentativas, a pesquisadora conseguiu entrar em contato com a assessora da diretora de ensino, que comunicou a impossibilidade de realização da entrevista com qualquer funcionário que ocupasse cargo de direção da SECTI-FAETEC. Dessa forma, a versão da SECTI-FAETEC sobre a atual situação da ETEAA não pôde ser discutida.

¹⁰ Ao conceder entrevista para este trabalho, o diretor pareceu não saber da norma imposta pela SECTI-FAETEC; além disso, a sua entrevista foi realizada meses antes de o pesquisador saber dessa proibição.

¹¹ Do total de oito professores da área técnica do curso, apenas dois são efetivos, os outros são contratados temporariamente (por no máximo cinco anos) pela SECTI-FAETEC.

De maneira não proposital, os professores selecionados eram ambos ex-alunos da escola nos anos iniciais de suas atividades, ou seja, ainda na administração da Secretaria Estadual de Agricultura; além disso, eram também ex-alunos do alojamento. Suas experiências pessoais, contadas durante as entrevistas, foram muito importantes para a compreensão das características da ETEAAS e do curso em agropecuária ao longo da sua trajetória histórica. Conseqüentemente, esse fato contribuiu para a análise dos fatores que influenciaram nas transformações das demandas de alunos da formação técnica tradicionalmente oferecida pela escola.

O núcleo estudantil: composto pelos alunos do último ano do curso de agropecuária em nível médio. A escolha por esses alunos se justificou pelo fato de terem tido a oportunidade de vivenciar por maior espaço de tempo a formação em agropecuária. Nesse sentido, tais alunos teriam uma opinião mais madura a respeito da gestão da SECTI-FAETEC, bem como do declínio da demanda de alunos para a formação a qual esses sujeitos buscavam concluir.

Quantitativamente, as entrevistas realizadas com os alunos totalizaram dez, ou seja, todos dessa turma contribuíram para a realização da pesquisa.

É importante ressaltar que, também de forma não proposital, cinco das dez entrevistas foram realizadas durante uma atividade extraclasse, desenvolvida para os alunos do último ano do curso. Essa atividade ocorre todos os anos no mês de julho, quando participam da Semana de Exposição Agropecuária do Município. Durante o evento, os alunos ficam responsáveis pelo *stand* de divulgação das atividades desenvolvidas pela ETEAAS e participam de pesagens e concursos de animais bovinos e equinos. Naquela ocasião os alunos estavam mais à vontade, tendo mais tempo para a realização das entrevistas, e o pesquisador teve a oportunidade de observar as atividades desenvolvidas pelo técnico em agropecuária. Pôde-se perceber, além disso, que a realização dessas atividades, correspondentes à parte dos estágios, proporcionava uma grande euforia entre os alunos. Entretanto, para não interromper as atividades desempenhadas por eles, as outras cinco entrevistas foram realizadas na escola, em algumas salas vazias, nos horários vagos de aula.

Aos alunos sujeitos desta pesquisa foram aplicados questionários socioeconômicos a fim de traçar algumas de suas características. Os questionários contemplavam seis tópicos, a saber: idade, sexo, bairro onde mora, escola em que estudou anteriormente, profissão dos pais e renda familiar. Dos dez alunos da turma, oito responderam ao questionário.

Por meio desse instrumento de coleta de informação foi possível apontar algumas particularidades desses alunos, como por exemplo as idades médias, que

variavam entre 17 e 18 anos, sendo predominantes os alunos do sexo masculino: três meninas e cinco meninos. Identificou-se também que todos eles eram moradores do município de Campos dos Goytacazes, nenhum dos alunos residia em área rural e, conseqüentemente, nenhum deles residia no alojamento da escola. As moradias desses alunos situavam-se no Parque Aldeia, bairro onde se localiza a escola (4 alunos), Calabouço (1 aluno), Jardim Carioca (1 aluno), Parque Vicente Dias (1 aluno) e Fundão (1 aluno). Importa destacar que todos esses bairros encontram-se próximos da escola.

Com relação à profissão dos pais, nenhum dos alunos era filho de agricultor. Entre as profissões, destacaram-se nos questionários: dona de casa, motorista, porteiro, fiscal de transporte, assistente odontológico, professora, autônomo e mestre de obras.

A partir dessas informações, foi possível perceber que as demandas de alunos para o curso não estavam relacionadas, pelo menos não diretamente, às atividades agrícolas, mas o que de fato essa percepção significava somente foi possível concluir ao longo desta trajetória de pesquisa.

Entretanto, acreditou-se ser pertinente a ampliação da aplicação dos questionários aos alunos do 1.º e 2.º anos do curso, uma vez que as informações obtidas ajudariam a compreender se o perfil dos alunos teria relação com o atual declínio da demanda de alunos¹².

Após a inserção da pesquisadora no campo e da realização de algumas entrevistas, alguns fatos identificados e relacionados às questões desta pesquisa se tornaram relevantes, entre eles a convicção dos docentes entrevistados de ter sido, no período de gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, o momento auge do curso, proporcionando, inclusive, o recebimento de alunos oriundos de outras unidades da federação.

Importante informar que, meses antes da inclusão da pesquisadora no campo, ficou definido no âmbito da SECTI-FAETEC que o alojamento da escola não receberia novos alunos. Essa determinação gerou muitas discussões no interior da ETEAAS, contudo havia um consenso entre os sujeitos da escola de que o encerramento do alojamento contribuiria definitivamente para o rompimento de uma tradição institucional, bem como agravaria a situação de declínio de alunos.

Uma dificuldade encontrada durante a realização da entrevista foi o fato de o diretor da escola não ter vivenciado os anos iniciais da gestão da SECTI-FAETEC, o que prejudicou a resposta a algumas questões; todavia ele próprio aconselhou a pesquisadora a entrevistar o diretor à época do processo de incorporação da escola à SECTI-FAETEC. Com o surgimento das situações descritas, percebeu-se a necessidade

¹² O número de alunos que constituíam todo o curso técnico em agropecuária no ano de 2011 somava 59. Ao todo foram aplicados 35 questionários, o que corresponde a 59,23% do número total de alunos.

de buscar outras fontes que contemplassem a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, a importância do alojamento para a ETEAAS, além do processo de incorporação da escola pela SECTI-FAETEC.

Nesse contexto, buscou-se inicialmente identificar documentos escritos sobre a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura ou pelo menos registros de matrículas desse período. Porém essa busca não obteve sucesso, já que não se teve acesso a tais documentos. Em seguida, identificou-se um professor (atuante no ensino superior do município de Campos) que teria participado ativamente da construção da ETEAAS em meados dos anos 1950 e que teria sido professor da escola até o início dos anos 1970.

Esse professor era, no ano da criação da escola, redator da Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro e, em 1961, instalou o Serviço de Extensão Rural da Escola Agrotécnica de Campos. Em 1962, passou a lecionar as disciplinas de Sociologia e Extensão Rural. O professor foi facilmente encontrado, pois no período de desenvolvimento desta pesquisa lecionava na instituição na qual a pesquisadora concluiu sua graduação.

A pesquisadora, então, apresentou ao professor os objetivos da pesquisa e agendou um encontro para uma conversa informal sobre as atividades desenvolvidas na escola durante a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura. A conversa visava identificar os fatores que naquele momento contribuíram para o prestígio do curso técnico em agropecuária, que se refletia numa procura de alunos oriundos de outras unidades de federação e, a partir disso, buscou-se construir uma análise comparativa com o atual momento vivenciado pela ETEAAS. Perante as justificativas deste estudo, o professor se mostrou prontamente solícito e concedeu à pesquisadora, além de uma entrevista, documentos que explicavam em parte as demandas de alunos para o curso, durante a administração da Secretaria Estadual de Agricultura.

Além disso, ainda com desejo de entender a importância do alojamento para as demandas do curso em agropecuária e principalmente para a história de prestígio da ETEAAS, propôs-se a realização de uma entrevista com o agente administrativo responsável pelo alojamento, a qual foi concedida dias antes de deixar o cargo.

Finalmente, sobre o processo de incorporação da SECTI-FAETEC, as fontes escritas mostraram-se insuficientes para o entendimento das mudanças iniciais, especialmente para as demandas de alunos. A direção da escola localizou, então, o diretor à época da incorporação e lhe apresentou os objetivos da pesquisa, além de destacar a relevância da sua contribuição para a compreensão daquele momento específico. Em resposta, o diretor da ETEAAS no momento da incorporação permitiu a realização de uma entrevista em sua casa.

Dessa forma, as três situações citadas acima finalizaram a realização das entrevistas, que totalizaram dezesseis e foram, assim que concluídas, rapidamente transcritas, encontrando-se ainda na memória da pesquisadora alguns aspectos relevantes que surgiram no decorrer da realização das mesmas. É válido dizer que os pontos de vista de todos os sujeitos foram importantes para a compreensão das políticas educacionais destinadas à educação profissional agrícola, muito embora as opiniões dos sujeitos exijam certo olhar crítico, pois podem refletir posicionamentos e interesses particulares, representações e memórias que não podem ser tomados como verdade absoluta e inquestionável.

CAPÍTULO I

Um pouco da história normativa: a educação profissional em agropecuária no Brasil entre os séculos XX e XXI

Sendo um dos objetivos deste trabalho investigar de que maneira as políticas educacionais para a educação profissional, ao longo da história, colaboram para as transformações nas demandas de alunos do curso técnico em agropecuária da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, interessa, neste primeiro capítulo, realizar o resgate histórico das políticas destinadas à formação técnica em agropecuária, em nível nacional, uma vez que a Constituição Federal Brasileira de 1988 estabeleceu a obrigatoriedade da colaboração entre União, Estados e Municípios na organização dos sistemas de ensino no Brasil. Nesse sentido, as políticas estaduais destinadas à formação profissional são influenciadas pelas decisões nacionais. Assim, será empreendida neste capítulo a reconstrução de uma trajetória normativa, tendo em vista a identificação das políticas educacionais e de suas intencionalidades para essa formação, bem como suas consequências e implicações.

Ao realizar uma retrospectiva sobre o ensino agrícola, fez-se a opção por privilegiar o século XX por ser esse período o marco regulatório no Brasil das políticas destinadas à educação profissional agrícola. Além disso, foi também nesse momento que ocorreu a criação das instituições de ensino profissionalizante, denominadas escolas agrotécnicas, que, assim como a Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo (ETEAAS), lócus dessa iniciativa de pesquisa, diferenciam-se das demais escolas rurais por terem como objetivo principal a formação de um profissional preocupado com a produção e difusão de tecnologias destinadas à modernização do setor agropecuário.

Vale destacar que durante a pesquisa foram consultados diversos autores que tratam das políticas educacionais vinculadas ao ensino profissional de modo geral, entre eles: Cunha (2000), Pamploma (2008) e Manfredi (2002). Esses dois últimos foram utilizados no trabalho para tratar dos recentes debates relacionados à legislação atual, decretos e pareceres que regulam a educação profissional no Brasil. Em se tratando das políticas destinadas especificamente à formação profissional em agropecuária, as fontes bibliográficas mostraram-se escassas. Assim sendo, os trabalhos utilizados neste capítulo são oriundos de um esforço de pesquisa.

Em meio a essas fontes escassas, não se poderia deixar de considerar o trabalho de Siqueira (1986), de suma importância para o entendimento das políticas destinadas ao ensino profissional em agropecuária, do início do século XX até a gestão do Ministério da Educação e Cultura por meio da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI). Foram também utilizadas as contribuições do trabalho de Franco (1987). Contudo, o trabalho que contribuiu sobremaneira para essa reconstrução histórica foi o de Sobral (2004) por se tratar de uma referência identificada, cuja trajetória histórica das políticas destinadas especificamente à formação técnica em agropecuária foi apresentada. Além desse trabalho, destacou-se o documento: (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do ano de 2009, que trata do mais recente debate sobre as especificidades e as transformações necessárias destinadas à formação técnica em agropecuária oferecida pela Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica.

Após apresentar os referenciais teóricos utilizados neste capítulo, torna-se importante esclarecer as diferenças entre a educação agrícola e rural: “A educação voltada para a formação profissional no setor primário da economia é a educação agrícola, enquanto que a educação formal propedêutica, no meio rural, é entendida como educação rural.” (SOBRAL, 2004, p. 2). Essa ressalva é pertinente para o esclarecimento de que este trabalho tratará das políticas destinadas à educação agrícola.

Ao se construir uma retrospectiva histórica sobre as políticas educacionais voltadas para a educação profissional agrícola no Brasil, nove itens que representaram os momentos mais significativos dessa trajetória normativa foram destacados. A importância de tal empreendimento reside ainda na contextualização da criação e da trajetória da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo no cenário nacional da educação profissional agrícola.

1.1 A evolução da Educação Profissional Agrícola no início do século XX

A prosperidade econômica brasileira, no início do século XX, esteve ligada diretamente à produção cafeeira, à necessidade de inovações tecnológicas destinadas à produção de café, além dos incentivos para o desenvolvimento de indústrias no país que evidenciaram a necessidade de criação de escolas profissionalizantes destinadas à formação de mão de obra para o atendimento das demandas econômicas nacionais. Segundo Franco (1987), houve nessa fase uma ampliação das pesquisas e dos serviços

destinados à educação industrial e agrícola, além da criação de algumas escolas estaduais e privadas. Nesse período, intensificou-se o poder estatal ao propiciar a formação profissional agrícola. Nesse contexto, o Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio, em 1906¹, assumiu a educação agrícola no Brasil, que deixou, portanto, de estar diretamente ligada à Presidência da República.

Ocorre, então, a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e sua instalação se dá em terras da fazenda de Santa Cruz (RJ). Trata-se, hoje, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Vale lembrar que, entre 1910 e 1930, o desenvolvimento econômico promovido principalmente pela exportação de produtos agrícolas fez com que o número de instituições de ensino superior que ofertavam cursos para o setor agrícola aumentasse:

No período que vai de 1910 a 1930, foram criadas 17 escolas agrícolas que, somadas às do período imperial, ofereciam o seguinte quadro: funcionavam 20 escolas, sendo seis com cursos de Agronomia e Veterinária; dez somente com cursos de Agronomia e quatro apenas com curso de Veterinária; formaram-se 1.577 agrônomos e 394 veterinários numa média anual de 70 agrônomos e 20 veterinários. (CALAZANS apud SOBRAL, 2004, p. 21)

No ano de 1910, durante o Governo de Nilo Pessanha, foi elaborado o primeiro planejamento do ensino agrônômico do país, que criou novos cursos e graus de ensino agrícola, entre eles: “Ensino Superior, Ensino Médio ou Teórico Prático, Ensino Prático, Aprendizados Agrícolas, Ensino Primário Agrícola, Escolas Especiais de Agricultura, Escolas Domésticas Agrícolas, Cursos conexos com ensino agrícola, Consultas Agrícolas e Conferências Agrícolas” (SIQUEIRA, 1986, p. 27).

Sobre a necessidade de expansão da oferta do ensino profissional, é importante pontuar que, embora os grupos políticos dirigentes continuassem a privilegiar o modelo agrário-exportador, amparado sobretudo na produção do café, e considerassem a agricultura a atividade econômica predominante nesse período, reconheceram, também, a necessidade de diversificar as atividades econômicas do país e de impedir a divulgação de ideias revolucionárias entre a classe operária. Para tal empreendimento, a qualificação de mão de obra, via cursos profissionalizantes, tornou-se uma estratégia bastante viável².

¹ De acordo com o trabalho de Peixoto (2008), o Decreto n.º 1.606 de 29 de dezembro de 1906, editado no Governo de Affonso Penna, recriou o *Ministério da Agricultura, Indústria e Commercio*, que havia sido extinto na segunda metade do séc. XIX.

² Em 1909, o Brasil passava por um surto de industrialização, quando as greves de operários foram não só numerosas, como articuladas, umas categorias paralisando o trabalho em solidariedade a outras, lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas. Nesse contexto, “o ensino profissional foi visto pelas classes dirigentes como um antídoto contra a ‘inoculação de ideias exóticas’ no proletariado brasileiro pelos imigrantes estrangeiros, que constituíam boa parte do operariado” (CUNHA, 2000, p.94).

De acordo com o trabalho de Cunha (2000), o presidente da República Nilo Peçanha baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, criando dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices, uma em cada capital de estado, com exceção do Rio de Janeiro, cuja unidade foi construída em Campos dos Goytacazes, e do Rio Grande do Sul, em cuja capital — Porto Alegre — funcionava o Instituto Politécnico Profissional, que, posteriormente, seria denominado de Instituto Parobé; ambas foram inauguradas durante o ano de 1910, formando a rede de Escolas de Aprendizes e Artífices, que é a origem da Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica. Tais escolas tinham por finalidade formar contramestres e operários, mão de obra essa que contribuiria para o progresso da indústria no país. Além disso, podemos apontar os objetivos ideológicos que justificavam a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices:

O aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; [...] para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime. (CUNHA, 2000, p.94)

Pode-se perceber que a transformação da ideologia em medidas políticas para a educação profissional foi considerada, pelo governo, um poderoso instrumento para a solução dos problemas sociais vivenciados pelo Brasil, principalmente após a abolição da escravidão e o advento da República. Essas políticas se estenderam também às instituições que visavam à profissionalização agrícola.

Nesse período, os estabelecimentos responsáveis pelos ensinamentos agrícolas, em geral, e pelo ensino primário de primeiras letras foram denominados Aprendizados Agrícolas (AA) e Patronatos Agrícolas (PA). As características dessas instituições foram abordadas no trabalho de Mendonça (2006). De acordo com a autora, estavam subordinadas ao Ministério de Agricultura e teriam sido criadas para livrar o Brasil de uma crise na produção agrícola, causada pela abolição da escravidão em 1888. Com isso, ao se consolidarem durante a primeira república, as instituições destinadas à educação agrícola se apresentaram em dois modelos: o escolar — voltado para o ensino profissional, educando para o trabalho agropecuário — e o correcional — que visava regenerar os indivíduos por meio da vida no campo, com a predominância da reclusão e da ênfase nos aspectos disciplinares. Essas instituições foram denominadas, respectivamente, Aprendizados Agrícolas (AA) e Patronatos Agrícolas (PA).

Os AA se encarregariam de ministrar um curso básico com dois anos de duração, destinado a fornecer “a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o curso de máquinas e implementos agrícolas” (MENDONÇA, 2006, p. 4). Ofereceriam ainda o curso de primeiras letras, teoricamente destinado a aprimorar a qualidade técnica de seu público-alvo: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores. Estruturado sob regime de internato com alunos residentes, os AA funcionavam:

[...] em propriedades agrícolas, dotadas de cocheiras, pomares e instalações para o benefício da produção, dando amparo a um ensino formal. As obrigações realizadas pelos alunos seriam remuneradas perante uma diária, mantida pelo diretor de cada AA, juntamente com o produto da venda dos gêneros agrícolas produzidos para as comunidades vizinhas, além de ser distribuída uma parte entre os alunos como prêmio de produtividade. (MENDONÇA, 2006, p. 4)

Conforme o estudo da autora supracitada, entre 1911 e 1930, o Ministério da Agricultura manteve de cinco a oito AA, espalhados pelas regiões do país, matriculando anualmente de 150 a 250 jovens. No entanto, a maioria desses estabelecimentos concentrou-se nas áreas açucareiras do Norte e do Nordeste.

Por outro lado, o modelo correccional de educação para o trabalho concretizou-se com a criação dos PA em 1918. Essas instituições de ensino agrícola funcionavam como estratégias de intervenção do Estado junto a grupos sociais pouco vinculados à agricultura, servindo como paliativo à questão social urbana. Os Patronatos destinavam-se à infância desvalidada residente nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Assim, atendendo aos interesses dos segmentos urbanos industriais dispostos a construir uma imagem moderna do Rio de Janeiro, capital da República do Brasil:

Os Patronatos eram centros de ensino profissional que habilitariam seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante cursos profissionalizantes, com uma clientela composta por menores órfãos, entre 10 e 16 anos, recrutados pelos Chefes de Polícia e Juízes da Capital Federal. (MENDONÇA, 2006, p. 5)

Os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas foram, dessa forma, responsáveis pela educação agrícola no Brasil nesse período e caracterizavam-se não somente pela preparação de mão de obra, que colaboraria para o progresso da recém-instaurada República brasileira, mas principalmente se constituíram em mecanismos

de controle social, ao “civilizar”, mediante a educação para o trabalho, os desvalidos da sorte e desocupados, protegendo, assim, a sociedade da desordem.

1.2 A educação profissional agrícola durante o período Vargasista

Na década de 30, ao assumir o poder, Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde, ao qual a educação agrícola não foi incorporada. Nesse momento, existiam educadores que questionavam a situação do ensino secundário no Brasil enfatizando o seu caráter elitista, pois essa etapa de ensino viabilizava o ingresso nas faculdades, beneficiando apenas os mais ricos; já para os desvalidos da sorte existia a educação profissional. Tal situação, além de outras reivindicações como a gratuidade e a laicização da educação, fez com que educadores da época, mais especificamente em 1932, redigissem um documento conhecido por “Manifesto dos Pioneiros”³. Nesse documento, defendiam também um programa nacional de educação.

Como consequência da pressão dos educadores expressa no “Manifesto dos Pioneiros”, a Constituição de 1934 determinou a incumbência da União em traçar diretrizes para todo o território nacional. No âmbito da educação agrícola, foi criada a Diretoria do Ensino Agrícola que possuía como atribuições “coordenar, dirigir, orientar e fiscalizar o ensino da agricultura e indústrias rurais nos seus diferentes graus e especialidades, promovendo o seu desenvolvimento no país” (Decreto n.º 22.830 de 20/01/1933. Art. 309).

Em 1937, inicia-se o Estado Novo, período caracterizado por uma intensa centralização política e administrativa do país. Nesse momento, a educação agrícola sofreu mudanças a fim de se adaptar ao regime centralizador. A Diretoria do Ensino Agrícola foi transformada, em 1938, em Superintendência do Ensino Agrícola e, em 1940, em Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV). Tal órgão ligado ao Ministério da Agricultura visava exercer maior controle sobre os estabelecimentos que ministravam o ensino agrícola. Competia à SEAV:

Orientar e fiscalizar o ensino agrícola em seus diferentes graus; fiscalizar o exercício das profissões de agronomia e veterinária; ministrar o ensino médio elementar de agricultura; promover a educação direta das populações rurais; e realizar estudos e pesquisas educacionais aplicados à agricultura. (SIQUEIRA, 1986, p. 35)

³ De acordo com Pamplona (2008), na década de 1920, um grupo de intelectuais, entre eles Anísio Teixeira, insatisfeitos com os rumos da educação brasileira nos últimos anos da década e inspirados nos ideais da Escola Nova, iniciou um movimento que questionava toda a estrutura educacional existente. O movimento culminou com o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Esse manifesto, que foi uma carta aberta “ao povo e ao governo”, analisava a política educacional da época e apresentava o diagnóstico de que tudo ainda estava “fragmentário e desarticulado”, mesmo após 43 anos de regime republicano. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova defendia maior acesso à educação através da gratuidade, da laicidade e da coeducação.

Ainda durante o período do Estado Novo, houve, no âmbito educacional, a denominada Reforma Capanema (1942 a 1946), instituída por meio da criação das chamadas Leis Orgânicas (decretos-lei), as quais envolviam os seguintes ramos do ensino: industrial, comercial, agrícola e normal. As Leis Orgânicas foram redigidas e separadas por cada setor produtivo, com exceção do curso normal destinado à formação de professores. Esses Decretos-Lei passariam a normatizar o ensino profissionalizante em caráter nacional até a criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961. Foram instituídas, dessa forma, as seguintes Leis Orgânicas:

-
- 1 - Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-lei 4.073 de 30/01/42.
 - 2 - Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decreto-lei 6.141 de 28/12/43.
 - 3 - Lei Orgânica do Ensino Normal – Decreto-lei 8.530 de 02/01/46.
 - 4 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-lei 9.613 de 20/08/46.
- (MANFREDI, 2002, p.99)
-

A Lei Orgânica do Ensino Agrícola foi a última a ser instituída e, segundo o artigo 1.º da lei, estabelecia “as bases de organização e de regime do ensino agrícola, que é o ramo de ensino até o segundo grau, destinado essencialmente à preparação profissional dos trabalhadores da agricultura”⁴.

Importa ainda ressaltar que, segundo esses decretos-lei, os alunos oriundos dos cursos profissionalizantes somente poderiam cursar o nível superior em áreas equivalentes a sua formação profissional, o que ficou conhecido por formação correlata. Essa decisão manteve, em parte, a dualidade entre a educação profissional e a educação propedêutica, a qual permitia o livre acesso a qualquer curso de ensino superior. Como salienta a autora na citação a seguir:

Depois dessas leis (leis orgânicas), os egressos em cursos médios profissionais passaram a ter acesso muito restrito ao ensino superior, podendo candidatar-se apenas aos cursos relacionados aos que haviam feito. Os concluintes do 2.º ciclo do ensino secundário não tinham restrições de candidatura. (MANFREDI, 2002, p.100)

Ainda nesse contexto, foi inaugurado em 1942 o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (depois Industrial) denominado (SENAI). Esse sistema, de acordo com Cunha (2000), tratava-se de uma estratégia estatal que obrigava as empresas com mais de quinhentos empregados (de todos os setores econômicos) a

⁴ Vale esclarecer que entre os cursos de formação regularizados por essa Lei Orgânica estavam: o curso de Iniciação Agrícola, Mestría Agrícola e, ainda, os cursos Técnicos Agrícolas e os cursos Agrícolas Pedagógicos.

assegurarem aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e a propiciar-lhes, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento profissional. Para tanto, exigia-se das empresas a reserva de locais para a promoção do aperfeiçoamento profissional não só dos menores, mas também dos adultos. Segundo o mesmo autor, apesar da institucionalização do SENAI ser do interesse dos industriais, foi preciso que o Estado, utilizando um poder arbitrário, típico do regime autoritário, os obrigasse a assumir sua instituição.

1.3 A primeira Lei Nacional da Educação

Passados quinze anos do estabelecimento das leis orgânicas, entrou em vigor a primeira Lei Nacional da Educação, Lei n.º 4.024/61. De acordo com Manfredi (2002), uma das mais importantes contribuições trazidas por essa lei foi a tentativa de superação da dualidade entre a educação profissional e o ensino propedêutico, uma vez que a mesma permitiu uma maior flexibilidade de passagem entre o ensino profissionalizante e o secundário.

Além disso, após a determinação da Lei n.º 4.024/61, as escolas agrotécnicas destinadas a um ou mais cursos técnicos agrícolas passariam a se chamar Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2.º ciclo, antigo colegial, conferindo aos alunos concluintes o diploma de técnicos em agricultura. No entanto, de acordo com o artigo 48 dessa lei, “Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.” Essa determinação seria um indicativo de uma mudança posterior: a absorção da educação agrícola pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Em 1967, de acordo com o artigo 1.º do decreto n.º 60.731, de 19 de maio do mesmo ano, as decisões destinadas à educação agrícola foram transferidas para o MEC. Em consequência desse processo, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) também foi transferida ao Ministério, transformando-se em Diretoria do Ensino Agrícola, inserindo-se no Departamento do Ensino Médio, que, além do ensino agrícola, absorveu também o ensino comercial e industrial.

Como resultado dessa mudança administrativa, quando o MEC assumiu o ensino agrícola através da Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) em 1967, determinadas políticas estabelecidas por esse Ministério foram marcantes para a época, entre elas podemos destacar a “Lei do boi”, que durou cerca de dezesseis anos e a criação da metodologia de ensino denominada “Escola-Fazenda”. Essa última, segundo Sobral

(2004), norteia até os dias atuais os princípios educativos das Escolas Agrotécnicas Federais. Entretanto, antes que essas políticas, que representam marcos para a história da educação agrícola no Brasil, sejam devidamente caracterizadas, faz-se necessário traçar um panorama político e econômico desse período.

1.4 A educação profissional em tempos de Ditadura Militar

Desde 1964, instaurou-se no Brasil um regime político ditatorial governado por militares. No âmbito econômico, houve uma ênfase da participação de capital externo na economia brasileira. Esse fato proporcionou uma ampliação das atividades industriais no país e conseqüentemente acelerou o crescimento econômico. A respeito do setor agrícola nesse período, pode-se perceber uma expansão dos financiamentos agrícolas mediante recursos do governo federal. Esses financiamentos permitiram a introdução de instrumentos mecanizados, como máquinas, tratores, colheitadeiras, fertilizantes e defensivos químicos, que, de certa forma, impulsionaram a chamada agricultura comercial da época a alcançar a categoria de agricultura moderna⁵. Esse movimento promoveu uma revolução no campo, chamada de “Revolução Verde”. Para Sobral (2004, p. 27), a Revolução Verde foi um movimento capaz de provocar:

[...] mudanças significativas nos arranjos de emprego no campo. As inovações científicas e tecnológicas são introduzidas e incorporadas em máquinas e insumos agrícolas importados. Decresce o número de trabalhadores permanentes com a tratorização da lavoura. (SOBRAL, 2004, p.27).

A partir desse novo momento vivenciado pelo setor agrícola, o ensino destinado à formação de profissionais que atuariam nesse setor passou a ser repensado em nível nacional. Dessa maneira, tanto a “Lei do Boi” quanto a metodologia denominada “Escola-Fazenda” representaram as alterações sofridas pelo ensino agrícola durante os governos militares, que priorizaram a modernização dos setores econômicos brasileiros.

A “Lei do Boi”, lei n.º 5.465, de 3 de julho de 1968, publicada em Diário Oficial, dispunha sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola tanto de nível superior como de nível médio e representou uma maneira ou uma tentativa de atender a um público específico que passou a ser priorizado.

⁵ Nesse tipo de agricultura os produtos são destinados tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo, tendo como principal objetivo o lucro. Relaciona-se a modernas estações agrícolas experimentais e laboratório de biotecnologia, onde se realiza a seleção de sementes e espécies de melhor qualidade e produtividade, com o objetivo de obter o maior lucro possível.

Conforme essa lei, 50% das vagas nos estabelecimentos de ensino médio agrícola e nas escolas superiores de agricultura e veterinária, mantidas pela União, seriam reservadas para candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residissem com suas famílias em áreas rurais, e 30%, a agricultores ou filhos destes, que residissem em cidades ou vilas que não possuíam estabelecimentos de ensino médio.

De acordo com Sobral (2004), essa iniciativa de “reserva de vagas” para um determinado grupo de pessoas evidencia uma alternativa à contenção do processo de êxodo rural acentuado pelas características do processo de Revolução Verde, uma vez que os filhos de pequenos agricultores teriam vagas de certa maneira garantidas em escolas de formação profissional agrícola.

Nesse mesmo período, foi adotado como metodologia de ensino agrícola o modelo de Escola-Fazenda, cujo lema era “aprender a fazer e fazer para aprender”. Essa metodologia, portanto, tinha por objetivo:

Proporcionar condições para a efetividade do processo ensino produção, bem como patrocinar a vivência da realidade social e econômica da comunidade rural, fazendo do trabalho um elemento integrante do processo de ensino e aprendizagem, visando conciliar educação, trabalho e produção. (SOBRAL, 2004, p. 85).

O modelo de Escola-Fazenda foi introduzido no Brasil em 1966, em decorrência da implantação do Programa do Conselho Técnico-Administrativo da Aliança para o Progresso — CONTAP II (Convênio Técnico da Aliança para o Progresso, para suporte do ensino agrícola de grau médio). O referido sistema foi implantado como experiência em alguns colégios agrícolas. Entre eles destacam-se: “São Lourenço da Mata-PE, Benjamin Constant-SE, Frederico Westphalem-RS e Colégio Agrícola de Brasília” (SOBRAL, 2004, p. 29).

Por outro lado, a expansão do modelo de Escola-Fazenda como afirma Siqueira (1986) não ocorreu rapidamente, pois foram inúmeros os custos exigidos para que essa metodologia fosse implantada, como por exemplo, a compra de terras, além da realização de um levantamento da realidade rural local e suas influências para a escola.

Além da metodologia “Escola-Fazenda”, ocorreu posteriormente, no início da década de 70, a institucionalização da pesquisa agropecuária através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Nesse contexto, tanto a produção quanto a difusão de tecnologias se configuravam como fundamentais para

o desenvolvimento do setor agrícola do país. Assim, tornava-se igualmente necessária a formação de profissionais qualificados para a aplicação e divulgação de técnicas que proporcionariam o aumento da produtividade agrícola: o técnico em agropecuária.

De certa maneira, a intensificação da pressão por uma superação imediata do atraso econômico ocorrida durante os governos militares, bem como a necessidade de profissionais qualificados para tal empreendimento, fizeram com que, no ano de 1971, fosse realizada a Reforma de n.º 5.692, que instituiu a obrigatoriedade do ensino profissional em nível de segundo grau, como passou a ser chamado o antigo ensino secundário. O governo brasileiro havia elaborado o seu projeto de desenvolvimento centrado em uma nova fase conhecida como o “Milagre brasileiro⁶.” Esse momento demandava mão de obra qualificada (técnicos de nível médio) para atender a tal crescimento e proporcionar o desenvolvimento econômico do país. Sobre o perfil do profissional agrícola, nesse período, definiram-se duas funções:

a) O técnico agrícola, enquanto “agente de serviços”, subordina-se a profissionais de nível superior em especial o agrônomo. Nesse caso, ele presta serviços, como extensionista rural ou topógrafo, e como vendedor técnico ou técnico auxiliar, atuando como elemento de ligação entre empresas e consumidores e entre especialistas de nível superior e os agricultores; b) Enquanto “agente de produção”, explora, na categoria de trabalhador autônomo, uma propriedade, mediante a aplicação de moderna tecnologia. Essa função pressupõe também o administrador de fazendas de terceiros com vínculo empregatício e dependência funcional. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, Departamento de Ensino Médio apud FRANCO, 1987, p. 53)

Todavia, o estabelecimento do ensino profissional obrigatório, de caráter nacional, gerou críticas, apesar de ser essa uma tentativa de acabar com a dualidade entre a formação profissional e o ensino propedêutico. As críticas destinadas à implantação das propostas da Reforma 5.692/71 pautaram-se na realidade vivenciada pelas instituições escolares responsáveis pelo Ensino Médio: falta de recursos materiais e humanos para a profissionalização obrigatória, mudança nas características de funcionamento de toda uma rede escolar e as dificuldades encontradas na formação de professores que não condiziam com os cursos profissionalizantes sugeridos pela Reforma.

⁶ Esse período caracterizou-se por uma política macroeconômica que realizou um amplo programa de investimentos públicos nas áreas de infraestrutura econômica e social (energia, transportes, comunicações, urbanização e saneamento básico.), bem como de investimentos diretos das empresas estatais na indústria de base, principalmente mineração e exploração de petróleo. Além desses, foram utilizados recursos provenientes do capital estrangeiro devido às facilidades de aquisição perante as organizações financeiras internacionais. Essa política visava colocar o Brasil, em tempo recorde, entre os países mais desenvolvidos da economia mundial.

Sobre os recursos destinados à formação profissional agrícola nesse período, em 1973 foi publicado pelo MEC o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola de 2.º grau, que considerou o sistema de Escola-Fazenda capaz de realizar de forma plena o objetivo de qualificação para o trabalho. Mas segundo Siqueira (1986), devido à grandeza da proposta pedagógica do sistema de Escola-Fazenda, que exigia altos investimentos financeiros para a compra de terras, construções, maquinários e equipamentos, poucos eram os estabelecimentos de ensino agrícola nos quais havia sido implantado o sistema.

De acordo com Sobral (2004), as mudanças administrativas ocorridas durante a trajetória da educação profissional agrícola no Brasil, sobretudo a sua desvinculação do Ministério da Agricultura, representaram um aspecto negativo, pois essa educação já não contava com o mesmo respaldo administrativo e financeiro ofertados pelos setores de ensino industrial e comercial⁷.

Nesse contexto, novas decisões deveriam ser tomadas na intenção de garantir a expansão do sistema Escola-Fazenda em todos os estabelecimentos de ensino profissional agrícola e assegurar a manutenção dessas instituições de ensino mediante a dotação de recursos. Desse modo, foi criada em 1974, pelo decreto n.º 72.434, a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola (COAGRI). Essa coordenação tinha por finalidade dar assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola. Sobre as atribuições da COAGRI, a citação abaixo as descreve:

A COAGRI ampliou e/ou reformou seus prédios e instalações; equipou as escolas com laboratórios, salas-ambiente, unidades educativas de produção, quadras para esporte, bibliotecas e acervos; regularizou as terras, num total de 13.345 hectares; implantou os serviços de orientação educacional e de supervisão educacional; implementou e consolidou o sistema escola-fazenda; consolidou as cooperativas-escola; vem oferecendo cursos para habilitar seu corpo docente, e promovendo concursos públicos para a admissão de servidores técnicos e administrativos, bem como aperfeiçoando e reciclando diretores, professores, técnicos e pessoal administrativo. (BRASIL - MEC, 1994, p. 21).

Conforme Sobral (2004), a criação dessa coordenadoria foi responsável por revitalizar e garantir a identidade da formação profissional agrícola e por permitir, através de recursos, a aplicação de uma metodologia de ensino, no caso a Escola-Fazenda, adequada a essa modalidade de ensino.

⁷ De acordo com a Lei n.º 3552/59 as escolas técnicas tornaram-se autárquicas, fato que as isentaram das discontinuidades que caracterizaram a administração da educação agrícola, que somente iria alcançar esse status anos mais tarde, em 1993.

Finalizando as alterações desse período, em 1979, os Colégios Agrícolas voltaram a se chamar escolas agrotécnicas. As mudanças na nomenclatura refletiam as transformações políticas destinadas a essas instituições de ensino e, no momento da transferência para o MEC, enfatizaram-se os princípios educacionais gerais, por isso a nomenclatura: Colégios Agrícolas. Quando o objetivo era, porém, enfatizar ou estimular a educação para o trabalho, como no momento da Reforma 5.692, utilizou-se a nomenclatura Escolas Agrotécnicas. As mudanças de nomenclatura refletem uma característica essencial da educação profissional: a complexidade, construída por alterações, em um curto espaço de tempo, não somente no âmbito das políticas educacionais, mas, sobretudo, por alterações determinadas pelos contextos econômicos nos quais estavam inseridos.

Então, em 4 de setembro de 1979, pelo Decreto n.º 83.935, as escolas agrícolas passaram a ter a denominação de escolas agrotécnicas federais, acompanhadas do nome do município onde se encontravam localizadas. O Decreto n.º 93.613, de 21 de novembro de 1986, extinguiu a COAGRI, ficando o ensino técnico agrícola diretamente subordinado à Secretaria de Ensino de 2.º grau (SESG).

1.5 As políticas para a educação profissional agrícola a partir dos anos 90

Segundo a Lei de n.º 8.028, em 12 de abril de 1990, o ensino agrotécnico passou a estar vinculado à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, que, ligada ao Ministério da Educação, passou a “estabelecer políticas, normas, diretrizes, bem como prestar assistência técnico-pedagógica às instituições que ofereciam a educação tecnológica, no âmbito de todos os sistemas de ensino” (BRASIL - MEC/SENETE, 1990, p. 9). A partir desse fato, tanto a educação profissional agrícola quanto as outras modalidades de ensino profissionalizante, de certa forma, passam a ter um tratamento bastante homogêneo, apesar de algumas particularidades da educação profissional agrícola continuarem a ser preservadas. Tal continuidade pode ser comprovada pelo documento da Secretaria Nacional do Ensino Técnico (SENETE) - Diretrizes de Funcionamento das Escolas Agrotécnicas, destacado no trabalho de Sobral (2004, p.35):

a - Preparar o jovem para atuar, conscientemente, na sociedade como cidadão; b- Ministrar o ensino médio profissionalizante na sua forma regular, nas habilitações de agropecuária; c- Formar o educando para que possa atuar como agente de produção e de difusão de tecnologias

nas áreas de produção, crédito rural, cooperativismo, agroindústria, extensão, dentre outros; d- Atuar como centro de desenvolvimento rural, apoiando as iniciativas de educação comunitária e básica, colaborando para o crescimento da agropecuária local e regional; prestar cooperação técnica ao ensino agrícola do sistemas estadual, municipal e particular.

Além disso, segundo Sobral (2004), em 1993, as escolas agrotécnicas passaram a ter maior responsabilidade a partir da Lei n.º 8.731, que tratou da transformação das escolas agrotécnicas federais em autárquicas, conseguindo, por conta disso, certa autonomia. Segundo o artigo 1.º dessa Lei, “além de autonomia que lhes é própria como entes autárquicos, as Escolas Agrotécnicas Federais teriam, ainda, autonomia didática e disciplinar.”

É importante destacar que a preocupação com as especificidades e as demandas da educação agrícola destacada, principalmente, em momentos de mudanças, rupturas e transições nas políticas educacionais destinadas à educação profissional, não ocorreram da mesma forma em nível estadual. Tendo como referência o estudo de caso aqui apresentado, no estado do Rio de Janeiro, observou-se que as necessidades dessa modalidade de ensino foram se perdendo em meio às transformações⁸. Sobretudo, essa afirmação poderá ser melhor compreendida nas discussões posteriores, as quais tratarão da trajetória histórica da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo.

Mas retomando a discussão sobre as políticas para a educação profissional nos anos 90, não se pode deixar de entendê-las como consequências de um novo contexto econômico, marcado pela reordenação das relações econômicas em que o Estado teria suas intervenções minimizadas no que diz respeito à economia, o que permitiu, com maior facilidade, o desenvolvimento do processo de globalização das economias mundiais. Essa nova ordem convencionou-se chamar neoliberalismo.

Diante desse novo cenário, as políticas destinadas à educação profissional tenderam à reestruturação, passando não somente a sofrer influências de organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial, mas também a adotar novas propostas de utilização de novas tecnologias visando à modernização em todos os setores produtivos como resposta à internacionalização da economia em curso. A resposta a essa questão específica ficaria a cargo de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deveria, em amplitude nacional, atender às expectativas desse novo contexto.

⁸ Na atualidade esse fato se torna evidente; pois, ao analisar o Plano Estadual de Educação (2009), notou-se que entre os vinte um itens dos objetivos e metas da Educação Profissional, nenhum contemplou a educação profissional técnica agrícola.

1.6 Os projetos políticos em disputas: a busca pela construção do ensino profissionalizante no Brasil no âmbito da Lei 9.394/96

É sabido que até a consolidação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), vários projetos de reestruturação do ensino médio e profissional foram objetos de discussão e enfrentamento durante a primeira metade dos anos 1990. De acordo com Manfredi (2002, p.114), “os diferentes projetos se apresentavam como aspirações e propostas dos diferentes grupos que apoiaram os diversos anteprojetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Segundo a mesma autora, no âmbito do Estado, há que se destacar a existência de dois projetos diferentes: o do Ministério do Trabalho, por meio da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional e o do Ministério da Educação e Cultura. No âmbito da sociedade civil destacaram-se os projetos dos Educadores e Organizações Populares e Sindicais, além dos Empresários Industriais.

Assim, de forma breve, serão apresentadas, segundo Manfredi (2002), as propostas desses projetos, para perceber qual delas prevaleceu na elaboração do capítulo III da Lei 9.394/96 destinado à educação profissional.

a) A perspectiva do Ministério do Trabalho

Desde 1995, um amplo debate desenvolvido pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional tinha como tema a educação nacional e envolveu instituições representativas dos trabalhadores, além de organizações educativas ligadas a programas de educação para jovens e adultos. Após algumas reuniões, elaborou-se um projeto de educação profissional que tinha como principal preocupação as carências dessa etapa de ensino, que ficaram expressas no documento sobre questões críticas da educação brasileira (BRASIL, MTB, 1995). Com base nesse documento, o Ministério do Trabalho formulou um plano de educação profissional que previu o desenvolvimento de atividades formativas de qualificação e requalificação de jovens e adultos trabalhadores e a sua formação continuada.

Além do mais, o plano previa o fim da dicotomia entre educação básica e educação profissional e da ênfase da segunda em detrimento da primeira, pois partia do princípio de que “[...] a formação profissional deve enfatizar o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos básicos, específicos e de gestão, voltados para o desenvolvimento plural do indivíduo” (MANFREDI, 2002, p.116).

b) O projeto do Ministério da Educação e Cultura

No âmbito do MEC, foi elaborada em 1991 a proposta do Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Segundo essa proposta, para que o Brasil pudesse ingressar em uma nova escala de desenvolvimento, deveria investir na educação, tal como foi feito pelos países considerados desenvolvidos. Nesse sentido, planejou-se a criação de um Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que englobaria a formação de todas as escolas técnicas de todas as esferas públicas: federal, estadual e municipal, além das instituições particulares da rede SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Conforme esse sistema, os cursos ofertados seriam os seguintes:

a - Qualificação ocupacional dirigida a adolescentes e adultos que não tiveram a oportunidade de frequentar a escola regular; b - Educação prática em nível de primeiro grau, integrada ao currículo de primeiro grau; c - Formação técnica de nível médio, oferecida nas escolas de segundo grau; d - Formação técnica de nível superior, destinada à preparação de tecnólogos; e - Formação profissional superior oferecida pelas universidades, nos cursos plenos. (KUENZER apud MANFREDI, 2002, p. 118)

c) A proposta dos educadores e de organizações populares e sindicais

O projeto dos grupos formados pela sociedade civil tinha como propostas a criação de uma escola básica e unitária, ancorada na construção de um sistema nacional de educação integrado, que oferecesse a união entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Além disso, a formação deveria envolver especializações diversas, que deveriam ocorrer após a escola básica; assim, se sucederia uma nova forma de valorização e desenvolvimento das capacidades técnicas e intelectuais, que garantiriam não somente a formação enquanto trabalhador, mas sobretudo como cidadão.

Quanto aos sindicatos, mais especificamente as três centrais sindicais: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), defendiam a ampliação da escolaridade básica e da formação profissional e sua articulação com as políticas de emprego. No que diz respeito às políticas públicas, as três centrais reivindicavam participação na elaboração e execução de políticas de emprego, de formação profissional, além de educação em geral.

d) O projeto dos empresários industriais

Segundo Manfredi (2002, p.123), os empresários dos setores mais modernos da economia brasileira posicionavam-se a favor do aumento da escolaridade básica, da necessidade de incrementar a oferta de programas de capacitação e requalificação profissional da força de trabalho. Além disso, desejavam continuar se ocupando da educação profissional por meio de iniciativas autônomas, por meio de projetos e convênios, porém abririam mão da administração direta das instituições privadas de educação profissional, como por exemplo, o SENAI.

Elaboraram ainda dois documentos: “Custo Brasil: agenda no Congresso Nacional”, em 1996, e “Competitividade: proposta dos empresários para melhoria da qualidade da educação”, também em 1996. No primeiro, o grupo enfatizava a necessidade de serem desenvolvidas políticas que visassem ao aumento do nível de escolaridade que, além de preceder à formação de mão de obra consciente de sua cidadania, tornava-se primordial para a distribuição de renda. No segundo documento, os empresários apresentaram suas propostas de cooperação e parcerias com entidades públicas e privadas (universidades, escolas, empresas e institutos tecnológicos). Desse modo:

A leitura das propostas e recomendações feitas pelos empresários da indústria mostra que esse grupo social se posiciona em favor do aumento da escolaridade básica, da melhoria qualitativa da escola pública de nível fundamental e da reformulação e ampliação do atual sistema de ensino profissional, não questionando sua natureza dual. (MANFREDI, 2002, p. 128).

Finalmente, como desfecho das disputas entre projetos, o MEC, através da Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico, assumiu a elaboração e execução das políticas destinadas à educação profissional, promovendo, como veremos adiante, o projeto de reforma do ensino profissional, cujas bases foram estabelecidas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e pelo Decreto Federal 2.208/97. Vale ressaltar que, ao liderar esse projeto de reforma, uma das primeiras iniciativas do MEC foi propor políticas que objetivassem a redução dos custos na manutenção da rede federal de escolas profissionalizantes, adequando-se à lógica neoliberal, que, segundo Pamplona (2008), caracterizava-se pela redução de recursos para a educação profissional em nível médio, considerada cara pelo pensamento governista neoliberal.

1.7 A Educação Profissional e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

A educação profissional está prevista nos artigos 39 a 42 da Lei 9.394/96 (LDBEN), que admite a integração dessa etapa de ensino a diferentes formas de educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, podendo ser acessível ao aluno matriculado ou egresso do ensino Fundamental, Médio ou Superior, seja ele trabalhador, jovem ou adulto.

É importante citar que a educação profissional se faz presente em um capítulo próprio na Lei, embora de forma restrita. Além disso, de acordo com Pamploma (2008, p. 48), o capítulo de referência deixa dúvidas quanto às competências e responsabilidades, não indicando se União, Estados ou Município deveriam manter essa etapa de ensino. A constatação dessa lacuna e, ainda, as possibilidades de desenvolvimento da educação profissional em articulação com o ensino regular, ou por diferentes estratégias de educação continuada, fizeram com que alguns autores, entre eles Frigotto (1999) e Soares (2002), além do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, publicado, em 2007, considerassem a Lei 9.394/96, no que diz respeito ao capítulo III, destinado à educação profissional, “minimalista”, além de indefinido e fluido, a ponto de permitir qualquer regulamentação (SOBRAL, 2004, p. 48). A concretização da educação profissional com essas características apresentou a necessidade de uma regulamentação mais específica. Nesse sentido, a referida Lei foi tomada como ponto de partida do movimento de Reforma da Educação Profissionalizante e do Ensino Médio no Brasil nos anos de 1990.

1.8 Formação profissional separada ou integrada à formação geral? Os decretos 2.208/97 e 5154/04

Além do estabelecimento da Lei 9.394/96, outro marco do processo de reforma da Educação profissional foi o Decreto 2.208/97, que estabeleceu, mais especificamente, os objetivos dessa etapa de ensino. O art. 1.º indicou que a educação profissional deveria promover a transição entre escola e mundo do trabalho, além de proporcionar a formação de profissionais nos mais variáveis níveis, a saber: médio, superior e pós-graduação. Segundo Manfredi (2002, p. 128), a educação profissional, nesse contexto, deveria adequar-se aos avanços tecnológicos, assim como às demandas do mercado de trabalho, que exigiam flexibilidade, qualidade e produtividade.

Entretanto, a mais radical mudança que se processou a partir do Decreto 2.208/97 foi apresentada no art. 5.º. Conforme esse artigo, a educação profissional teria uma estrutura organizativa e curricular própria e desarticulada do ensino médio, ocorrendo assim a articulação dessa última etapa de ensino por meio dos modos concomitantes ou subsequentes, mas com matrículas distintas. No primeiro caso, os alunos que estivessem cursando o ensino médio poderiam cursar concomitantemente o ensino profissionalizante de três maneiras: na mesma instituição onde estaria cursando o ensino médio, em instituições distintas aproveitando as ocasiões educacionais disponíveis, e finalmente em instituições de ensino distintas, nas quais os dois cursos são desenvolvidos articuladamente como curso único. Na forma subsequente, a educação profissional só poderia ser concretizada após a conclusão do ensino médio. Nesse sentido, a dualidade entre a educação profissional e a educação propedêutica se tornou concreta e consideravelmente mais radical.

Ao dar continuidade à reforma da educação profissional nas instituições federais, o MEC editou a portaria 646/97, que determinou o cumprimento das exigências do Decreto 2.208/97 em quatro anos pelas instituições federais, e autorizou as mesmas instituições a manter o ensino médio propedêutico com matrícula independente, desde que a oferta fosse de 50% do total das vagas oferecidas para cursos regulares.

As alterações destinadas à educação profissional e desencadeadas pelo Decreto 2.208/97, além da portaria 646/97, apresentam as seguintes consequências, que:

[...] vão desde a efetivação concreta da separação entre trabalho e educação, transformação das escolas técnicas em centros formadores de mão de obra, rebaixamento da qualificação oferecida, substituição da escola profissionalizante por um SENAI transformado, até a extinção dos atuais cursos técnicos. (SOBRAL, 2004, p. 50)

No caso da educação profissional agrícola, Sobral (2004) aponta como consequência do Decreto 2.208/97 o agravamento da desarticulação da educação propedêutica e profissional, que culminou no treinamento de jovens pouco preparados para o conjunto de conhecimentos necessários, já que as bases científicas e humanísticas indispensáveis para a assimilação do desenvolvimento de atividades nessa área não foram adquiridas. Dessa forma, a adoção das propostas colocadas pela reforma não conseguiram se efetivar de forma plena nas escolas agrotécnicas, uma vez que as especificidades da formação agrícola apontavam para a integração entre a formação propedêutica e profissionalizante.

Por serem consideradas as críticas ao estabelecimento do Decreto 2.208/97, já no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma reconstrução

na política para a educação profissional, a qual teve por objetivo corrigir a dissociação entre educação profissional e educação propedêutica. Assim, uma das medidas mais importantes, nesse sentido, foi a revogação do Decreto 2.208/97. A partir desse momento, foi possível restabelecer a articulação entre ensino médio e técnico através de uma integração curricular, possibilitada pelo estabelecimento do Decreto 5.154/04. Então, o ensino profissionalizante gradativamente passou a ocorrer de forma integrada em uma única matrícula, junto ao ensino médio.

No entanto, segundo Pamploma (2008), a integração proposta pelo Decreto 5.154/04 não se tratava da volta da proposta idealizada pela Lei 5.692/71, na qual as disciplinas gerais estavam colocadas “ao lado” das disciplinas específicas, “de maneira fria”, mas, para que a integração ocorresse, deveria existir um comprometimento maior buscando sempre agregar ao mundo do trabalho a ciência geral e a cultura.

Ao finalizar as considerações sobre esse período, pode-se ponderar que não houve mudanças radicais com o estabelecimento do Decreto 5.154/04, mas sim uma alteração no que diz respeito à articulação entre o ensino médio e a educação profissional. Refere-se à articulação, porque a concretização da integração e seus efeitos ainda precisam ser analisados por meio de pesquisas acadêmicas. Nesse sentido, Ciavatta (2005) afirma que as propostas de integração para a educação brasileira ficaram frustradas, uma vez que o conceito de integração, no caso do ensino médio integrado ao ensino técnico, possui um significado mais amplo, como podemos perceber nas palavras da autora:

O que é integrar? É tornar íntegro, tornar inteiro, o quê? A palavra toma o sentido moral em alguns usos correntes. Mas não é disto que se trata aqui. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso de formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, apud PAMPLOMA, 2008, p. 52)

1.9 A (re) significação do ensino agrícola: a construção de políticas na atualidade

Em busca de documentos que tratassem das políticas mais recentes destinadas especialmente à educação profissional agrícola, encontrou-se o documento: (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, oficializado no ano de 2009. Embora uma análise mais elaborada desse documento não seja empreendida aqui, faz-se necessário considerar a ocorrência de discussões acerca das especificidades dessa formação profissional, além das alterações sofridas por tal, decorrentes das transformações no meio rural brasileiro atualmente. Desse modo, foi criado pelo MEC, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)⁹, um grupo de trabalho denominado “Ensino Agrícola”, formado por profissionais vinculados à educação profissional agrícola, oferecida pela rede federal de ensino. O grupo formou-se no ano de 2007 e elaborou um documento inicial denominado “Contribuição à construção de políticas para o ensino agrícola da rede federal vinculada ao MEC/SETEC”. A relevância desse documento aponta para a necessidade de superar o tradicional conceito de formação agrícola, como se percebe a seguir:

Verifica-se que o conceito de formação agrícola utilizado durante muitos anos vem perdendo substância. Se até pouco tempo se pensava que essa nada mais era do que a transmissão ordenada e sistemática de conhecimentos tecnológicos, destinada à difusão de tecnologias, especialmente para uma agricultura com alta entrada de insumos externos, hoje em dia, observa-se a necessidade cada vez maior dessa ser vista em outra dimensão, ou seja, associada a uma nova cultura do trabalho e da produção com preservação da natureza. (BRASIL-MEC/SETEC, 2007, p.5)

A elaboração desse documento passível de discussão provocou reflexões sobre as políticas destinadas à educação técnica agrícola na rede federal de ensino diante de um novo espaço de atuação profissional dos técnicos em agropecuária. Nesse sentido, ocorreram, no ano de 2008, seminários regionais e um seminário nacional, que se caracterizaram pela participação dinâmica dos atores envolvidos no processo do ensino profissional agrícola. Buscavam estratégias e diretrizes, de maneira unânime, para que ocorresse uma (re) significação do Ensino Agrícola na Rede Federal de Educação, objetivo que acabou por designar o documento oficial.

⁹ De acordo com os dados do MEC, essa Secretaria subordinada ao MEC tem por objetivo: planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política da educação profissional e tecnológica; promover ações de fomento ao fortalecimento, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica e zelar pelo cumprimento da legislação educacional no âmbito da educação profissional e tecnológica.

Em consequência da realização dos seminários supracitados, a participação dos educadores contribuiu para socializar não somente as decisões, como as responsabilidades a respeito das transformações da educação agrícola. Neles foram elaboradas e discutidas propostas que tinham por objetivo formar técnica e politicamente profissionais responsáveis socioambientalmente¹⁰ e comprometidos, especialmente, com as necessidades sociais da população brasileira.

A elaboração e discussão das propostas ocorreram separadamente em três grupos de trabalhos temáticos: Eixo Temático I - Democratização do ensino; Eixo Temático II - Currículo e Eixo Temático III - Desenvolvimento Local e Financiamento. Tais propostas dispostas nos eixos variaram de acordo com cada seminário realizado nas cinco regiões brasileiras: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Contudo, as que foram aprovadas e oficializadas no documento final totalizaram 145; entre elas destacaram-se algumas do Eixo Temático I, visto que, para fins desse trabalho, contemplam a democratização das demandas de alunos destinadas ao ensino profissionalizante agrícola:

A - No que diz respeito à democratização: [...] 2. Encontrar formas que priorizem a seleção de estudantes filhos de agricultores familiares ou ligados à produção ou aos problemas agrícolas e consultar o MEC sobre a questão legal dessa priorização; [...] 5. Garantir uma estrutura de suporte ao estudante, contemplando o transporte, a alimentação e a residência estudantil, gratuita e de qualidade, e ainda implementar e/ou ampliar o número de bolsas de pesquisa, incluindo bolsas de iniciação científica, trabalho e monitorias. (BRASIL-MEC/SETEC, 2009, p. 21)

A escolha proposital das propostas mencionadas visa enfatizar a preocupação desse eixo temático em providenciar meios para a inserção e ampliação das demandas de alunos, em geral, mas principalmente dos filhos de agricultores residentes em áreas rurais, nas Escolas Agrotécnicas Federais. No entanto, cabe ressaltar que as análises sobre essas e outras propostas divulgadas por esse documento não devem ser superficiais, mas avaliadas de acordo com os contextos social e econômico de cada região. Além disso, embora a efetivação de todas as propostas ocorra de forma gradual, é de suma importância sua contribuição para que se reforcem as particularidades da educação profissional agrícola.

Assim, pode-se perceber que as políticas educacionais direcionadas à educação profissional no Brasil estão vinculadas às transformações e rupturas, que se constituem como características principais dessas ações. Todavia, apesar da transferência das

¹⁰ Essa formação relaciona-se ao conceito de sustentabilidade. De acordo com Alves (2010), esse conceito significa sobrevivência, entendida como a perenidade dos empreendimentos humanos e do planeta.

instituições que ofereciam o ensino agrícola para o Ministério da Educação e Cultura, na década de 1960, se apresentar com uma iniciativa prejudicial às especificidades da formação agrícola, isso não ocorreu, pois na gestão desse ministério foram tomadas medidas que preservaram as necessidades dessa formação, a saber: o modelo de Escola Fazenda e a “Lei do Boi”.

Finalmente, embora na década de 1990, as providências normativas estabelecidas pela LDBEN destinadas à educação profissional proporcionassem a ela um tratamento homogêneo, na atualidade, ocorrem discussões cujos objetivos são a adaptação da formação profissional agrícola ao novo espaço rural brasileiro e manutenção das especificidades dessa formação, como mostra o documento de (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, oficializado no ano de 2009. Porém, não é possível analisar a educação profissional agrícola apenas do ponto de vista político, uma vez que essa pretende atender às demandas do setor agropecuário. Sendo assim, as transformações ocorridas nesse setor, especialmente no período da criação da Escola Agrotécnica de Campos, atual Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo, serão discutidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A modernização do setor agropecuário entre os anos 1950-70 e um breve histórico do setor sucroalcooleiro campista

Haja vista que seria praticamente impossível analisar a educação profissional agrícola desassociada do espaço de atuação do técnico, e também por considerar que o desenvolvimento do setor agropecuário contribui diretamente para a importância dessa formação profissional, foi que ocorreu a necessidade de apresentar, neste capítulo, algumas das características e transformações desse setor, salientando as décadas de 1950 e 1970. O recorte temporal deste estudo justifica-se por ter acontecido nesse período a intensificação das atividades laborais do técnico em agropecuária e consequentemente a expansão das escolas agrotécnicas brasileiras.

Além disso, o momento de modernização agrícola, tratado neste capítulo, coincide com a inauguração e a administração da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo (ETEAAAS), no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura. Importa enfatizar que esse teria sido um tempo de visibilidade da escola entre os jovens, não só da região na qual ela se localiza, mas também de outros estados brasileiros.

Sendo assim, no primeiro item deste capítulo, pretendeu-se analisar as influências do processo de industrialização brasileira empreendido entre os anos 1950 e 1960, no setor agropecuário. Para tanto, buscaram-se as contribuições dos trabalhos de Szmrecsányi (1984) e Contini et al. (2010). No segundo item, serão abordadas, a partir dos aportes teóricos de Santos (1988), Peixoto (2008) e Contini et al. (2010), a construção e a consolidação dos instrumentos de modernização do setor agropecuário: Crédito Rural, Extensão Rural e a Pesquisa Agropecuária. Ainda nesse segundo item, será tratada a maneira como as características dos instrumentos de modernização influenciaram a construção de uma modernização conservadora, conceito tratado no trabalho de Silva (1993).

Em outra seção, buscou-se entender parte da dinâmica do setor agropecuário campista e, para tal empreendimento, recorreu-se à construção de um breve histórico sobre a atividade sucroalcooleira a partir da contribuição teórica encontrada no trabalho de Silva; Carvalho (2004). A escolha dessa atividade se deve ao fato de essa ser uma tradição produtiva do município no qual a ETEAAAS se situa reconhecida nacionalmente.

Por isso, a atividade sucroalcooleira campista representou um importante espaço de atuação profissional do técnico em agropecuária, formado pela ETEAAS.

2.1 Algumas características iniciais da modernização do setor agropecuário no Brasil

Ao tratar da modernização do setor agropecuário no Brasil, faz-se necessário, inicialmente, esclarecer as características desse setor. Para tanto, esta seção iniciará-se apropriando-se da seguinte definição de setor agropecuário:

[...] um sistema produtivo que se desenvolveu no contexto de uma economia capitalista dependente, sendo a produção agropecuária apenas um dos subsistemas que se articula a outros quatro: (a) das atividades de suporte institucional (crédito, assistência técnica, pesquisa e treinamento); (b) de fornecimento de insumos extrassetoriais (máquinas e implementos; fertilizantes, defensivos, etc.); (c) dos canais de comercialização (intermediários de vários tipos de cooperativas); e (d) das unidades de transformação industrial dos produtos agropecuários (agroindústria em geral). (SZMRECSÁNYI, 1984, p.112)

Na concepção do autor mencionado, esse setor se apresenta como algo amplo e complexo, já que seu desenvolvimento dependeu de outras atividades vinculadas a outros setores da economia, especialmente ao industrial. Entretanto, o momento em que ocorreu tal vinculação, fato que promoveu sua modernização, não é um consenso entre os estudiosos, a cujos trabalhos se teve acesso.

Para Szmrecsányi (1984), até o final dos anos de 1920, a economia brasileira fora predominantemente rural, as atividades que contemplavam o setor agropecuário constituíram-se como dominantes dentro do modelo denominado primário exportador. Entretanto, na década de 30, a crise de 1929 teria proporcionado uma aceleração no processo de industrialização brasileira. Essa evolução caracterizou-se por uma industrialização voltada para a substituição de importações, ou seja, uma tentativa do Brasil perfazer produtos industrializados, que até o momento eram importados.

Como consequência desse processo de industrialização, a produção agropecuária:

[...] passou a redefinir suas relações com o resto do mundo, primeiro, em função dos efeitos da crise cafeeira e da Grande Depressão sobre a demanda e os preços do comércio internacional e depois em função dos novos vínculos que foi assumindo no mercado interno com os setores urbanos e industriais emergentes. (SZMRECSÁNYI, 1984, p.114)

Outro autor que trata das características do setor agropecuário brasileiro é Navarro (2010). Para ele, até os anos de 1950, o Brasil esteve subordinado ao “primitivismo tecnológico”. Segundo o autor, o desenvolvimento e o aumento da produção agrícola, por exemplo, deveram-se exclusivamente ao aumento da área plantada, sendo o café o principal produto da exportação brasileira¹. Dito de outro modo, para ele, o setor agropecuário até a década de 1950, não se apresentava como mercado para os produtos industrializados.

Sobre essa questão, apesar de Szmrecsányi (1984) afirmar que na década de 1930 deu-se o início da construção dos vínculos entre o setor agropecuário e industrial, o autor irá reconhecer que foi apenas entre as décadas de 1950-60 que esses vínculos foram, enfim, completados. Isso porque a sua consolidação ocorreu em âmbito nacional e não apenas regional. Nesse período, a intensificação das atividades industriais foi considerada, tanto por Szmrecsányi (1984) quanto por Navarro (2010), o fator impulsionador mais importante do desenvolvimento do setor agropecuário, muito embora as transformações que o setor industrial teria provocado nele não tenham se dado de maneira uniforme em todo o país.

2.2 A industrialização como fator modernizador da agropecuária: os anos de 1950 e 1960

A partir da década de 1950, intensificou-se o processo de industrialização brasileira, sob o comando cada vez maior do capital das empresas multinacionais². Além disso, a criação de empresas nacionais fornecedoras de infraestrutura, principalmente energia, favoreceu o desenvolvimento das atividades industriais no Brasil³.

De acordo com o estudo de Contini et al. (2010), afirma-se que nesse período deu-se prioridade à infraestrutura urbana, mantendo baixos os preços dos alimentos. Isso a fim de que o aumento do poder de compra dos produtos industrializados pudesse ser alcançado. Para tanto, de acordo com Szmrecsányi (1984, p.115), “verificou-se entre as décadas de 1950-60 uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial”.

¹ Praticamente não se usava nenhum insumo agroindustrial, o que pode ser ilustrado pelo censo agropecuário de 1960, que apontou a existência de apenas 56 mil tratores e todos importados.

² Foi a partir dos anos 50 que o Estado passou a desempenhar um papel mais ativo na estruturação do setor industrial. Em primeiro lugar, ocorreu uma articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e próprio Estado. Para isso, foi importante a definição de uma estratégia geral de desenvolvimento (Plano de Metas) e o estabelecimento de metas industriais através da ação de Grupos Executivos.

³ Como parte da política de investimento na infraestrutura, Getúlio Vargas encaminhou ao Congresso em 1951, um projeto de lei para a criação da Petrobrás. No entanto, o Senado somente aprovaria a criação dessa empresa em 1953, estabelecendo o monopólio estatal sobre a pesquisa e exploração do petróleo. Outro projeto nesse sentido propunha a criação da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A). A criação de uma empresa estatal na área de energia elétrica era uma das principais reivindicações nacionalistas. Apesar de o projeto ter sido encaminhado ao Congresso desde 1954, a lei que criou a Eletrobrás só foi aprovada em 1962.

Nessa perspectiva, o crescimento do processo de industrialização foi acompanhado pelo aumento da população urbana, pois as cidades se apresentavam como novas áreas de absorção de mão de obra, além de oferecer melhores condições de vida. Esse aumento da população urbana foi consequência de um processo intenso de êxodo rural, que pode ser percebido a partir do quadro abaixo:

Ano do censo	Percentual da população urbana
1940	31,2
1950	36,2
1960	44,7
1970	55,9
1980	67,6
1991	75,6
2000	81,2
2010 (previsão)	86,8

Quadro 1: Urbanização (em %) da população brasileira a partir da década de 1940

Fonte: dados originais IBGE (2010b)

É importante ressaltar que o momento de transformação econômica empreendido pelo processo de subordinação do setor agropecuário ao setor industrial, ao contrário do que se imagina, não significou o declínio do setor agropecuário. De acordo com Szmrecsányi (1984) e Contini et al. (2010), a importância do setor não apenas se manteve inalterada, como apresentou taxas de crescimento, pois junto ao rápido crescimento da população urbana houve também o aumento na demanda de alimentos, fato que proporcionou à agricultura e pecuária um ambiente muito favorável ao seu crescimento e modernização.

Além disso, como se pode observar, o que mudou nesse momento foram as funções produtivas do setor agropecuário:

Em vez de estar voltado somente para as exportações, para o autoconsumo da população rural e para o abastecimento de uns poucos e pequenos núcleos urbanos, o setor agropecuário sem deixar de alimentar sua força de trabalho e a das cidades e sem deixar de exportar seus excedentes, passou a atender uma crescente demanda interna por parte de numerosas cidades em rápida expansão e de um setor industrial cada vez mais amplo e diversificado, primordialmente voltado para a transformação de seus produtos. (SZMRECSÁNYI, 1984, p.116)

Todavia, percebeu-se que a produção agropecuária nesse contexto diversificou suas funções produtivas, graças ao processo de industrialização. Em contrapartida, “a recíproca também foi verdadeira”, pois, de acordo com Szmrecsányi (1984), sem o aproveitamento das atividades produtivas do setor agropecuário, o desenvolvimento da industrialização, bem como o da urbanização, não seria possível.

Finalmente, a seguir, buscou-se entender de que maneira o dinamismo econômico, proporcionado pela vinculação ainda mais intensa entre o setor agropecuário e industrial nos anos 1970, corroborou para a modernização do setor agropecuário considerada pelo trabalho de Silva (1993) como conservadora.

2.3 A década de 70: a consolidação dos instrumentos modernizadores e a construção de uma modernização conservadora

Para Szmrecsányi (1984), o bom aproveitamento produtivo das atividades agrícola e pecuária, desenvolvido durante as décadas de 1950-60, proporcionou sobremaneira o desenvolvimento dos subsistemas, que de forma articulada constituem o setor agropecuário. O autor definiu esses subsistemas como: 1- As atividades de suporte institucional (crédito, assistência técnica, pesquisa e treinamento); 2- O fornecimento de insumos extrassetoriais (máquinas e implementos; fertilizantes, defensivos, etc.); 3- Os canais de comercialização (intermediários de vários tipos de cooperativas); e 4- As unidades de transformação industrial dos produtos agropecuários (agroindústria em geral).

O trabalho realizado por Contini et al. (2010) analisou esses subsistemas não apenas como parte do setor agropecuário, mas principalmente como instrumentos de modernização criados ou utilizados de forma mais intensa nas décadas de 1950-70. Nessa perspectiva, os autores destacaram entre os subsistemas citados as atividades de suporte institucional classificadas como principais instrumentos de modernização do setor agropecuário: 1 - o crédito rural; 2 - o serviço de extensão rural; e 3 - o desenvolvimento da ciência e tecnologia, realizado através da pesquisa agropecuária (CONTINI et al., 2010, p. 45).

Para os autores mencionados, a utilização ou criação de tais instrumentos caracterizou o período em questão como um “divisor de águas” no que diz respeito ao desenvolvimento do país:

A industrialização e a urbanização estabeleceram o paradigma de transformação da agricultura, tendo como base principal a tecnologia e a ciência. Politicamente, ela deslocou o poder dos campos para as cidades, transformando o Brasil em uma sofisticada sociedade urbana. (CONTINI et al., 2010, p. 44)

Nessa perspectiva, Silva (1993) afirma que, após 1965, ocorreram no Brasil algumas mudanças qualitativas capazes de alterar as bases técnicas de produção agrícola, que contribuíram para maior produtividade agrícola e pecuária. A esse conjunto de mudanças Silva (1993) denominou “modernização”, que por sua vez teria sido consolidada na década de 1970, com a formação de complexos agroindustriais constituídos pela integração de três elementos básicos: “as indústrias que produzem para a agricultura; a agricultura (moderna), propriamente dita, e as agroindústrias processadoras” (SILVA, 1993, p. 2). A formação desses complexos, para o autor, estava intimamente ligada ao incentivo de políticas governamentais, como fundos de financiamentos, programas de apoio a determinados produtos agrícolas, crédito para a aquisição de máquinas e insumos modernos.

Entretanto, o estudo realizado por Silva (1993) presume que a modernização empreendida no setor econômico agropecuário nesse período foi conservadora, uma vez que ocorreu de forma restrita, atingindo apenas algumas áreas e produtores rurais. Sobre isso o autor salienta: “A característica fundamental da chamada ‘modernização conservadora’ da agropecuária em nosso país é, portanto, o seu caráter excludente, quer se considere o tamanho dos produtores, quer se considere a região do país” (SILVA, 1993, p. 4).

Conforme as pesquisas desse autor, entre meados da década de 1970 e 1980, apenas 10% dos estabelecimentos agropecuários poderiam ser considerados agroindústrias. Outrossim, o trabalho de Silva (1993) afirma que nas regiões norte, nordeste e em parte do sudeste, no mesmo período, predominavam os pequenos produtores rurais não integrados às agroindústrias. Entretanto, o mesmo estudo enfatiza que, embora os estabelecimentos agropecuários considerados agroindústrias representassem apenas 10%, esse número significava um terço da produção agropecuária em todo o país em 1975. Nesse sentido, o processo de modernização conservadora não deve ser considerado sinônimo de atraso, muito embora acarretasse consequências prejudiciais ao desenvolvimento agropecuário no país.

As seções seguintes tratarão da consolidação dos instrumentos modernizadores, apresentados no trabalho de Contini et al. (2010), percebendo suas contribuições para o conceito de modernização elaborado por Silva (1993).

2.3.1 O crédito Rural

Ao tratar do crédito rural como instrumento de modernização do setor agropecuário brasileiro, Santos (1988) afirma que a ação decisiva para a criação e consolidação desse instrumento ocorreu em 1937, com a criação da carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). Segundo o autor, o principal motivo para a criação desse mecanismo institucional foi “a constatação de que os recursos financeiros tinham dificuldades para chegar ao setor rural, necessitando, pois, o Estado, garantir o suprimento de tais recursos” (SANTOS, 1988, p. 394).

O CREAI ofereceria algumas vantagens na obtenção do crédito, entre elas podem ser citadas: “Garantia de existência de recursos financeiros; estabelecimentos de prazos adequados à natureza e especificidades das operações e concessão de taxas de juros inferiores às cobradas de outros setores da economia” (SANTOS, 1988, p. 394). Não obstante, a concessão de crédito rural ocorreu de forma lenta, sendo somente no ano de 1953 a existência de uma rápida expansão dos créditos para a agricultura.

Segundo Santos (1988), a partir de meados da década de 1960, a produtividade agrícola precisava crescer; no entanto, com a carência de amplas pesquisas direcionadas ao setor agrícola e sendo essas específicas ao local, ficava clara a necessidade de grandes investimentos para a criação, realização e adaptação de tecnologias destinadas a esse setor.

Dessa maneira, o Brasil deveria buscar uma solução em curto prazo de incentivo ao uso de insumos modernos, que seriam adquiridos de modo mais amplo por meio do crédito rural. De acordo com Santos (1988), essa iniciativa acabou se direcionando aos médios e grandes proprietários, pois na falta de uma infraestrutura rural, negligenciada ao longo do tempo, seria natural que apenas os médios e grandes produtores tivessem a capacidade de absorver as tecnologias e responder rapidamente aos investimentos do governo.

Nesse momento, o governo brasileiro proporcionou a concessão de créditos abundantemente, promovendo assim aquisição e ampliação de novas tecnologias direcionadas às atividades agropecuárias. O gráfico abaixo nos ajuda a compreender melhor tal momento:

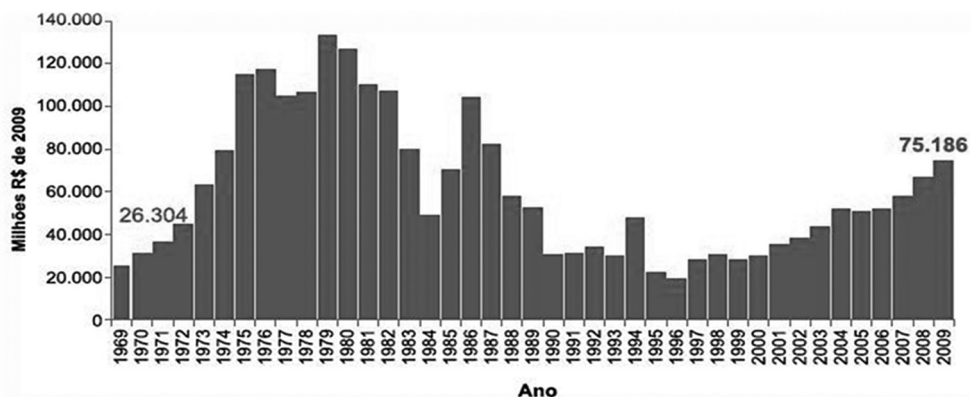


Gráfico 1: Evolução do crédito rural no Brasil – Financiamentos concedidos a produtores e a cooperativas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, no período de 1969 a 2009.

Fonte: (CONTINI et al., 2010, p.46)

Como se pode perceber, entre os anos de 1975 e 1982, o valor disponibilizado em forma de crédito concedido foi mais alto, chegando a alcançar um valor recorde de R\$132,6 bilhões em 1979. Sobre o crédito rural, Contini et al. (2010, p. 45) afirmam: “O crédito rural do governo associou-se com a assistência técnica pública e privada, conforme o princípio de suprir capital físico e humano”.

Apesar da expansão e intensificação do crédito rural, não se pode deixar de ressaltar que a modernização das técnicas agrícolas não ocorreu de forma igualitária entre os produtores rurais, pois “o baixo grau de instrução da maioria dos agricultores, os precários recursos disponíveis para o crédito rural e questões fundiárias, como a regularização da terra, não permitiram a massificação do desenvolvimento tecnológico” (CONTINI et al., 2010, p. 45).

Sobre essa questão, Santos (1988) afirma que, como o programa de crédito rural estabeleceu taxas de juros baixos, não houve alternativa aos agentes de financiamento, senão atribuir uma parcela maior de crédito aos agricultores que representassem o menor risco de inadimplência, ou seja, médios e grandes proprietários. Nesse caso, os médios e grandes produtores que oferecessem garantias como os títulos de posse da terra seriam aqueles que atenderiam às exigências das instituições bancárias. Dessa forma, a concessão do crédito rural funcionava como instrumento de exclusão, uma vez que eliminava automaticamente os agricultores que não possuíssem as garantias alegadas acima⁴.

Contudo, pode-se perceber que a concessão do crédito rural se constituiu como um importante instrumento de modernização do setor agropecuário, uma

⁴ De acordo com Silva (1993), a região mais pobre do Brasil, o Nordeste, foi a mais prejudicada, por ter menor índice de escolaridade e maior índice de irregularidades quanto aos títulos de posse da terra.

vez que possibilitava a realização de investimentos, que se traduziram no aumento da produtividade mais rapidamente; porém, sua distribuição não ocorreu de forma indiscriminada, eliminando uma parcela de produtores rurais que, supostamente, não poderiam arcar com as aquisições necessárias ao melhor desempenho do setor. Segundo Santos (1988), o crédito rural não só funcionou como instrumento econômico, mas também político, pois se moldou aos objetivos de modernizar a agricultura do país, alterando minimamente as suas estruturas, o que significou, apenas, ampliar a utilização dos insumos industriais no setor. Portanto, essas características da distribuição de créditos justificam em parte o termo modernização conservadora.

2.3.2 Extensão Rural

Outro instrumento utilizado para o desenvolvimento do setor agropecuário foi o projeto de extensão rural, que teve por objetivo “a comunicação de novas técnicas, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, importantes ao desenvolvimento das atividades rurais, especialmente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira” (PEIXOTO, 2008, p. 6).

Segundo o referido autor, esse projeto de caráter educativo teve suas ações institucionalizadas nacionalmente na década de 1940. Embora ações que visassem à extensão rural existissem desde meados do século XIX, nesse momento foram consideradas rudimentares ou estavam implícitas em outras políticas públicas⁵.

Vale ressaltar que as ações de extensão rural diferem das de assistência técnica, pois esta última “não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural” (PEIXOTO, 2008, p.7).

Outra maneira de diferenciar tais ações seria pelo público aos quais buscam atingir. De acordo com a citação abaixo as ações de assistência técnica visam alcançar:

[...] as indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as revendas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria prima agropecuária), em geral, [que] prestam serviços melhor caracterizados como assistência técnica, através de suas atividades de vendas, pós-vendas ou de compras. Portanto, seu público alvo é composto, em geral, por médios a grandes produtores rurais, mais tecnificados e

⁵ Os registros do Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON) apontam que em 1859 e 1860 foram criados quatro institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações. Foram eles: o Imperial Instituto Baiano de Agricultura criado pelo decreto n.º 2.500 de 01/11/1859; o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura criado pelo decreto n.º 2.516 de 22/12/1859; o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano criado pelo decreto n.º 2.521 de 20/01/1860; o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, criado pelo decreto n.º 2.607 de 30/06/1860. Os estatutos dos institutos imperiais eram quase idênticos e previam a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas que são ainda hoje métodos de extensão e meio de comunicação utilizados (PEIXOTO, 2008, p. 12).

capitalizados, com melhor nível de instrução, e que melhor se enquadram na categoria e agricultores patronais e empresariais. (PEIXOTO, 2008, p. 8)

Entretanto, as ações de extensão rural teriam um caráter mais amplo, pois seriam realizadas por instituições públicas e gratuitas que buscam:

[...] fomentar e difundir novas técnicas produtivas, geradoras de externalidades positivas para toda a população (barateamento de alimentos, aumento do saldo comercial do país com impacto positivo sobre toda a economia, etc.). (PEIXOTO, 2008, p. 8)

Segundo Peixoto (2008), no Brasil, se privilegiou, ao longo do tempo, o modelo público e gratuito de serviços de extensão rural, exercido pelas instituições estaduais de Assistência Técnica de Extensão Rural (ATER). A consolidação dessas instituições atribuiu às ações de extensão rural um sentido organizacional. Assim, “a expressão ‘extensão rural’ é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de ATER nos estados” (PEIXOTO, 2008, p. 8).

Como já registrado, a criação das primeiras ações institucionalizadas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil ocorreu na década de 1940. Entretanto, já em 1929, aconteceu a primeira Semana do Fazendeiro. De acordo com Peixoto (2008, p.15), “esse evento promovido pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), oferecia diversos cursos de extensão e palestras”. Outros eventos nessa mesma perspectiva, segundo o mesmo autor, foram as Semanas Ruralistas, realizadas na década de 1940. Essas foram promovidas a partir de convênios entre o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados e proporcionavam a visita de técnicos, que ministravam palestras nos municípios do interior brasileiro.

Apesar disso, somente na década de 1940 foi que os serviços de assistência técnica e extensão rural se ampliaram e se institucionalizaram, pois, sob a tutela do Ministério da Agricultura, foram criados:

[...] mais de 200 Postos Agropecuários, com a finalidade de constituírem-se como pequenas fazendas demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Os postos deveriam ter pelo menos um agrônomo e um veterinário cada, mas só atendiam a poucos e privilegiados produtores, segundo sua influência na política local. (PEIXOTO, 2008, p.15)

No entanto, devido a problemas administrativos, a experiência dos postos agropecuários teve curta duração. No ano de 1945, foi estabelecido, no governo de Getúlio

Vargas, o Decreto-Lei n.º 7.449, o qual determinava que o processo de organização dos produtores rurais deveria ser realizado através da criação de associações rurais municipais, compostas por proprietários de estabelecimentos rurais. Essas organizações por sua vez: “se organizariam em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal”⁶. As associações rurais colaboravam para as ações de extensão rural, na medida em que tinham como obrigações:

l) realizar a difusão de ensinamento agropecuário, visando, principalmente, à melhoria das condições do *habitat* rural; m) promover a aprendizagem agropecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais; n) manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas à padronização e classificação. [...] t) realizar, em colaboração com o Governo, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres. (DECRETO-LEI n.º 7.449, art. 14, 1945, apud PEIXOTO, 2008)

Durante as décadas de 1940 e 1950, outras ações visaram à prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural⁷. De acordo com o trabalho de Peixoto (2008), entre as décadas de 1960 e 1970, essas ações foram intensificadas pela criação, naquele momento, de Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em cada estado brasileiro. Essas associações eram coordenadas em nível nacional pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Segundo Peixoto (2008, p. 18), as associações estaduais poderiam ser definidas como “entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural e elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros”. A primeira ACAR foi criada em 1948, no estado de Minas Gerais; as demais foram surgindo, em cada estado brasileiro, ao longo das décadas de 1950 e 70⁸.

Como consequência da criação das ACAR e da ABCAR, foi formado o Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Este, entre o final das décadas de 1940 e 1970, conseguiu assistir a um maior número não somente de municípios, mas também de agricultores, disponibilizando assistência técnica, bem como auxílios creditícios. Essas informações estão dispostas, na tabela a seguir:

⁶ “Nos primeiros anos da década de 1950 já existiam 511 associações rurais. Em 30 de agosto de 1958, estavam registradas no serviço de economia rural do ministério da agricultura, 1.500 associações rurais.” (PEIXOTO, 2008, p.15)

⁷ Outra iniciativa, proposta em 1949 e patrocinada pelo ministério da educação e saúde, sob a orientação da igreja católica e do serviço social, foi a criação das missões rurais de educação; pautadas nas experiências das missões do México, baseavam-se na filosofia do desenvolvimento de comunidades (dc) por processos educativos e assistenciais e eram compostas por equipes multidisciplinares, constituídas de agrônomos, médicos, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais. As missões rurais duraram pouco, mostrando-se onerosas e pouco úteis. (OLINGER, 1986 apud PEIXOTO, 2008, p.16)

⁸ Segundo Peixoto (2008), o método de ação das ACAR foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades e associações. Todavia, o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos.

Tabela 1: Evolução do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, segundo diversos indicadores - 1949 a 2006

Ano	ACAR (ano de criação)	Escritórios	Municípios atendidos	Pessoal Técnico	Pessoal - administrativo	Pessoal (total)	Agricultores assistidos	Agricultores assistidos por técnico	Número de planos de crédito ⁽²⁾
1948	MG	-	-	-	-	-	-	-	-
1949	-	4	-	-	-	-	-	-	-
1950	-	8	-	-	-	-	-	-	-
1951	-	10	-	-	-	-	-	-	-
1952	-	21	-	-	-	-	-	-	-
1953	-	21	-	-	-	-	-	-	-
1954	Ancar (ação regional), CE, PE e BA	42	-	-	-	-	-	-	-
1955	PB, RN, RS	69	-	-	-	-	-	-	-
1956	ABCAR, SC,	106	-	-	-	-	-	-	-
1957	ES	134	-	-	-	-	-	-	-
1958	RJ	167	-	-	-	-	-	-	-
1959	PR, GO	174	215	-	-	-	-	-	-
1960	-	197	-	-	-	-	-	-	-
1961	-	220	-	-	-	-	-	-	-
1962	SE	250	-	-	-	-	-	-	-
1963	MA, AL	326	-	-	-	-	-	-	-
1964	-	424	-	-	-	-	-	-	-
1965	MT, PA	533	831	-	-	-	-	-	8.421
1966	AM, PI	725	-	-	-	-	-	-	5.534
1967	DF, CATI-SP ⁽¹⁾	948	-	-	-	-	-	-	12.643
1968	AC	1.021	-	-	-	-	-	-	19.024
1969	-	1.025	1.393	2.434	-	-	220.000	90	28.526
1971	RR, RO	-	-	-	-	-	-	-	-
1974	AP	1.422	2.236	3.371	3.331	6.704	240.028	71	56.955
1975	Início da estatização das ACAR	1.564	2.555	4.605	3.972	8.579	-	-	-
1976	-	1.789	2.816	6.584	5.495	12.081	-	-	-
1977	-	1.800	2.913	6.540	6.562	13.104	474.189	73	81.404
1978	-	1.920	3.047	7.193	7.082	14.277	-	-	-
1983	-	2.506	3.166	12.121	-	-	1.113.557	92	-
1988	-	2.900	3.300	-	-	-	-	-	-
2003	-	-	3.664	-	-	20.599	1.890.739	-	-
2006	-	-	4.295	-	-	26.877	2.492.662	-	-

Fonte: Peixoto (2008)

Finalmente, o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, em 6 de novembro de 1974, foi estatizado. De acordo com a Lei n.º 6.126, foi autorizada pelo Poder Executivo a instituição da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), no lugar do Sistema Brasileiro de Extensão Rural. Essa empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, foi integrada à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que passou a oferecer apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem em ATER e pesquisa agropecuária.

A criação da Embrapa, no início da década de 1970, segundo Contini et al. (2010), representou a consolidação institucionalizada do terceiro instrumento utilizado a favor da modernização do setor agropecuário. Sobre esse instrumento, trataremos a seguir.

2.3.3 A pesquisa em agropecuária na década de 1970

Na década de 1970, o desenvolvimento da agricultura se intensificava no Brasil. O crescimento acelerado da população e da renda per capita, ocasionado pelos processos de industrialização e urbanização, além da abertura para o mercado externo, mostrava que o aumento da produção agropecuária não deveria ocorrer apenas por meio do aumento da área cultivada, mas também pelo aumento da produtividade da terra. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos gerados no país para repasse aos agricultores⁹.

Foi então, que na década de 1970, mais especificamente em 1973, foi criada a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Sobre o contexto da criação dessa empresa:

No início da década de 1970, as condições estavam maduras para criação da Embrapa: crise de alimentos, traduzida em preços elevados, desabastecimento das cidades, filas nos supermercados, agitação social e amplas oportunidades para o incremento das exportações, incremento este necessário para manter as elevadas taxas de crescimento da economia. Diante disso, tinha se firmado a convicção de que o incremento da área cultivada e das pastagens não faria a oferta crescer a taxas compatíveis com a demanda. E mais, o estoque de conhecimentos era amplamente insuficiente. Assim, no plano macroeconômico, havia suficiente pressão e entendimento para reformar a pesquisa pública em agricultura. (ALVES, 2010, p. 66)

Em relação à criação da EMBRAPA, Contini et al. (2010, p. 46) afirmam:

Criou-se uma empresa pública de direito privado, com maior flexibilidade e agilidade na gestão e concebeu-se um modelo concentrado de pesquisa, centrado na capacitação de recursos humanos em centros de excelência do Brasil e do exterior, e na infraestrutura de pesquisa adequada (como laboratórios), com o objetivo de maximizar o tempo da inteligência humana.

⁹ Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em 05/02/2012.

Instalada em Brasília (DF), ao final do ano de 1973, uma portaria do Executivo encerrou a existência do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação (DNPEA), que coordenava todos os órgãos de pesquisa existentes até a criação da Embrapa, que herdou do DNPEA uma estrutura composta de 92 bases físicas: 9 sedes dos institutos regionais, 70 estações experimentais, 11 imóveis e 2 centros nacionais. A partir daí, a Embrapa começava a sua fase operativa, passando a administrar todo o sistema de pesquisa agropecuária no âmbito federal.¹⁰

Para Contini et al. (2010), como consequência da criação da EMBRAPA, foram financiadas pesquisas direcionadas ao setor agropecuário realizadas nos estados brasileiros e nas diversas universidades de ciências agrárias. Além do mais, ocorreu a criação de centros de pesquisa por produtos de importância econômica, bem como centros de recursos para áreas estratégicas e centros temáticos de pesquisa. Conforme esse autor,

Com os objetivos de apoiar as ações da diretoria da EMBRAPA e funcionar como elemento de ligação às áreas responsáveis pela execução das pesquisas, foram criados os departamentos: de diretrizes e métodos, técnico-científico, de difusão de tecnologia, de recursos humano, financeiro e de informação e documentação. (CONTINI et al. 2010, p. 46)

Com uma estratégia de funcionamento da EMBRAPA, foi implementado um projeto de descentralização de suas ações, que se refletiu na criação, como já mencionado, de vários centros de pesquisa instalados em todas as regiões brasileiras, os quais variavam de acordo com a principal atividade econômica local, voltada para os setores agropecuário e extrativista. Assim, em 1974, foram criados os primeiros centros nacionais por produtos: Trigo (em Passo Fundo, RS), Arroz e Feijão (em Goiânia, GO), Gado de Corte (em Campo Grande, MS) e Seringueira (em Manaus, AM). Logo depois foram criados os Centros de pesquisas por ecorregião e por temas básicos¹¹.

Ainda em meados da década de 1970, foi criada a EMBRAPA na região norte da Amazônia e de Roraima. Na região nordeste, criou-se a EMBRAPA: Algodão; Caprinos; Mandioca e Fruticultura tropical; Semiárido. Na região Sul, surgiu a EMBRAPA: Florestas; Pecuária-Sul; Suínos e Aves; Trigo; Uva e Vinho. Na região sudeste, criou-se a EMBRAPA: Agrobiologia; Agroindústria de Alimentos; Gado de Leite. Na região Centro-Oeste foi criada a EMPRAPA: Agropecuária Oeste; Arroz e Feijão; Cerrados; Gado de Corte; Hortaliças; Recursos Genéticos e Biotecnologia.

É relevante lembrar que, de acordo com os estudos de Contini et al. (2010), os conhecimentos científicos desenvolvidos no interior dos centros de pesquisa eram

¹⁰ Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em 05/02/2012.

¹¹ Disponível em: <http://www.embrapa.br/>. Acesso em 05/02/2012.

divulgados pela mídia. Além disso, esses conhecimentos foram responsáveis pela transformação de recursos naturais improdutivos em recursos produtivos. A área em que essa transformação se deu de forma mais intensa foi a do Cerrado brasileiro, pois, segundo os autores,

A ciência aplicada desvendou o mistério dos solos ácidos, anteriormente tidos como imprestáveis, do Cerrado brasileiro. As novas cultivares transformaram em produção, a taxas crescentes, as descobertas científicas. A ineficiente e extensiva pecuária de corte da região cedeu lugar à agropecuária tropical pioneira e eficiente. Incorporaram-se milhões de hectares à agricultura brasileira. (CONTINI et al., 2010, p. 47)

Nesse contexto, as atividades agrícolas se intensificaram. Esse fato demandou, especialmente em meados da década de 70, uma ampliação da utilização de insumos modernos como fertilizantes, e também o uso de máquinas agrícolas, como, por exemplo, tratores. Essa ampliação pode ser percebida no quadro seguinte:

Ano	Tratores n.º	Fertilizantes (Toneladas)	Defensivos (Toneladas)
1967	110	159	126
1968	121	214	178
1969	132	225	201
1970	146	356	195
1971	158	415	217
1972	181	622	314
1973	211	598	417
1974	246	704	500
1975	287	648	374

Quadro 2: Brasil: índices simples da utilização de insumos básicos pela agricultura, 1967-1975

Fonte: Balsan (2006)

Os dados acima mostram que os usos de insumos mecânicos e químicos cresceram em um ritmo muito acelerado. Para tal empreendimento, não somente as pesquisas agrícolas tiveram um papel fundamental. Com igual importância, podemos considerar a concessão do crédito rural, que proporcionava a compra de tais insumos, que visavam à modernização do setor.

Todavia, podemos considerar que a modernização do setor agropecuário

dependeu fortemente da criação, ampliação e consolidação dos instrumentos de modernização tratados por essa seção: Crédito Rural, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária. Esses instrumentos representaram ações importantes que visavam a melhorias da produtividade nas atividades agropecuárias. Entretanto, apesar da intensificação na concessão do crédito rural, da ampliação dos serviços de extensão e assistência técnica rural desempenhados pelas ATER, além da construção de centros pesquisas em todas as regiões brasileiras financiados pela EMBRAPA, não se pode afirmar que essas melhorias tenham alcançado todos os produtores rurais, nem todas as áreas de produção agrícola do Brasil. Portanto, essas incertezas paradoxalmente confirmam a tese da existência no Brasil de uma modernização conservadora, apresentada neste trabalho, através dos estudos de Silva (1993).

2.4 O setor sucroalcooleiro e a formação técnica em agropecuária

Embora se saiba que o setor agropecuário se constitui por várias atividades já mencionadas no início deste capítulo, importa dizer que a escolha por tratar especificamente das transformações no setor sucroalcooleiro se explica por ter sido essa atividade responsável pelo reconhecimento do município de Campos dos Goytacazes no cenário nacional, durante quase toda sua trajetória histórica. Além disso, a atividade sucroalcooleira contribuiu, sobremaneira, para a proposta de formação profissional oferecida pela ETEAAS¹².

Segundo Oliveira (1991), no ano de 1955 ocorreu a criação da Escola Agrotécnica de Campos. No início das atividades da escola havia uma ideia de formação ampla, cujo objetivo era capacitar técnicos para atuar em regiões economicamente variadas. Isso porque, nesse momento, havia na instituição um número significativo de alunos oriundos de outras unidades da federação, além do Rio de Janeiro.

Todavia, segundo o mesmo autor, situações posteriores culminaram na oferta de uma formação profissional mais regionalizada, portanto voltada à aplicação de técnicas para cultivo da cana-de-açúcar. Entre as causas que levaram a uma formação menos generalista podem ser citadas:

[...] a expansão do ensino profissional, com o aumento do número de estabelecimentos em outros municípios da região Norte Fluminense,

¹² De acordo com o trabalho de Oliveira (1991), o fato de o município de Campos ser um polo de produção de açúcar nacional fez com que, em meados da década de 1950, a construção de uma escola agrotécnica, que pudesse criar e difundir tecnologias para a produção açucareira, fosse incentivada. Além do mais, as usinas de açúcar transformaram-se em um importante, senão o principal espaço de atuação do técnico em agropecuária formado pela ETEAAS.

voltados para a formação de técnicos agrícolas [o que] resultou na ampliação do número de alunos com origem do município de Campos. Também, na década de 1970, sob a administração da Secretaria Estadual de Educação, foi feito um convênio com a Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana (COOPERPLAN), para a cessão de parte da área do educandário à referida cooperativa, passando a mesma a explorar com o cultivo de cana 130 hectares dos 150 que a escola dispunha. (OLIVEIRA, 1991, p. 82)

Dessa forma, a ampliação da rede de escolas que ofereciam a mesma formação, fez com que o número de alunos de outras regiões diminuísse, ao contrário dos alunos oriundos do município de Campos. Além disso, o convênio com a COOPERPLAN reduziu as áreas da escola destinadas a outros cultivos afirmando com isso a importância das atividades sucroalcooleiras para o cenário local.

Porém, a partir da década de 1980, a atividade canaveira em Campos tem atravessado uma crise eminente. Essa situação foi apontada de forma unânime pelos sujeitos entrevistados como um dos principais fatores na atualidade que corroboram para a redução do número de alunos para o curso técnico em agropecuária.

Assim, tendo em vista que um dos objetivos dessa pesquisa é entender de que maneira as transformações econômicas alteraram a importância da tradicional formação profissional oferecida pela ETEAAS, pretendeu-se nas seções seguintes, analisar as transformações do setor sucroalcooleiro campista, especialmente na atualidade, para que se identifiquem as suas contribuições para as demandas de alunos da ETEAAS.

2.5 Breve histórico das transformações no setor sucroalcooleiro em Campos dos Goytacazes

Segundo Silva et al. (2004), desde o século XVIII, a atividade açucareira tornou-se a mais importante da economia campista. O bom aproveitamento dessa atividade, bem como os resultados positivos da produção de alimentos, atribuiu ao município de Campos dos Goytacazes o status de centro econômico da região Norte Fluminense¹³:

A importância da economia do Norte Fluminense pode ser medida pelo expressivo número de engenhos que possuía à época e a consequente produção de açúcar; pelo considerável número de escravos necessários à produção; bem como o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de subsistência, que tomariam impulso no final do século XVIII e início do

¹³ O parque produtivo de Campos dos Goytacazes era bastante representativo no que tange ao número de engenhos, quando superava o parque produtivo de muitas províncias do nordeste do país.

século XIX em função do crescimento da demanda de outras regiões, em especial do Rio de Janeiro. (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 39)

Conforme esse autor, Campos dos Goytacazes, no final do século XVIII, possuía um total de 324 engenhos. Esse número mostrava-se superior aos engenhos da província de Pernambuco, tradicional produtor de açúcar da região nordeste.

A partir do início do século XIX, com o advento da transferência da família real portuguesa para o Brasil, houve um grande crescimento da população do Rio de Janeiro; a partir desse fato, Campos dos Goytacazes passou por um processo de modernização produtiva, visando superar o fabrico quase artesanal promovido pelos engenhos, a fim de atender as demandas da Corte. Para tanto, tornavam-se necessários investimentos na compra de equipamentos e também de escravos. Mas somente no ano de 1827, Campos dos Goytacazes teria seu primeiro engenho a vapor (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 42). Entre os anos de 1850 e 1890, Campos dos Goytacazes, segundo Silva; Carvalho (2004), teria passado por um período de reestruturação produtiva caracterizado pelo avanço do sistema de transporte, como também pela substituição dos engenhos a vapor pelos engenhos centrais¹⁴. Como consequência desse momento, empreendeu-se a indústria açucareira do Norte Fluminense, materializada na construção e disseminação das usinas de açúcar, na região, entre o final do século XIX e o início do século XX.

No início do século XX, o município possuía 27 usinas e a produção de açúcar era crescente, as médias variavam entre 19,5 e 35,0 milhares de toneladas. Entretanto, com o advento da crise de 1929, o consumo de açúcar diminuiu, afetando a produção no Norte Fluminense. De acordo com Smiderle (2010), tal acontecimento refletiu em uma crise de superprodução. Além disso, esse fato resultou na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O Instituto tinha como objetivo “controlar a produção açucareira e de álcool por meio da imposição das cotas de produção.” (SILVA; CARVALHO, 2004, p.63). Ainda sobre o IAA:

[...] agiu de forma controladora, determinando cotas de produção para cada região, estabelecendo padrões de funcionamento, controlando abertura de novas frentes de investimento empresarial, subsidiando setores produtivos, em especial o setor sucroalcooleiro, com empréstimos a juros baixos e longo prazo para pagamento, compra de 10% da produção para estoque a fim de estabilizar o preço interno, deixando a livre concorrência para a exportação. (SMIDERLE, 2010, p. 49)

O planejamento produtivo estabelecido pelo IAA permitiu que Campos se tornasse o município de maior produção de açúcar do Brasil.

¹⁴ O engenho central era uma unidade de fabricação de açúcar e aguardente ou álcool, capaz de moer grandes toneladas de cana por dia, composto de equipamentos de última geração, importados de importantes firmas estrangeiras.

Todavia, a produção açucareira se constituiu, enquanto atividade hegemônica, até o final da década de 1970. Tal hegemonia perpetuou uma dominação política e simbólica, exercida por grupos que estavam vinculados à atividade açucareira, tanto em âmbito local quanto regional¹⁵. Ao mesmo tempo, fatores econômicos impediram a diversificação da produção econômica do Norte Fluminense. Entre eles, Silva; Carvalho (2004, p. 60) destacaram:

o precário fornecimento de energia elétrica, que desestimulava a utilização de maquinaria mais moderna; a elevada concentração de renda, que contribuía para a restrição do consumo regional e a conseqüente expansão do mercado; baixos índices de poupança agregada; baixa qualificação de mão de obra e capacidade empresarial limitada.

Dessa forma, não apenas a diversificação das atividades econômicas ficou comprometida, mas também o desenvolvimento da própria região. Sobre o conceito de desenvolvimento o autor explica:

Desenvolvimento tem conotações muito mais amplas que crescimento, que implica pura e simplesmente no aumento físico da produção ou do rendimento de uma economia. Para que se promova o desenvolvimento certos aspectos são indispensáveis, entre eles: tecnologia moderna, apoio infraestrutural e melhoria do bem estar. (GERARDI, 1980, p.23).

Em relação às transformações do setor sucroalcooleiro campista, ocorreu a partir do final de 1950 “o repasse de muitas usinas para usineiros da região nordeste e também do estado de São Paulo, que conquistou seu espaço tornando-se o maior produtor de açúcar do Brasil e um dos maiores do mundo”. (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 63). A partir disso, Campos dos Goytacazes sofreu com a concorrência de outros estados do Brasil.

Outro problema, segundo Silva; Carvalho (2004), foi a defasagem tecnológica da indústria sucroalcooleira campista nesse momento, o que determinou a sua restrição da participação competitiva no mercado nacional. Ademais, a produção açucareira da região voltou-se para o fabrico de açúcar cristalizado, que apresentava menor valor de mercado em relação ao açúcar refinado produzido no estado de São Paulo.

Dessa maneira, como resultado da competição com o estado de São Paulo,

¹⁵ De acordo com Smiderle (2010), o usineiro era um senhor absoluto, dentro dos seus limites, fornecendo casas para moradia aos funcionários, assistência médica hospitalar, escola, jardim de infância, dentista, armazém para as compras, cinema, pontes, praças de esportes, banda de música, festas, festejos de padroeiros etc. Era admirado e respeitado por todos, chegando mesmo a se envolver em assuntos familiares, dando conselhos, realizando casamentos e batizando crianças. Em contrapartida, o usineiro exigia de seus funcionários dedicação, obediência e lealdade.

além do atraso produtivo e tecnológico da indústria sucroalcooleira campista, nos anos 1950, vários usineiros venderam suas usinas, entre elas: São José, Santo Amaro, Paraíso, Outeiro, Sapucaia, Cupim e Santana (PINTO apud SILVA et al. 2004, p. 64). Não obstante, por quase duas décadas posteriores, a principal atividade econômica campista continuou a gravitar em torno do setor agropecuário, em especial a produção de açúcar e álcool.

Na década de 1970, a situação da produção açucareira campista sofreu um *superavit*, isso porque o preço do açúcar subiu no mercado internacional (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 64). Antes, algumas ações desenvolvidas pelo IAA e pelo Congresso Nacional favoreceram o dinamismo da produção açucareira, a saber: “leis que permitiram a fusão de usinas, obtenção de créditos para o financiamento da expansão da produção” (SILVA; CARVALHO, 2004, p. 65). A concessão de crédito, nesse momento, foi fundamental para o aumento e modernização da produção de açúcar. Esse incentivo proporcionou um aumento das instalações usineiras, mas também o endividamento de parte dos usineiros da região, fato que mais tarde comprometeu decisivamente o desempenho do setor.

Outro incentivo à indústria sucroalcooleira em Campos ocorreu quando, em 1975, o governo brasileiro criou o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)¹⁶. Devido aos investimentos financeiros do programa, ao final da década de 1980, a agroindústria sucroalcooleira campista conseguiu ampliar a sua capacidade de moagem e produção de álcool.

No entanto, em meados de 1980, o setor sucroalcooleiro do Norte Fluminense iniciou um processo de declínio de suas atividades. Os fatores que contribuíram para essa situação foram o abandono do PROÁLCOOL e os investimentos na ampliação e na reforma das usinas em detrimento dos investimentos nas lavouras. Esses investimentos seriam muito importantes para a melhoria da produtividade, principalmente pela ausência de chuvas na região, sendo indispensável a aquisição de tecnologias para a irrigação. Finalmente, na década de 1990, o IAA foi extinto, esse fato ocasionou ao setor sucroalcooleiro de Campos a perda dos auxílios financeiros do governo, contribuindo de maneira decisiva para o declínio do setor. Sobre essa questão a autora afirma: “[...] o Instituto era uma das bases de sustentação econômica da região, que vinha sofrendo graves e sucessivas crises devido às baixas dos preços do açúcar e a falta de matéria-prima para abastecer as usinas”. (SMIDERLE, 2010, p. 57)

Contudo, entre 1980 e 2005, 15 usinas fecharam as portas. Em 2012 encontravam-se em funcionamento apenas as seguintes: COAGRO (Cooperativa Agroindustrial

¹⁶ O programa tinha por objetivo o aumento da produção de álcool no país devido às altas dos preços dos barris de petróleo frente à crise do petróleo empreendida no ano de 1973.

do Estado do Rio de Janeiro), Paraíso e Canabrava. Essa situação é consequência do declínio do setor sucroalcooleiro e será apontada pelos sujeitos dessa pesquisa como um dos fatores fundamentais para a retração do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária, no município de Campos.

Todavia, ao longo deste capítulo pode-se entender que o processo de modernização do setor agropecuário brasileiro entre os anos de 1950 e 1970 dependeu intensamente da difusão de tecnologias aplicada à produção agrícola e pecuarista. Esse processo, no entanto, foi caracterizado por Silva (1993) como conservador, devido ao fato de uma de suas características principais residir na exclusão de parte de produtores rurais e regiões brasileiras.

Por outro lado, a propagação dessas tecnologias alcançou o setor sucroalcooleiro campista, reverenciado nacionalmente por ser historicamente um dos maiores produtores de açúcar brasileiro até meados da década de 1970. Vale salientar que a difusão de técnicas proporcionada pela efetivação dos instrumentos modernizadores nesse período constituiu-se como primordial ao *status* do município campista e também para a construção da ETEAAS, além do seu prestígio entre os jovens não somente da região como de outras unidades de federação.

Porém, a partir da década de 1980, o setor sucroalcooleiro campista passou a apresentar algumas dificuldades resultantes da dependência desse setor e da oferta de financiamentos destinados ao aumento da produção, advindos principalmente do IAA.

Nesse contexto, foi possível considerar que os espaços, onde técnicos em agropecuária poderiam ser incorporados na região, apresentaram restrições. Dessa forma, as discussões sobre a modernização do setor agropecuário brasileiro e também do setor sucroalcooleiro campista realizadas neste capítulo serão basilares para a compreensão das influências dos fatores econômicos na construção da ETEAAS, bem como das transformações do número de alunos para a formação técnica em agropecuária campista na atualidade. Esses eventos serão abordados no próximo capítulo que trata da trajetória histórica dessa instituição escolar.

CAPÍTULO III

A construção e as transformações de uma instituição formativa: a ETEAAS entre os anos 1950 e 1990

A atual Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo (ETEAAS) foi criada no ano de 1955 no município de Campos dos Goytacazes. Chamada inicialmente de Escola Agrotécnica de Campos¹, visava estimular a melhoria da produtividade das atividades agrícolas e pecuaristas por meio da formação profissional de técnicos em agropecuária, para atuar nas diversas atividades desse setor produtivo.

A criação da Escola Agrotécnica de Campos se inseriu em um contexto mais amplo de modernização da produção agrícola presente na década de 1950. Nesse contexto, segundo Oliveira (1991), registra-se um processo de criação de um aparato institucional, que tinha por objetivo a efetivação de um projeto de Extensão Rural no Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio.

Peixoto (2008), ao traçar um histórico sobre a política de extensão rural no Brasil do século XX, a definiu como um conjunto de ações traçadas pelos governos federais, estaduais e municipais ao longo do tempo, efetivada através de dispositivos legais que tinham por objetivo a transmissão dos conhecimentos agropecuários construídos em fontes geradoras, como instituições de ensino ou de pesquisa destinadas ao receptor final: o público rural. Essa política, através de suas atribuições educativas, buscava também elevar o nível socioeconômico das famílias rurais, possibilitando pela difusão de técnicas o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda dessas unidades de produção.

No estado do Rio de Janeiro durante a década de 1950, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio estruturava-se para atender as amplas demandas e estimular projetos às atividades agropecuárias. Nesse sentido, foram criados diversos serviços e diretorias destinadas à melhoria da produtividade agropecuária, além de pesquisas e assistência técnica aos produtores agropecuários².

¹ De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, estabelecida em 1946, as escolas agrotécnicas eram aquelas que ofereciam um ou mais cursos técnicos.

² De acordo com Oliveira (1991), entre os serviços e divisões que faziam parte da Secretaria de Agricultura, naquele momento estavam: Departamento de Fomento Agropecuário; Departamento de Produção Vegetal; Departamento de Produção Animal; Departamento de Solos e Adubos; Departamento de Assistência Econômica à Lavoura.

No caso da política estadual de extensão rural, essa se consolidou principalmente através da Divisão de Ensino e Divulgação Rural do Rio de Janeiro (DEDR)³, à qual cabia a tarefa de difundir conhecimentos sobre agricultura, veterinária e higiene rural. De acordo com Oliveira (1991), a DEDR possuía sedes em algumas instituições de ensino agrícola, entre elas: os Aprendizados Agrícolas de Cambuci e Dorândia e também a Escola Agrotécnica de Campos. Segundo o mesmo autor, entre os objetivos da atuação da DEDR estavam:

Incentivar através da palavra oral e escrita, através de documentações fotográficas e por meio de filmes, o que realiza esta secretaria (agricultura) e o que pretende realizar: levar os fatores de instrução, consulta, elucidação e orientação às fontes de impulso de nossa economia rural. (OLIVEIRA, 1991, p. 28)

Sobre os projetos de extensão rural em Campos dos Goytacazes, pode-se dizer que, nesse município, desde o início do século XX, existiam ações direcionadas à extensão rural que foram difundidas com a instalação da Estação Experimental da Cana em 20/10/1910, um espaço constituído por uma fazenda e um sítio com laboratórios de química e biologia. A Estação Experimental da Cana caracterizava-se por ser:

Um centro gerador de saber a ser difundido aos produtores e aos profissionais que atuavam voltados para agropecuária, contribuindo para que, no espaço onde foi instalada, fossem alocados profissionais voltados para a produção do saber, o que colaborava para a constituição de uma região geradora de conhecimento. (OLIVEIRA, 1991, p.48)

Na tentativa de ampliar o projeto de extensão rural no Norte Fluminense, a ideia da criação de uma escola agrícola no município de Campos passou a ser fomentada pelo então Secretário de Agricultura Dr. Moacyr Gomes de Azevedo, criador do internato rural de Dorândia e antigo diretor do Serviço de Divulgação Rural do Estado no município de Barra do Piraí/RJ. Importa destacar que, nesse momento, a educação agrícola em nível nacional seguia as determinações da Lei Orgânica do Ensino Agrícola implementada pelo Ministério da Agricultura.

Como já mencionado no capítulo anterior, a escolha de Campos dos Goytacazes para sediar a Escola Agrotécnica justificou-se pelo prestígio do município, reconhecido nacionalmente como principal produtor de açúcar⁴.

³ Segundo Oliveira (1991), a Divisão de Ensino e Divulgação Rural do Rio de Janeiro teria sido criada na década de 50, durante o segundo mandato do governador Amaral Peixoto.

⁴ No ano de 1935, Campos se apresentava como maior produtor de açúcar do país e da América Latina, sendo responsável por 90% da produção estadual e 14,3% da produção nacional, com uma produção de 2 milhões de sacos de açúcar e 7 milhões de litros de álcool. Isso se devia também ao fato de o município possuir uma área de plantio maior que outras regiões. Daí em diante, Campos aumentou muito sua produção, alcançando seu recorde em 1973, quando fabricou 12.213.200 sacos de 50 Kg (SMIDERLE, 2010, p.51).

Dessa forma, pode-se perceber que existiu uma estrutura institucional na década de 1950, criada também pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, que favoreceu a divulgação e o desenvolvimento de técnicas destinadas às atividades agropecuárias. Além do mais, o fato de o município de Campos ocupar um lugar privilegiado no setor sucroalcooleiro, sendo o maior polo produtor de açúcar do Brasil, fez com que o aprimoramento de técnicas destinadas à produção agropecuária na região, especialmente da cana-de-açúcar, fosse relevante. Por conseguinte, criou-se no município de Campos uma Escola Agrotécnica, a única por anos, sob a responsabilidade do governo do Rio de Janeiro, através da Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio, responsável pela formação de profissionais técnicos em agropecuária.

Neste capítulo, mediante um breve histórico, buscou-se entender a construção e as transformações da formação profissional empreendida pela escola entre os anos de 1956 a 1999, considerando, sobretudo, as mudanças relacionadas ao número de alunos matriculados no curso técnico em agropecuária no município de Campos dos Goytacazes.

Ainda neste capítulo, as transformações sofridas pela instituição e consequentemente pela formação técnica estarão subdivididas em seções dispostas cronologicamente. Por um lado, as seções respeitarão as mudanças administrativas ocorridas, uma vez que no início de suas atividades, a escola pertenceu à Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, e, posteriormente em 1973, a Escola Agrotécnica de Campos passou por um processo de transferência vinculando-se à Secretaria Estadual de Educação permanecendo até o ano de 1999. Este capítulo também contemplará algumas mudanças econômicas ocorridas entre a década de 1970 e 1990, especialmente em Campos.

3.1 Um resgate histórico e a construção de uma instituição formativa

Mesmo que a reconstrução da história da instituição, lócus desta iniciativa de pesquisa, não seja o problema primeiro deste trabalho, esta seção se mostra fundamental para o entendimento da sua importância no cenário da educação local, visto que essa escola é a única do município de Campos a oferecer a formação técnica em agropecuária. Além disso, as mudanças administrativas que a ETEAAS sofreu ao longo da sua trajetória influenciaram nas transformações da formação e impactou no número de alunos para o curso técnico oferecido pela instituição.

Em outra perspectiva, a reconstrução da história da escola nos revelou marcas institucionais que contribuíram diretamente para as características da educação

profissional agrícola oferecida. É importante destacar que a construção deste breve histórico justifica-se ainda por esclarecer o sentimento melancólico presente entre os sujeitos entrevistados em relação aos anos iniciais de funcionamento da escola, quando ainda pertencia à Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio⁵. Essa melancolia se desvela em um saudosismo constante entre os sujeitos que participaram das atividades da Escola Agrotécnica de Campos, enquanto alunos, e que atuam ainda hoje como docentes na ETEAAS. É válido dizer que essa percepção se fez presente durante todo o desenvolvimento da pesquisa de campo.

Da mesma forma, inúmeras e interessantes eram as questões que permeavam a história da ETEAAS, pois, ao frequentar o espaço da escola, encontraram-se características bastante específicas e expressivas, como por exemplo: a extensão do espaço físico ocupado pela escola; o grande quantitativo de alunos oriundos de outras unidades de federação⁶; bem como as instalações de um alojamento masculino para alunos residentes em outros estados ou áreas mais afastadas da escola.

Além das características físicas da escola, podemos perceber outras construídas ao longo da sua trajetória, as quais só foram possíveis de serem identificadas a partir do contato com as contribuições teóricas de Oliveira (1991)⁷, bem como por meio da realização de entrevistas com alguns sujeitos, entre eles o responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos, que foi selecionado como sujeito dessa pesquisa por ter atuado como professor da escola durante a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, além de ser uma figura conhecida na cidade de Campos dos Goytacazes⁸. Ademais, a escolha por entrevistá-lo se justificou pela receptividade à pesquisa aqui desenvolvida, quando em um momento inicial, o pesquisador recorreu ao referido professor para esclarecer algumas dúvidas a respeito das atividades iniciais da escola.

Sobre a participação desse professor, é importante enfatizar a preocupação que esse trabalho teve em reconhecer suas falas como resultantes da sua vivência e

⁵ A ETEAAS durante a sua trajetória esteve vinculada a três secretarias distintas. Desde sua construção até o ano de 1973, pertenceu à Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio; do início da década de 70 até o ano de 1999, pertenceu à Secretaria Estadual de Educação; do ano de 1999 até os dias atuais pertence à Secretaria Estadual de Inovação Ciência e Tecnologia. Essas mudanças de secretarias foram acompanhadas por mudanças também na nomenclatura da escola, sendo chamada de Escola Agrotécnica de Campos, depois Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo e, atualmente, Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo.

⁶ Essa constatação pode ser visualizada através das placas de formandos afixadas nos corredores da escola, onde está disponibilizado o nome completo dos alunos, além do seu estado de origem.

⁷ Nesse trabalho, Oliveira trata dos múltiplos interesses na construção da Escola Agrotécnica de Campos, desde a sua construção até a gestão da Secretaria Estadual de Educação.

⁸ O professor entrevistado ingressou na função pública no ano de 1955 como redator da Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado do Rio de Janeiro; no mesmo ano assumiu a direção do Serviço de Divulgação Rural do Estado durante o governo do secretário estadual de agricultura Moacyr Gomes de Azevedo. Retornou à cidade de Campos em 1961 para instalar o Serviço de Extensão Rural da Escola Agrotécnica de Campos, quando, numa modesta tipografia, editou o "Orientador Agrícola", jornal por ele fundado. Em 1962, passou a lecionar disciplinas de Sociologia e Extensão Rural. A atuação de Fernando da Silveira na Escola Agrotécnica de Campos durou de 1961 até 1973, ano de incorporação da escola pela Secretaria Estadual de Educação. Na atualidade o professor leciona nas Faculdades de Direito e Filosofia de Campos.

dos lugares que ocupou no decurso das diferentes atividades que desempenhou nessa escola. De igual modo, é necessário evidenciar que o supracitado professor fala do lugar de alguém que representava os interesses do Estado.

Além do professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos, outros dois professores foram selecionados, os quais, de acordo com a metodologia deste trabalho, serão tratados como um e dois. A escolha desses professores se explica pelo fato de serem integrantes da Escola Agrotécnica desde os seus anos iniciais, primeiramente enquanto alunos e, posteriormente na década de 1970, como professores da área técnica, permanecendo nessa função até os dias atuais, sendo os únicos professores admitidos em caráter efetivo nessa área.

É relevante dizer que as entrevistas realizadas foram importantes na medida em que se desejou compreender as diferentes visões e significados das características e das mudanças ocorridas na escola e conseqüentemente na formação técnica em agropecuária, sobretudo no que diz respeito ao número de alunos. Aliás, os relatos orais foram capazes de revelar sensibilidades, trajetórias, histórias pessoais referentes à instituição, as quais muitas vezes a fonte documental escrita não permitiu abordar.

Dessa forma, os dados obtidos através da realização de entrevistas com os três professores citados, assim como as contribuições do trabalho de Oliveira (1991), tornaram-se fontes válidas para a percepção de características subjetivas da escola, especialmente nos anos iniciais de suas atividades, a saber: a ligação da referida escola com pessoas vinculadas aos órgãos do governo, nesse caso com a Secretaria Estadual de Agricultura e com profissionais que atuavam diretamente nas atividades agropecuárias, finalmente.

Nesse sentido, não se trata de olhar para um lugar qualquer, mas para uma instituição que possui características específicas, não apenas decorrentes da formação que oferece, ou pelos profissionais que as suas atividades envolvem, mas também por sua construção estar relacionada ao momento de modernização do setor agropecuário brasileiro, o que favoreceu o aumento da produção açucareira, principal atividade econômica do município campista até os meados da década de 1980 e início dos anos de 1990. Contudo, essas características, por alguns anos, proporcionaram à ETEAAS uma importância no cenário da educação profissional, consolidada na procura de alunos para o curso em agropecuária, oriundos não apenas do estado do Rio de Janeiro, como de outras unidades de federação do país.

Todavia, mudanças, tanto administrativas quanto conjunturais, ocorridas ao longo da história dessa instituição escolar, provocaram a alteração do seu lugar de destaque. Dessa forma, a construção do prestígio da escola, bem como a sua transformação serão mais bem discutidas nas seções seguintes.

3.2 A Escola Agrotécnica de Campos no âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio e a construção de uma tradição formativa

A construção da Escola Agrotécnica de Campos foi viabilizada a partir de uma verba disponibilizada, inicialmente, pela Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio e, mais tarde, pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro. Essa última caracterizou-se por uma entidade civil criada em 1958, que tinha por objetivo o desenvolvimento de trabalhos educativos de extensão rural, ao qual se conjugava o crédito rural educativo. “Entre os mantenedores dessa associação estavam o governo estadual, representado pela Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.” (OLIVEIRA, 1991, p. 47).

Ainda sobre a verba para a construção da escola, o depoimento do professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos julga significativo elencar outra fonte:

A Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio tinha recursos limitados para a construção da Escola Agrotécnica de Campos, e também como era uma Secretaria de Indústria e Comércio as verbas ficavam muito voltadas para os setores industriais, pois a indústria estava numa fase recém-criada no Brasil. Mas, mesmo assim, o Dr. Moacyr Gomes de Azevedo (secretário de agricultura) queria construir uma escola agrícola em Campos, só que não tinha dinheiro. Eu disse: “Dr. Moacyr, não tem problema, o Dr. Olímpio da Silva Pinto, presidente da Fundação Rural de Campos, é meu padrinho! A gente pede para fazer a escola agrotécnica lá”. Nas baías colocamos carteiras e assim começamos. O Dr. Moacyr Gomes de Azevedo disse: é isso mesmo! E pediu para que o espaço da Fundação pudesse ser cedido para a construção das instalações provisórias da futura Escola Agrotécnica de Campos. E tirou dinheiro do seu bolso para a compra das carteiras das salas de aula. (Entrevista realizada com o professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos no dia 20 de julho de 2011).

Atendendo ao pedido do secretário de agricultura, a Escola Agrotécnica de Campos foi então criada em 2 de setembro de 1955 e iniciou suas atividades em 27 de fevereiro de 1956. Com instalações adaptadas no Parque de Exposições da Fundação Rural de Campos, a criação da escola, segundo Oliveira (1991), contou ainda com o apoio de indivíduos que estavam inseridos em instituições voltadas para a prestação de serviços aos agricultores⁹, além dos próprios produtores rurais interessados na melhoria de técnicas para a produtividade agrícola.

⁹ Esses indivíduos eram agrônomos e veterinários da Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio.

De acordo com o professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos, entre os indivíduos envolvidos no processo de construção da escola destacou-se João Fernandes, engenheiro agrônomo ligado ao Ministério da Agricultura e ex-diretor das escolas agrotécnicas dos estados de Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais. É significativo lembrar que João Fernandes obteve o apoio dos envolvidos na construção da escola, tornando-se o primeiro diretor da Escola Agrotécnica de Campos.

Além do diretor, é importante ressaltar que o corpo docente da escola também estava ligado à Secretaria Estadual de Agricultura. Esse grupo de professores era formado por profissionais especializados nas áreas de agronomia, zootecnia e veterinária. Entre eles destacaram-se, respectivamente, Oscar Lopes, Luiz de Souza Ribeiro e Wilson Lobo de Azevedo. O professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos afirma que a seleção desses profissionais ocorreu através de relações pessoais entre o secretário de agricultura e os diretores da escola¹⁰. Do mesmo modo, o reconhecimento desses profissionais impulsionava as demandas de alunos, filhos de uma elite agrária e também de pequenos produtores, não somente de Campos, mas também das regiões vizinhas, como se pode perceber em um dos trechos da entrevista com o professor:

Uma elite financeira começou a estudar na Escola Agrotécnica de Campos, os filhos dos fazendeiros começam a querer estudar lá! Primeiro, pelo alto nível dos professores: professor de português Álvaro Duarte Barcelos, o filho dele, Álvaro Barcelos, um dos maiores linguistas do Brasil! Dr. Luiz de Souza Ribeiro dando aula de zootecnia, uma das maiores autoridades em zootecnia do Brasil. Wilson Lobo de Azevedo, técnico em agricultura, também era professor da escola. (Entrevista realizada com o professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos no dia 20 de julho de 2011.)

A respeito dos cursos oferecidos no início das atividades da escola, estavam o curso de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, que correspondiam ao primeiro ciclo do ensino fundamental. De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), o curso de Iniciação Agrícola, com duração de dois anos, destinava-se à preparação profissional necessária à execução do trabalho operário agrícola qualificado; o curso de Mestria Agrícola, com duração de dois anos também, e subsequente ao Curso de Iniciação Agrícola, tinha por finalidade dar a preparação profissional necessária ao trabalho de mestre agrícola. Ambos os cursos correspondem atualmente ao segundo

¹⁰ Vale lembrar que de acordo com o terceiro capítulo da Lei Orgânica do Ensino Agrícola de 1946, que regulamentava, nesse momento, o ensino agrícola no Brasil, a constituição do corpo docente das escolas agrotécnicas deveria respeitar alguns critérios, entre eles: em caráter efetivo, a contratação dos professores ocorreria mediante prestação de concurso público, porém seria facultada a admissão dos professores mediante a indenização por hora aula. Nessa perspectiva, a escolha pessoal se justificava via contratação de professores.

segmento do ensino fundamental. Além desses, a Escola Agrotécnica de Campos oferecia o curso técnico em agropecuária, com duração de três anos, que se enquadrava no ensino secundário, hoje correspondente à formação profissional em nível médio.

Por outro lado, a proposta de formação profissional em agropecuária exigia uma extensa área para o desenvolvimento das atividades da escola¹¹. Com isso, no ano de 1957, uma fazenda para a construção das instalações definitivas da escola foi adquirida pelo Secretário de Agricultura, Dr. Moacyr Gomes de Azevedo, em nome do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A Fazenda da Aldeia, que compreende os sítios denominados “Jacú” e “Aldeia”, localiza-se segundo a sua escritura de compra e venda, no 3.º subdistrito de Campos dos Goytacazes, na Avenida Wilson Batista, conhecida como BR 356, que liga os municípios de Campos e Itaperuna.

Apesar da compra da fazenda nessa data, somente foi ocupada em 1963, e até aquele momento, a sede da escola continuava a funcionar no Parque de Exposições da Fundação Rural de Campos, onde permaneciam as instalações destinadas ao internato (oferecido aos alunos oriundos de áreas distantes), refeitório, administração e salas (improvisadas nas baías, eram utilizadas para as aulas teóricas), enquanto que, na Fazenda da Aldeia, antes de 1963, eram realizadas apenas as aulas práticas. A área da fazenda totalizava 150 hectares, o que possibilitou a construção de inúmeros prédios, entre eles a “sede administrativa, salas de aulas, laboratórios, internato, refeitório, quadra, campo de futebol, galpões de armazenamento de instrumentos mecanizados, setor de zootecnia” (OLIVEIRA, 1991, p. 2).



Foto 1: Sede administrativa da escola



Foto 2: Horta da escola na Fazenda Aldeia

Fonte das imagens: Arquivo da escola (década de 1980)

¹¹ De acordo com o artigo 40, inciso 3.º da Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), a direção dos estabelecimentos de ensino agrícola articular-se-á com os estabelecimentos de exploração agrícola, para o fim de assegurar aos alunos a possibilidade de realização de estágios, que consistirão em períodos de trabalho realizados sob a orientação da autoridade docente.

É pertinente destacar que a construção das instalações da escola, na fazenda, seguiu as determinações estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola (1946), que regulamentou o ensino profissional agrícola até o estabelecimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961. De acordo com o artigo 54 da Lei Orgânica, as construções de escolas agrícolas poderiam estar sob a responsabilidade da União, Estados, Municípios ou de pessoas físicas ou jurídicas. Contudo, as escolas somente poderiam funcionar com a prévia inspeção e autorização do Ministério da Agricultura e Ministério da Educação, como trata o artigo 56 da mesma lei, abaixo:

O Ministério da Agricultura pelo seu órgão competente articulado com o Ministério da Educação, para fins de cooperação pedagógica, exercerá inspeção sobre os estabelecimentos de ensino agrícola equiparado e reconhecido. Essa inspeção far-se-á, não somente sob o ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica.

Assim, em concordância com a referida Lei, Oliveira (1991, p. 4) destaca o acompanhamento constante do Ministério da Agricultura na construção da escola, “que se deu através da avaliação de planos e projetos para a instalação, além da preparação das áreas para a construção”. De acordo com esse autor, as avaliações foram encaminhadas à Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura¹². Aliás, ocorreu pelo menos uma visita da comissão do Ministério da Agricultura para inspeção às obras de construção da escola, quando algumas exigências foram feitas e a direção realizou esforços para que elas fossem cumpridas, viabilizando sua oficialização.

Finalmente, as instalações definitivas da escola foram concluídas e a Escola Agrotécnica de Campos se constituiu como a única escola voltada para a formação técnica agrícola de responsabilidade do governo estadual¹³. Esse fato influenciou o aumento de alunos do interior do estado e de outras unidades da federação.

Ainda assim, de acordo com Oliveira (1991, p. 51), na década de 1950, “a carência de vagas em escolas nos arredores do centro da cidade fez com que os alunos do núcleo urbano de Campos se direcionassem para a Escola Agrotécnica”. Muito embora alguns alunos não se interessassem de fato pelos cursos oferecidos, reconheciam a credibilidade das instituições públicas voltadas para a educação profissional.

Outra característica importante para o aumento de alunos recebido pela

¹² Essa superintendência foi criada em 1940, tal órgão ligado ao Ministério da Agricultura visava exercer maior controle sobre os estabelecimentos que ministravam o ensino agrícola.

¹³ Nesse momento, de acordo com o trabalho de (OLIVEIRA, 1991, p. 51), as três escolas no estado do Rio de Janeiro que ofereciam o curso técnico em agropecuária eram vinculadas ao governo federal, entre elas: a Escola Técnica da Universidade Federal Rural, o Colégio Agrícola de Pinheiral, em Barra do Piraí, e o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, localizado no município de Bom Jesus do Itabapoana.

escola refere-se ao oferecimento de vagas no internato, que desde a gênese da Escola Agrotécnica, se constituiu como residência para alunos de áreas distantes. Os internatos foram previstos pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, no seu art. 61: “Funcionarão os estabelecimentos de ensino agrícola com regime de internato, e bem assim, para os alunos residentes nas proximidades, com o regime de semi-internato e de externato”. Vale destacar que, desde o início da sua criação até os dias atuais, o internato oferecido pela ETEAAS recebe somente alunos do sexo masculino¹⁴.

O internato se colocou como um importante elemento que viabilizava a educação dos alunos oriundos de localidades mais distantes ou de locais onde as redes de transportes eram bastante precárias¹⁵. Além disso, com a oferta do internato, as despesas com os estudos dos filhos de pequenos produtores eram reduzidas.

Outro fator que passou a influenciar as demandas da Escola Agrotécnica foi a existência de uma restrita rede escolar do primeiro ciclo na região durante os anos de 1950 e 1960, fato que levou a escola a oferecer, além da formação técnica em agropecuária correspondente ao segundo ciclo, os cursos de Iniciação Agrícola e Mestria Agrícola, correspondentes às séries do primeiro ciclo ou ginásial¹⁶.

De acordo com Oliveira (1991), as demandas da Escola Agrotécnica de Campos também eram alteradas por razões mais específicas, como as consequências do afastamento temporário dos filhos dos produtores rurais dos núcleos de produção agrícola para realização dos estudos, o que implicava a redução da produtividade. Dessa forma, segundo o relatório de atividades da Escola Agrotécnica de Campos em 1961, a evasão escolar era constante, uma vez que alguns jovens buscavam emprego para ajudar os pais ou mesmo por retornarem aos núcleos familiares de produção para o auxílio das atividades agrícolas¹⁷.

Enfim, outro fator que influenciou o crescimento da demanda de alunos da Escola Agrotécnica foi a construção, no ano de 1961, nas instalações da escola na Fundação Rural de Campos, do Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica de Campos, como desdobramento do projeto de extensão rural do Estado do Rio de Janeiro, efetivado pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural (DEDR)¹⁸.

As ações da DEDR visavam a públicos específicos: fazendeiros, trabalhadores rurais, famílias de pequenos produtores, para os quais eram destinados programas

¹⁴ De acordo com o artigo 51 da Lei Orgânica do Ensino Agrícola o direito de ingressar nos cursos de ensino agrícola era igual para homens e mulheres, no entanto era recomendável que o ensino agrícola feminino fosse realizado em estabelecimento de ensino de exclusiva frequência feminina, o que não era o caso da Escola Agrotécnica de Campos.

¹⁵ Para os alunos que residiam em outra unidade de federação, a existência do internato era fundamental. Até hoje, em áreas como o distrito campista do Imbé, a rede de transporte continua precária, com os horários de ônibus em desacordo com os horários das aulas.

¹⁶ Ver em Oliveira (1991).

¹⁷ Disponível no trabalho de Oliveira (1991).

¹⁸ Cabia a essa divisão difundir conhecimentos sobre a agricultura, veterinária e higiene rural, e compreendia: A Escola Agrotécnica de Campos, Aprendizado Agrícola de Conceição de Macabu e Dorândia (OLIVEIRA, 1991, p. 24).

diversos, como as Semanas Ruralistas e a Semana do Agricultor Fluminense, cujas atividades eram compostas por palestras e visitas técnicas destinadas ao público alvo já mencionado. De igual modo, as Semanas Ruralistas Femininas buscavam oferecer treinamento às professoras ruralistas, alunas do curso normal, esposas e filhas de fazendeiros, para lidar com as atividades pertencentes ao espaço rural. Como exemplos, podem ser citadas: “horticultura, floricultura, apicultura e avicultura, além de questões relacionadas ao domínio doméstico” (OLIVEIRA, 1991, p. 28).

A DEDR contava com a edição do Boletim Fluminense, o mesmo destinava-se a divulgar conhecimentos sobre agricultura, veterinária, higiene rural e a estabelecer, permanentemente, contato entre a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e aos que exercem, no estado, atividade agropecuária¹⁹.

Como já elucidado no início deste capítulo, entre as sedes da DEDR estava a Escola Agrotécnica de Campos, na qual funcionava o Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica, que esteve sob a responsabilidade do professor entrevistado, por toda sua existência. A divulgação dos conhecimentos adquiridos se apresentava por diversos mecanismos; além das técnicas agrícolas desenvolvidas pela Escola Agrotécnica de Campos, *a priori* destacou-se a edição de um jornal, o “Orientador Agrícola”²⁰. Segundo a edição do primeiro exemplar, a iniciativa da produção do “Orientador Agrícola” se constituiu como o meio mais eficiente para o atendimento da determinação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola que, em seu Art. 71, descreve:

Os estabelecimentos de ensino agrícola buscarão estender sua influência educativa sobre as propriedades agrícolas circunvizinhas, quer levando-lhes ensinamentos relativos aos seus trabalhos agrícolas habituais ou de matéria de economia rural doméstica, quer despertando entre a população rural o interesse pelo ensino agrícola e compreensão dos seus objetivos e feitos.

O “Orientador Agrícola” editado em uma modesta tipografia construída na própria escola tinha por objetivo preencher as lacunas da ausência de agrônomos, veterinários e dos técnicos agrícolas nas áreas rurais, fosse pelo seu número reduzido desses profissionais ou pela multiplicidade de suas obrigações. Nesse sentido, esse periódico pretendia levar as informações técnicas através de palavras escritas aos agricultores e pecuaristas fluminenses, que não usufruíam da assistência direta dos técnicos em agropecuária. Igualmente, o “Orientador Agrícola” era distribuído entre os alunos da escola; esses levavam o periódico aos seus lares, servindo como propagador

¹⁹ De acordo com o depoimento do professor responsável pelo Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica de Campos, esse periódico, em caráter mais amplo, possuía expressão internacional, com assinantes em Portugal e na África Portuguesa.

²⁰ Um periódico mensal distribuído gratuitamente entre os alunos da escola.

não somente da agricultura científica, mas também da própria Escola Agrotécnica de Campos nas áreas rurais da cidade e de outras regiões. Sobre isso o professor comenta:

Todo aluno levava o Orientador Agrícola para casa, a nossa intenção era educar o agricultor pai através do filho. Além disso, a gente queria divulgar uma agricultura científica, sem queimadas. Queríamos divulgar, ainda, o conhecimento onde o agrônomo, veterinário e o técnico em agropecuária não conseguiam chegar. O jornal também era o principal meio das pessoas saberem que existia uma escola agrícola em Campos. (Entrevista realizada com o professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos, no dia 20 de julho de 2011).

Ao mesmo tempo, com o desdobramento do Serviço de Divulgação Rural, a escola passou a oferecer um curso de divulgação rural, direcionado aos alunos que concluíssem o curso de Mestría Agrícola da escola. Ministrado pelo professor responsável pela Divisão de Ensino e Divulgação Rural da escola, o curso de divulgação rural apresentava o seguinte programa: Noções de Sociologia Rural; Noções de populário rural; Informação direta (organização de aulas e palestras); Informação radiofônica (técnicas e arte de um programa de rádio); Informação Escrita (noções de história da imprensa); Informação Escrita (diferenciação das diversas modalidades do jornalismo escrito); O Jornalismo Agrícola e sua história; Informação audiovisual (televisão e cinema); Arte e fotografia na imprensa escrita; Fotografia (técnica e arte) (ORIENTADOR AGRÍCOLA n.º 1, julho de 1961, p. 4).

Além desses cursos, como iniciativa da Divisão de Ensino e Divulgação Rural, em 1967, foram realizados outros cursos avulsos, como por exemplo: curso de defesa sanitária vegetal, de defesa sanitária animal, legislação rural, apicultura e cunicultura, totalizando um número de 120 matriculados (OLIVEIRA, 1991).

Outra iniciativa da DEDR foi a participação da escola Agrotécnica nas Exposições Agropecuárias dos municípios da região Norte Fluminense. Essas exposições faziam parte do conjunto de estratégias que visavam à difusão dos conhecimentos técnicos²¹. As exposições agropecuárias tinham por objetivo “a mudança de atitudes dos produtores rurais a favor da adoção de técnicas fundadas no conhecimento especializado e elaborado pelos profissionais com formação acadêmica e veterinária” (OLIVEIRA, 1991, p. 30).

Portanto, a fase em que a ETEAAS esteve subordinada à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio pode ser considerada um período importante da escola, seja pelas

²¹ Vale ressaltar que a participação dos alunos na exposição agropecuária, pelo menos na cidade de Campos, ainda continua a acontecer. A ETEAAS monta um stand e divulga a formação técnica oferecida pela escola. Nesse evento, os alunos participam das atividades diárias da exposição, como recebimento de animais, pesagem de animais, entre outras. Essas atividades constituem parte dos estágios obrigatórios para a conclusão do curso técnico em agropecuária.

demandas de alunos de outras localidades, ou pelos profissionais atuantes naquele momento, e finalmente pelo contexto de modernização do setor agropecuário²², que teve como uma de suas implicações a implantação do Serviço de Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos²³.

Nessa fase, pode-se considerar que as necessidades e especificidades da formação profissional destinada às atividades agrícolas foram contempladas pela gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio. Essa afirmação pode ser comprovada através da compra da fazenda, sede da escola, construção de um alojamento para alunos das áreas rurais e, finalmente, pela contratação de professores especializados na área da formação técnica. Devido a esse tratamento especializado, os professores I e II, mencionados no início deste capítulo, atribuem à gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, o período, não apenas de prestígio da ETEAAS, mas também

[...]o melhor período da escola [...]. Disparado! Por que a Secretaria de Agricultura reconhecia e dava o verdadeiro valor ao colégio agrícola, em uma região agrícola como Campos. Aquela secretaria, sim, (Agricultura) atendia todas as nossas necessidades! (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios da ETEAAS.)

Também sobre a administração da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, outro professor pondera:

Na época da Secretaria de Agricultura, a formação era especial, a gente tinha aqui...Eu vou citar só dois exemplos: Dr. Luiz Ribeiro, professor veterinário, o melhor, não vou dizer do estado do Rio, acho que o melhor do Brasil! Procurado por tudo quanto é fazendeiro de todos os estados do Brasil, o outro Dr. Frederico Veiga, que era o grande homem em cana-de-açúcar. Ah! Sinto saudades daquela época! Porque a gente enquanto escola tinha mais assistência. (Entrevista realizada em 19 de julho de 2011, com o professor I da área técnica responsável pela horta).

Contudo, as características da gestão da Secretaria Estadual de Agricultura construíram marcas institucionais que acabaram por inventar uma tradição formativa que, no imaginário desses ex-alunos e atuais professores da área técnica da escola, culminaram em uma formação prestigiada, ainda hoje reverenciada por esses sujeitos atuantes na ETEAAS.

²² A produção agropecuária nesse contexto ampliou suas funções produtivas, graças ao processo de industrialização.

²³ Apesar desse período ter sido considerado de grande prestígio da escola, não se pode afirmar que a formação técnica em agropecuária naquele momento apresentou o maior número de alunos de toda trajetória histórica da ETEAAS, uma vez que durante essa investigação não se teve acesso aos dados de matrículas desse período.

Apesar disso, essa tradição formativa sofrerá alterações, no momento em que a ETEAAS deixou de pertencer à Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, passou a estar vinculada à Secretaria Estadual de Educação.

3.3 Um tempo de transformações: De Escola Agrotécnica de Campos a Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo

Como consequência da atualização das políticas educacionais em nível nacional, em 1971, a Escola Agrotécnica de Campos deixou de estar vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, passando à responsabilidade da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro, permanecendo sob sua coordenação até o final da década de 1990, mais especificamente no ano de 1999.

Vale lembrar que esse processo de transferência em nível estadual fez parte de um movimento maior de caráter nacional empreendido a partir do estabelecimento da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa Lei criada em 1961 mudaria os rumos da educação no Brasil. Especificamente sobre o ensino agrícola foi decretado que “os órgãos de ensino vinculados ou subordinados ao Ministério da Agricultura ficam transferidos para o Ministério da Educação e Cultura” (Art. 6.º, Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961).

Consolidada a transição em 1973, a Escola Agrotécnica de Campos passou a se chamar Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo, em homenagem ao professor da escola e jornalista Antonio Sarlo. Mas não seria apenas o nome a ser alterado. A incorporação da escola pela Secretaria de Educação, como também o contexto em que essa transferência ocorreu, acarretaram muitas outras mudanças, entre as quais a transformação das marcas institucionais da antiga Escola Agrotécnica de Campos, que colaboravam para o seu prestígio como instituição formadora de profissionais técnicos em agropecuária.

Nesse sentido, algumas decisões tomadas no âmbito da Secretaria de Educação, além de outros fatores externos, especialmente o fator econômico, contribuíram para que os “anos dourados” vivenciados pela formação profissional oferecida pela antiga Escola Agrotécnica até o final da década de 1960 fossem deixados para trás. Ao considerar tais mudanças, não se pretende afirmar que elas tenham produzido algo completamente novo, mas sim que essas alteraram as condições específicas para que a formação técnica em agropecuária ocorresse.

Para compreender melhor essas mudanças, serão analisadas as influências

dos aspectos econômicos, especialmente a modernização do setor agropecuário, e também as modificações administrativas ocorridas entre os anos de 1970 e 1990, que permearam o interior da instituição escolar, no momento em que esteve subordinada à Secretaria Estadual de Educação. Para tanto, esse trabalho utilizou as contribuições dos trabalhos de Mueller (2010), Peixoto (2008) e Smiderle (2010). No entanto, para uma análise das mudanças institucionais, serão utilizadas as entrevistas realizadas com dois professores, já mencionados no início deste capítulo, e ainda o trabalho de Oliveira (1991), que trata também da gestão da Secretaria Estadual de Educação na ETEAAS.

É necessário enfatizar que os docentes entrevistados são os únicos da área técnica atuantes na escola desde a gestão da Secretaria Estadual de Educação.

3.3.1 As mudanças do setor agropecuário e suas influências na dinâmica do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo

Apesar das transformações ocorridas no setor agropecuário na década de 1970 já terem sido tratadas no capítulo II, faz-se necessária uma breve retomada desse assunto para que se possa compreender a dinâmica do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo (CEAAS).

Os anos de 1970 foram marcantes para o setor agropecuário devido ao incentivo à pesquisa agropecuária, além do aumento da disponibilidade de créditos para subsidiar a produção agrícola. Tais iniciativas trouxeram consequência positivas no que diz respeito à produtividade tanto em nível nacional como regional e local.

Mueller (2010) afirma que a década de 1970, período dos governos militares, foi acompanhada pela participação do poder público, principalmente na montagem de uma estrutura de pesquisa e extensão rural, que teria sido construída para elaboração, ampliação e atualização de propostas incentivadoras ao desenvolvimento tecnológico da agricultura do país. De acordo com o referido autor:

A estratégia de desenvolvimento do governo militar objetivava, com esses incentivos e com esse intervencionismo, assegurar que o desempenho da agricultura contribuísse para o alcance da visão de boa sociedade do regime militar (a do “Brasil grande potência”). (MUELLER, 2010, p. 15)

Nesse mesmo contexto, foi criada também a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 1974. Essa empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio

próprio, funcionava como apêndice da EMBRAPA. Segundo Peixoto (2008, p. 53), “com a sua criação o governo autorizou o apoio financeiro às instituições estaduais oficiais que atuassem na pesquisa agropecuária”.

No Rio de Janeiro, algumas empresas com esse modelo também foram criadas, a exemplo, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER), criada em 1975 e associada à EMBRATER. A EMATER tinha por objetivo institucionalizar os serviços de assistência técnica e extensão rural em nível estadual. Além da EMATER, foi criada também, em 1976, a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO), cujo objetivo era promover o desenvolvimento agropecuário do Estado do Rio de Janeiro por meio da pesquisa.

As tentativas de modernização da agricultura na década de 1970 refletiram ainda em programas de relevância para o cenário da agricultura local, cujo maior destaque esteve na produção de cana-de-açúcar. Nessa perspectiva, foram criados dois programas: o Programa de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), em 1971²⁴ e, ainda, o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), criado em 1975, com o objetivo de ampliar consideravelmente a produção de álcool no país. Segundo Smiderle (2010, p. 61), “Campos, na época, maior produtor de cana do Brasil, teve a ampliação e a renovação da sua agroindústria dos créditos subsidiados pelo PROÁLCOOL,” possibilitando com isso o aumento da produtividade²⁵.

De acordo com as informações do quadro a seguir, na década de 1970, o maior número da população economicamente ativa do município de Campos dos Goytacazes desenvolvia atividades no setor primário da economia: agropecuária, extrativismo vegetal e pesca.

Grupo de ocupações	1970 (%)	1980 (%)	1991(%)
Agropecuária, extrativismo vegetal e pesca	36,8	22,3	15,1
Prestação de serviços	14,5	19,9	23,7
Comércio	10,5	11,6	15,1
Transporte e comunicação	5,3	5,3	5,2
Administração	3,7	3,9	4,1
Indústria de transformação e construção civil	16,1	24,6	20,2
Outras atividades (ocupações não declaradas)	5,7	1,8	16,1

Quadro 3: Evolução da distribuição da População Economicamente Ativa por grupos de ocupações e anos (1970-1991).

Fonte: Cruz (2004)

²⁴ Esse programa vinculado ao IAA tinha por objetivo o melhoramento genético da cana-de-açúcar. Seus resultados dizem respeito basicamente a esse cultivo e atendia as demandas dos usineiros do município. Esse programa foi extinto no início dos anos de 1990, e suas pesquisas foram incorporadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

²⁵ Entre os anos de 1973 e 1978, Campos alcançou seus recordes de produção chegando a fabricar 169,6 milhares de toneladas de açúcar. (SILVA; CARVALHO, 2004, p.63)

No entanto, como se pode observar, essa situação foi alterada a partir das décadas posteriores, pois, como já mencionado, a principal atividade do setor agropecuário campista, a atividade sucroalcooleira, passou por várias dificuldades a partir dos meados da década de 1980. Nesse contexto, ocorreu uma crise da atividade sucroalcooleira, que culminou na falência de várias usinas de açúcar²⁶. Essa crise acarretou mudanças significativas, não somente na distribuição da população economicamente ativa, como também na importância da formação técnica em agropecuária, principalmente a partir dos anos 1990, quando as atividades do setor primário da economia deixaram de ser as principais fontes de empregabilidade do município.

Dessa forma, a modernização da agricultura por meio da criação de várias instituições e programas evidenciou o momento auge de produção de tecnologias para o aumento da produtividade agrícola, e isso favoreceu, nos anos iniciais da gestão da Secretaria Estadual de Educação, a formação técnica em agropecuária oferecida pelo Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo, entretanto esse favorecimento não se manteve durante toda sua administração.

Segundo o trabalho de Oliveira (1991) e os relatos dos professores entrevistados, os anos seguintes em que o colégio esteve sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação foram considerados marco no processo de retração da ETEAAS e conseqüentemente da formação técnica em agropecuária²⁷. Essa situação não teria sido proferida apenas pelas transformações das atividades econômicas da região, mas igualmente pela tomada de decisões no âmbito da Secretaria de Educação do Estado do RJ.

3.3.2 O Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo e a Secretaria Estadual de Educação

Entre as primeiras transformações empreendidas na gestão da Secretaria Estadual de Educação, destacou-se a mudança curricular da formação técnica em agropecuária, no ano de 1971, com o estabelecimento da Lei 5.692/71. A formação técnica em nível médio tornou-se compulsória. Aliás, seguindo as determinações da Lei, o currículo da formação técnica em agropecuária passou a ter dois núcleos: o comum, composto pelas disciplinas de educação geral (português, matemática, história geografia) e o diversificado, composto por matérias que poderiam ser escolhidas por cada estabelecimento de ensino.

²⁶ Entre 1980 e 2005, quinze usinas de açúcar fecharam as portas.

²⁷ O conceito de desprestígio não pode ser considerado sinônimo do processo de declínio das demandas de alunos, mas sim o início do período de perdas das condições favoráveis à formação técnica em agropecuária.

Esse núcleo previa as peculiaridades locais, os planos dos estabelecimentos de ensino e as diferenças individuais dos alunos. Registrou-se, ainda, um aumento das disciplinas na área da técnica em agropecuária, a saber: “Irrigação, Drenagem, Fisiologia, Reprodução dos Animais Domésticos, Alimentação, Nutrição Animal e Industrialização de Produtos de Origem Animal.” (OLIVEIRA, 1991, p.70).

Por outro lado, segundo Oliveira (1991), embora os estágios fossem incorporados ao currículo apenas em 1982, as aulas práticas já aconteciam desde a criação da Escola Agrotécnica de Campos, com o apoio da Secretaria Estadual de Agricultura, que disponibilizava recursos para tais atividades, como animais e maquinários. Ao mesmo tempo, havia a mediação entre os docentes da área técnica que, além de estarem inseridos na escola, também atuavam em instituições vinculadas ao setor agropecuário. Esses docentes também faziam parte do quadro de funcionários dessas instituições: agrônomos, zootecnistas, veterinários e técnicos agrícolas.

Porém, tais condições para a formação técnica foram alteradas com a transferência da ETEAAS para a Secretaria Estadual de Educação; a partir desse processo houve também a transferência dos professores que, após a incorporação da escola pela Secretaria Estadual de Educação, passariam a integrar o quadro de magistério do Estado.

Nesse contexto, a forma de ingresso dos professores também foi alterada. Se antes eles eram escolhidos de forma pessoal, ou seja, os diretores da escola controlavam o ingresso dos novos professores, buscando construir mediações entre eles e os possíveis espaços de atuação profissional do técnico em agropecuária, a partir do ano de 1973, o ingresso dos docentes passava a ser controlado diretamente pela Secretaria de Educação, o que impediu a ampliação ou manutenção das relações construídas pelos professores da área técnica e as instituições voltadas para a prestação de serviços na área da agropecuária (OLIVEIRA, 1991, p. 49).

Segundo relato do professor II, atuante na escola naquele momento, parte dos professores das áreas técnicas em geral resistiu ao processo de incorporação da escola à Secretaria Estadual de Educação. Eles temiam a perda da qualidade do ensino técnico, devido ao distanciamento da escola das instituições destinadas às atividades agrícolas e pecuaristas. O professor entrevistado também destacou a realização de passeatas contra a incorporação da escola, além do pedido de visita do presidente da Associação Profissional dos Técnicos Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (ATARJ)²⁸.

Eu participei das manifestações contra. Fomos para as ruas, falamos com o governador. Só que os professores da formação geral queriam a mudança, porque

²⁸ Nessa ocasião, segundo Oliveira (1991, p.59), “os professores reivindicaram auxílio no aperfeiçoamento dos técnicos ao presidente da ATARJ, além de maior atenção e apoio por parte dos órgãos competentes, para que se pudesse promover a melhoria do ensino no Estado”.

a remuneração da educação era maior. Eu sei que na época os professores da área técnica não tiveram apoio nenhum dos professores da formação geral, os da formação geral queriam ser tratados como professor, já os da área técnica não queriam, porque descaracterizava a escola. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios da ETEAAS).

A respeito da importância das relações intermediadas pelos docentes e as instituições destinadas às atividades agropecuárias, Oliveira (1991, p. 49) afirma:

Para o educandário, a presença entre seus docentes profissionais, que atuavam em instituições diversas, propiciava que os mesmos intermediassem relações e colocassem o Colégio frente a alternativas de acesso, a recursos com a contribuição das mesmas. Essa presença era permitida e acionada em diversas situações, proporcionava que ao Colégio se agregassem direta ou indiretamente esforços de outros setores sociais. A formação do técnico agrícola mais que o objetivo do educandário referido, era proposta que reunia uma gama de coparticipantes em maior ou menor intensidade. (OLIVEIRA, 1991, p. 49)

Dessa maneira, a transferência dos docentes para a Secretaria de Educação alterou uma das condições privilegiadas à formação técnica, uma vez que os professores perderam o apoio direto das instituições públicas vinculadas às atividades de agricultura e pecuária. Esse fato comprometeu a disponibilidade de recursos formativos fornecidos por essas instituições, além de afastar os profissionais especializados na área de formação técnica da escola, que integravam, por exemplo, os quadros de funcionários da Secretaria Estadual de Agricultura Indústria e Comércio.

Outro fato de desvinculação da escola com as instituições públicas destinadas à promoção das atividades de agricultura e pecuária ocorreu quando, em meados da década de 1970, com o processo de transferência da escola para a Secretaria Estadual de Educação consolidado, o projeto de extensão rural efetivado pela divulgação dos conhecimentos técnicos e também do ensino agrotécnico oferecido pelo colégio foi extinto, juntamente com a edição do “Orientador Agrícola”. Vale salientar que o mensário teve mais de 150 publicações ou numerações²⁹.

Naquele momento, a única ação que ainda visava à divulgação de uma agricultura científica e à propagação da formação profissional oferecida pelo Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo era a participação do colégio nas Exposições Agropecuárias de Campos. Apesar disso, a divulgação empreendida nesses eventos é pontual, ocorrendo somente uma vez no ano, além do mais, a repercussão da participação da escola nas exposições agropecuárias apresenta limites regionais.

²⁹ Isso de acordo com depoimento do professor responsável pelo Serviço de Divulgação Rural da Escola Agrotécnica de Campos.

De igual modo, outras mudanças no mesmo período atingiram diretamente a formação em agropecuária, destacando-se o estabelecimento do convênio entre o Colégio Agrícola Antonio Sarlo e a COOPERPLAN (Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana). O convênio instituído ainda no início dos anos de 1970 objetivou a cessão de parte da área pertencente ao colégio (130 hectares) para exploração pela cooperativa do cultivo de cana-de-açúcar.

Segundo relato dos professores entrevistados, o convênio favoreceu o desenvolvimento das atividades da escola, uma vez que permitiu que os alunos tivessem contato, através das aulas práticas nas instalações da cooperativa, com as práticas de produção da cana-de-açúcar. A ocupação da maior parte das terras da escola pela cooperativa evitava despesas com os cuidados do espaço da escola.

Contraditoriamente, para Oliveira (1991), o convênio configurava-se como uma perda dos espaços da escola, que poderiam ser utilizados para realização de outras atividades como a criação de animais. Outro problema seria a desarticulação do projeto mais amplo de desenvolvimento de tecnologias para outros cultivos e não somente de cana-de-açúcar:

A concretização do convênio com a COOPERPLAN restringia e ao mesmo tempo impossibilitava a implementação de outros projetos, o que repercutia no desempenho do curso, além de não contar com parte dos professores dos estabelecimentos. (OLIVEIRA, 1991, p.74)

Dessa maneira, a formação técnica em agropecuária adquiriu um formato regionalizado, vislumbrando principalmente atender às demandas do setor sucroalcooleiro predominante na região. No entanto, com a crise desse setor intensificada entre os anos 1980 e 1990, a atuação do técnico em agropecuária apresentou limitações; nesse sentido pode-se dizer que a formação técnica em Campos esteve influenciada por decisões políticas e pelo contexto econômico, principalmente pelo setor sucroalcooleiro que orientou as atividades práticas dos alunos, nesse momento.

Entre as transformações ocorridas após o processo de transferência da escola entre secretarias, estava a alteração da oferta de cursos da escola. Um dos legados deixados pela gestão da Secretaria Estadual de Agricultura foi a oferta dos cursos de Iniciação agrícola e Mestria agrícola, correspondentes ao primeiro ciclo do ensino fundamental. Porém, no início da década de 70, iniciou-se no Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo um processo gradual de extinção do Ensino Ginásial (1.º ciclo), atual segundo segmento do ensino fundamental.

A Secretaria Estadual de Educação alegava que essa medida proporcionaria uma

maior eficiência na administração escolar e favoreceria a ampliação do número de matrículas para o curso técnico agrícola em nível médio. Outra alegação era que “havia sido ampliada a rede escolar que oferecia o ensino ginásial; ao contrário da insuficiente oferta de ensino em nível médio” (OLIVEIRA, 1991, p.52). Em contraposição, a direção da escola afirmava que os alunos do ensino ginásial seriam os mesmos a darem continuidade ao 2.º grau na escola, o que poderia então causar um “estrangulamento” do mercado de trabalho com o aumento do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária. “Como solução para o impasse entre a Secretaria Estadual de Educação e a direção da escola, em 1977, o ensino ginásial foi reinstalado na escola.” (OLIVEIRA, 1991, p.52).

Vale enfatizar que, apesar da preocupação da direção da escola com a ampliação do número de matrículas para o curso técnico em agropecuária, o que poderia ocasionar uma situação de “estrangulamento” não pôde ser evitado, pois, se anteriormente o Colégio Agrícola Antonio Sarlo era um dos únicos estabelecimentos a proporcionar a formação profissional em agropecuária, essa posição foi alterada.

No início da década de 1980, outros municípios localizados no estado do Rio de Janeiro passaram a ter escolas que ofereciam o curso técnico em agropecuária, entre eles: “Cambuci, Conceição de Macabu, Cordeiro, Itaocara, Itaperuna, Miracema, Santa Maria Madalena, Teresópolis e Valença” (OLIVEIRA, 1991, p.58). A criação dessas novas instituições escolares influenciou o número de alunos do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo uma vez que aqueles oriundos do interior do estado puderam dar continuidade aos estudos em escolas mais próximas às suas residências.

No entanto, quanto às demandas de alunos oriundos de outros estados do Brasil, não houve grandes alterações, pois, de acordo com Oliveira (1991), como a maioria dessas novas escolas ainda não possuíam regime de internato, ficava praticamente inviável a permanência de alunos oriundos de áreas muito distantes. Como exemplo de escolas que não ofereciam alojamento nos anos iniciais das suas atividades pode-se citar: o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges, localizado no município de Bom Jesus do Itabapoana; o Centro Escolar de Agropecuária Ranulpho Machado Botelho, em Santa Maria Madalena, e o Centro Interescolar de Agropecuária de Itaperuna, situado no município do mesmo nome (OLIVEIRA, 1991, p. 64).

Finalmente, a falta de direcionamento dos recursos disponibilizados pela Secretaria de Educação às demandas da agricultura e veterinária refletiu-se na ausência de tratamento diferenciado, além de verbas para o atendimento às necessidades básicas e específicas da formação agrícola. Essa situação foi contemplada, pelas falas dos professores abaixo:

A Secretaria de Educação tratava a escola como qualquer escola de bairro. Não existia essa diferença de ser um colégio grande, um colégio agrícola ou um colégio profissionalizante, éramos iguais a um colégio de “esquina”, tínhamos o mesmo valor! (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios da ETEAAS).

Faltou para nós muitas vezes dinheiro mesmo! Acabava a verba, não tinha óleo para o trator. Quantas vezes tirei dinheiro do meu bolso. Só não faltou, durante esse período, a merenda para os alunos, isso nunca faltou não! (Entrevista realizada em 19 de julho de 2011, com o professor I da área técnica responsável pela horta).

Sendo assim, se anteriormente a escola desfrutava de recursos disponibilizados pela Secretaria Estadual de Agricultura, passou, então, a disputá-los, não apenas com outros estabelecimentos de educação profissional agrícola, mas com todas as outras escolas de educação básica da rede estadual do Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, as alterações vivenciadas pela ETEAAS durante o período em que esteve vinculada à Secretaria Estadual de Educação evidenciaram uma relativa homogeneização das ações destinadas a ela. Esse fato concorreria para uma precarização do papel da escola como instituição formadora de um profissional destinado ao desenvolvimento e efetivação de tecnologias vinculadas às atividades agrícolas e pecuaristas.

Ainda que o processo de transferência entre secretarias não objetivasse empreender alterações negativas quanto à qualidade do ensino, e mesmo tendo mantido as atividades do internato, para Oliveira (1991) e os professores entrevistados, a proposta de educação profissional agrícola oferecida foi afetada significativamente com o afastamento dos agentes envolvidos diretamente com o setor agropecuário, fato que contribuiu para a redução dos recursos, não apenas financeiros, mas formativos, que contemplavam as necessidades inerentes dessa formação. Entretanto, esse trabalho considera a efetivação de concurso público para o ingresso de professores da escola como um avanço no que diz respeito à credibilidade e democratização na escolha desses profissionais.

Nessa perspectiva, o trabalho de Oliveira (1991) e a memória dos professores entrevistados, embora tenham sido fontes importantes para este trabalho, tendem a subestimar a gestão da Secretaria Estadual de Educação e superestimar os aspectos da administração da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, que foram transformados, contribuindo para alterações das condições da formação técnica. Dessa forma outras fontes poderiam ter fornecido outras considerações, mas essas não foram alcançadas pela pesquisadora.

No entanto, ao reconstruir a trajetória da ETEAAS, dois momentos estão colocados, um se caracteriza pelo processo de transferência das decisões do âmbito da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio para a Secretaria Estadual de Educação; o outro momento seria conjuntural marcado pelo auge e declínio da atividade sucroalcooleira no município. A dicotomia política-economia fez parte de toda a história da instituição escolar e influenciou não somente na proposta de formação oferecida pela escola como na procura dos jovens pelo tradicional curso técnico em agropecuária.

Contudo, ao final dos anos de 1990, o Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo passaria a se chamar Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo. Uma nova instituição formativa seria construída a partir de então? Até que ponto os aspectos econômicos locais influenciariam na procura dos jovens pelo curso técnico em agropecuária na atualidade? É o que veremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV

A gestão da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - Fundação de Apoio à Escola Técnica - e a redução do número de alunos na visão de seus atores

Conforme as informações do capítulo anterior, o Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo, ao final da década de 1990, passou por uma nova mudança, pois em 30 de março de 1999, segundo o artigo 1.º do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o colégio foi transferido à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - Fundação de Apoio à Escola Técnica (SECTI-FAETEC).

Nesse contexto, seguindo as normas nacionais estabelecidas pelo MEC, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, considerou a necessidade de agrupar em um único órgão todas as escolas que ministravam o ensino técnico. Assim, no uso de suas atribuições legais, decretou:

Art.1.º- Fica transferida a Escola Agrícola Antonio Sarlo, situada no município de Campos dos Goytacazes, do âmbito da Secretaria de Estado de Educação para a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Art.2.º- Os servidores estaduais lotados na Escola Agrícola Antonio Sarlo permanecerão no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, à disposição da FAETEC. Art.3.º - O acervo constituído pelos bens imóveis e móveis da Secretaria de Estado de Educação, que esteja afetando a Escola Agrícola Antonio Sarlo, será transferido para a FAETEC, através de instrumentos próprios, após inventariado por aquela Secretaria. (DOERJ, 1999),.

Segundo Passos (2009), a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), criada em 1997, administra uma rede com sete Institutos Superiores de Educação, quatro Institutos Superiores de Tecnologia, quinze escolas técnicas de nível médio e três Centros Vocacionais Tecnológicos - CVTS. Essa fundação é responsável pela política de educação profissional no Estado do Rio, em concordância com o governo federal, que estabelece como política pública de qualificação aquela que seja fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico com geração de trabalho e distribuição

de renda, norteando-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social¹.

É importante salientar que, embora a determinação do governo estadual fosse agrupar na FAETEC todas as escolas que ministrassem cursos técnicos, essa incorporação, ao menos no município de Campos, não ocorreu em um mesmo momento para todas as escolas².

É significativo mencionar que algumas escolas estaduais que oferecem cursos técnicos ainda permanecem sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. No caso das escolas estaduais que oferecem o curso técnico em agropecuária, apenas o Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo faz parte da administração da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse fato pode ser constatado pela verificação, na lista apresentada a seguir, de escolas estaduais que oferecem tal curso e que permanecem sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.³

Tabela 2: Escolas estaduais que oferecem o curso técnico em agropecuária no Rio de Janeiro

AGROPECUÁRIA	TEN. OTÁVIO PINHEIRO	Belford Roxo	2758-2292 2762-3001 2762-3012
	CEA DE CAMBUCI	Cambuci	(22) 2767-2239 2267-2050
	CELA Alu. Enam do Amaral Peixoto	Magé	(21) 2647-5408 3632-2801 9929-3238 2633-1267
	CIA DE ITAPERUNA	Itaperuna	(22) 3822-0578 3822-5030
	JOSÉ FRANCISCO LIPPI	Teresópolis	(21) 2641-1229 2644-7199 3641-8829
	JOSÉ SOARES JUNIOR	Itaboraí	(21) 2635-7994 8642-5649
	MONSENHOR TOMÁS TEJERINA DE PRADO	Valença	(24) 2452-7975 2452-8327
	REGO BARROS	Conceição de Macabu	(22) 2777-2429 2779-2130 2779-2484 2770-3079
	REI ALBERTO I	Nova Friburgo	(22) 2543-3138

Fonte: Dados da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (2011)

¹ De acordo com o artigo primeiro do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica (2010), a FAETEC é uma autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, regida pela Lei n.º 1.176/87, com alterações promovidas pelas Leis n.º 2.735/97 e 3.808/02. É uma entidade sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito público, de duração indeterminada, com sede e foro na Capital do Estado do Rio de Janeiro.

² Outras escolas do município de Campos que pertencem à rede FAETEC não foram incorporadas à SECTI no mesmo momento que a ETEAAS; o Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert foi transferido para a SECTI-FAETEC no ano de 2001, enquanto que a Escola Técnica Estadual (ETE) João Barcelos Martins foi incorporada pela SECTI-FAETEC EM 1997.

³ O Plano Estadual de Educação (2009) prevê a incorporação de todas as escolas da rede estadual que oferecem cursos profissionalizantes pela SECTI-FAETEC até cinco anos do estabelecimento do plano, ou seja, 2014.

Diante disso, podemos perceber que ainda existe um quantitativo de oito escolas que oferecem o curso técnico em agropecuária vinculadas à Secretaria Estadual de Educação. Não houve nenhuma explicação oficial dada pela direção da SECTI-FAETEC ou pela atual direção da ETEAAS sobre a transferência exclusiva do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo para a SECTI-FAETEC; apenas os relatos do diretor da escola na época da incorporação e de um dos professores da área técnica do curso em agropecuária trouxeram a essa pesquisa algumas explicações:

Entrevistador: Qual é o fator incentivador da incorporação da escola pela FAETEC?
Entrevistado: Olha, por que a escola mostrou ter uma estrutura propícia para criação de cursos de curta duração e também do CETEP em Ciências Agrárias. (Entrevista realizada em 20 de agosto de 2011, como diretor da ETEAAS, em 1999).

Para o professor entrevistado, o motivo da transferência da escola teria sido estritamente político:

Na época da incorporação da FAETEC o governador era Garotinho. Ele já tinha sido prefeito de Campos, e nós, aqui da Escola Agrícola, tínhamos um convênio com a prefeitura campista, onde a gente produzia alimentos para as creches de Campos; aí por ele ser campista e já ter tido uma relação com a Escola Agrícola, na época da campanha para governador, a FAETEC já era um projeto dele, então ele nos prometeu que a escola seria passada para a FAETEC. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC).

Pelo relato do professor, constata-se a existência de uma expectativa positiva entre os sujeitos da escola quanto à transferência do antigo Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo para a FAETEC. Para os sujeitos entrevistados, tal expectativa relacionava-se à falta de recursos e ao tratamento homogeneizado que a gestão da Secretaria Estadual de Educação proporcionou ao colégio. Esse ponto de vista, já abordado no capítulo anterior, foi um dos precedentes à espera positiva da incorporação do Colégio Estadual Agrícola Antonio Sarlo pela SECTI-FAETEC. A esse respeito, o relato do professor pondera:

Por nós a incorporação foi vista como a última “coca-cola” do deserto, porque se não tivesse isso, aí acabava o colégio agrícola. Estávamos aqui naquele sufoco de demanda de alunos como estamos agora! Porque a Secretaria de Educação tratava a escola como qualquer escola de bairro. Não existia essa diferença de ser um colégio grande, um colégio agrícola ou um colégio profissionalizante, éramos iguais a um colégio de “esquina”, tínhamos o mesmo valor! E depois, a

Secretaria de Ciência e Tecnologia incorporou, houve melhoras financeiras para os funcionários, mais atenção por parte da FAETEC que começou a olhar como um colégio agrícola, porque o primeiro secretário da Secretaria de Ciência e Tecnologia tinha sido reitor da UENF e ele tinha noção do que era a agricultura e pra nós da escola isso foi muito bom. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC).

A incorporação da ETEAAS pela SECTI-FAETEC e suas consequências colocam-se como questão de pesquisa neste trabalho, pois embora essa decisão representasse a possibilidade de melhorias para a escola, especialmente para a formação técnica em agropecuária, o declínio do número de alunos matriculados para o curso se tornou, ao longo dos anos, cada vez mais acentuado⁴. Para entendermos essa situação paradoxal, serão abordados nos itens deste capítulo alguns dos aspectos da gestão da SECTI-FAETEC.

4.1 Um período de euforia na gestão SECTI-FAETEC

Logo na fase inicial da transferência da ETEAAS para a SECTI-FAETEC, foi criado, nas instalações da escola, o Instituto Superior de Ciências Agrárias, que oferecia o curso superior em horticultura. Esse instituto representava a possibilidade de continuidade dos estudos dos alunos após a conclusão da formação técnica em nível médio. Além deste, foram instituídos novos cursos de curta duração, ofertados gratuitamente à comunidade, como: Informática, Idiomas, além de algumas modalidades esportivas. A criação desses cursos culminou na formação do Centro de Ensino Técnico Profissionalizante (CETEP-CAMPOS). Em 2006, foi criado o curso pós-médio (Tecnólogo) em Floresta e o curso técnico em nível médio em Fruticultura, que não chegou a funcionar devido ao pequeno número de matrículas.

Segundo relato do diretor da ETEAAS na época (1999), a criação do Instituto Superior, do CETEP e dos novos cursos oferecidos pela escola à comunidade demandou a construção de novas instalações que foram erguidas com apoio da SECTI-FAETEC: “realmente eles fizeram reformas, nas salas de aula, não deixaram de atender a escola, no sentido de dar maior comodidade ao aluno, laboratórios foram criados para beneficiar a escola e também ao CETEP”⁵.

A princípio, o momento da incorporação da escola pela SECTI-FAETEC foi

⁴ Os dados de matrículas para o curso de agropecuária, fornecidos pela secretaria da própria escola, apontam que em 1999 o curso de agropecuária em nível médio possuía um total de 208 alunos; em 2007 teve o seu menor número: 49 alunos no total; e em 2010 o quantitativo de alunos matriculados no curso foi de 72 alunos.

⁵ Entrevista realizada em 20 de agosto de 2011.

marcado por uma grande euforia; houve uma procura pelos novos cursos de curta duração ofertados à comunidade, e as expectativas dos diretores e professores da escola eram positivas, pois a criação desses cursos poderia gerar demandas também para o curso tradicionalmente oferecido pela escola, o técnico em agropecuária. Consequentemente, com o aumento das demandas de alunos, a verba direcionada à escola também aumentaria⁶. Esse fato poderia contribuir para a superação dos problemas relacionados à manutenção do espaço físico da escola, bem como da disponibilidade de recursos necessários à formação técnica em agropecuária, como o custeio de animais e maquinários.

Todavia, o diretor da ETEAAS na época da incorporação afirma:

Naquele momento a escola precisava de um impulso maior e uma divulgação maior dos cursos para chamar os alunos; a FAETEC proporcionou isso, e foi positivo, mas no decorrer não foi o que todos esperavam, mas mesmo assim houve avanço, as pessoas da comunidade ao redor da escola foram atendidas com cursos de informática. Então, nós esperávamos que com a criação de novos cursos, o curso tradicional da escola (agropecuária) também fosse procurado, mas não houve essa procura. Houve bastante procura para o curso de informática, mas não para o curso de agropecuária. (Entrevista realizada em 20 de agosto de 2011, com diretor da ETEAAS, em 1999).

Outro fator positivo relacionado à incorporação da ETEAAS pela SECTI-FAETEC foi o estabelecimento do plano de progressão salarial destinados aos professores, que a partir de então, seriam alocados no quadro de funcionários da Secretaria. Sobre isso, o professor da área técnica enfatiza:

No início houve... eles (SECTI-FAETEC) logo cobraram da gente que fizesse pós-graduação. Buscavam preparar os professores, mas depois foi esfriando. A princípio isso seria muito benéfico, pois teríamos um aumento no nosso salário, o que na Secretaria de Educação não ocorria. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC)⁷.

Dessa maneira, em um primeiro momento da transferência entre Secretarias, a transição pareceu favorável, pois foram criados novos cursos e algumas mudanças positivas puderam ser percebidas de imediato⁸. Porém, essas ações não foram suficientes

⁶ Segundo entrevista realizada com o atual diretor da ETEAAS, as verbas direcionadas às escolas da rede FAETEC variam de acordo com o número de alunos.

⁷ Apesar da promessa de estabelecimento do plano de progressão salarial, desde o início da incorporação, apenas no ano de 2011 os professores efetivos da rede estadual de educação passaram definitivamente para o quadro de professores da rede FAETEC.

⁸ Segundo o diretor da escola à época, como exemplos dessas mudanças estavam: a construção de laboratórios, a divulgação dos cursos oferecidos via televisão e rádio. Assim, refletindo essas transformações, ocorreu um aumento das demandas de alunos para o curso técnico em agropecuária, pois no ano de 1999, ano da transferência da escola para a SECTI-FAETEC, os alunos do ensino médio

para que a procura de alunos pelo curso técnico de nível médio oferecido pela escola aumentasse ou se mantivesse com o passar do tempo. Ao contrário, como já colocado anteriormente, o número de matrículas para o curso técnico em agropecuária, após os primeiros anos da gestão da SECTI-FAETEC, sofreu uma redução eminente. Nesse sentido, de acordo com os sujeitos da escola (diretor, professores da área técnica e alunos), a retração do número de alunos para o curso foi influenciada por fatores que se alocaram em duas esferas: a primeira, externa, formada por fatores econômicos, e a segunda, interna, constituída pelas decisões administrativas tomadas no âmbito da própria SECTI-FAETEC. Vale lembrar que a disposição das discussões sobre essas esferas não possui nenhuma intenção de hierarquia quanto às suas influências para o processo de desprestígio da formação por este trabalho investigado.

De tal modo, serão analisados nas seções seguintes os fatores que constituem essas esferas e que atualmente comprometem as matrículas para a formação técnica em agropecuária. Para esse empreendimento foram utilizadas as contribuições teóricas de Silva ; Carvalho (2004); Cruz (2004) e Smiderle (2010). Além dessas, utilizaram-se também fontes documentais da SECTI-FAETEC, entre elas o Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica (2010) e o Regimento Escolar da Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC (2008). E, finalmente, esta investigação apropriou-se da técnica de entrevista, a fim de conhecer as opiniões dos sujeitos da escola a respeito dos motivos da redução do número de alunos para a formação técnica em agropecuária. Essas entrevistas foram organizadas em três núcleos: institucional, formado pelo atual diretor da ETEAAS; pedagógico, constituído por dois professores da área técnica, os únicos efetivos; e o estudantil, composto pelos alunos formandos do curso técnico em agropecuária no ano de 2011, que totalizaram dez alunos.

Além desses núcleos, foram realizadas entrevistas com o diretor à época da incorporação da escola pela SECTI-FAETEC e também com o agente administrativo responsável pelo alojamento da ETEAAS no ano de 2011.

4.2 Analisando a esfera externa: a diversificação da economia campista e suas influências às demandas da formação técnica em agropecuária na gestão da SECTI-FAETEC

Visto que um dos objetivos deste trabalho é entender de que forma os aspectos econômicos influenciaram as transformações das demandas de alunos para a

integrados ao curso técnico agropecuária totalizavam 208 alunos em 2000; esse número passou para 213 no ano de 2001; chegou a 243 e, finalmente em 2002, alcançou o número recorde na gestão da SECTI-FAETEC ao possuir 261 alunos matriculados nesse curso.

formação técnica em agropecuária, buscou-se, nesta seção, analisar as contribuições da esfera externa, constituída por aspectos específicos da economia campista, para as transformações do número de alunos matriculados no curso de agropecuária oferecido pela ETEAAS.

Uma das características peculiares da economia campista reside no processo de declínio das atividades sucroalcooleiras e na emergência das atividades petrolíferas no município. Tal momento de transição econômica será investigado por protagonizar o cenário econômico de Campos durante o período privilegiado por meio deste estudo, no caso, a gestão da SECTI-FAETEC (de 1999 até os dias atuais)⁹. Esse processo foi apontado unanimemente pelos sujeitos da pesquisa como um dos motivos para a redução das matrículas. Entretanto, deve-se justificar, primeiramente, a opção por tratar apenas das atividades econômicas realizadas no município de Campos dos Goytacazes.

Como já mencionado no capítulo anterior, na gestão da Secretaria Estadual de Educação, pôde-se perceber uma mudança nas demandas de alunos, uma vez que o número de escolas que ofereciam a formação técnica em agropecuária na região Norte Fluminense foi ampliado¹⁰, bem como o das escolas da rede federal de ensino, que oferecem a mesma formação, que passaram a absorver a demanda local de alunos¹¹. A partir desse fato, notou-se que as demandas para a ETEAAS e consequentemente para o curso em agropecuária tornaram-se cada vez mais constituídas por alunos do município onde a escola se localiza¹².

Dessa forma, atualmente os alunos matriculados no curso técnico em agropecuária são predominantemente do estado do Rio de Janeiro e, quase que exclusivamente, oriundos do município de Campos dos Goytacazes. Nesse caso, ao analisar as influências dos fatores econômicos para a formação técnica em agropecuária perante uma demanda de alunos tão específica, torna-se imprescindível destacar as influências da crise do setor sucroalcooleiro campista, bem como da emergência das atividades petrolíferas no município¹³.

⁹ Vale salientar que essa transição econômica iniciou-se antes desse período.

¹⁰ No início da década de 1980, outros municípios localizados no estado do Rio de Janeiro passaram a ter escolas que ofereciam o curso técnico em agropecuária, entre eles: Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Conceição de Macabu, Cordeiro, Itaocara, Itaperuna, Miracema, Santa Maria Madalena, Teresópolis e Valença (OLIVEIRA, 1991, p.58). Atualmente o estado do Rio de Janeiro possui em sua rede estadual oito escolas que oferecem a formação técnica em agropecuária, elas se localizam nos municípios de: Cambuci, Itaperuna, Magé, Itaboraí, Teresópolis, Valença, Conceição de Macabu e Nova Friburgo.

¹¹ Atualmente, segundo o Ministério da Educação e Cultura, essas escolas totalizam um número de 45, além de duas Unidades de Ensino Descentralizadas e 14 colégios agrícolas vinculados às Universidades Federais em diversos estados brasileiros.

¹² Durante a pesquisa foram aplicados aos alunos do curso técnico questionários que pleiteavam seus endereços. Dos 59 alunos matriculados no ensino médio concomitante ao curso técnico, 35 responderam ao questionário. Desse número, apenas três alunos não residiam no município de Campos. Ainda pôde-se identificar que nenhum desses alunos era oriundo de outra região do estado do Rio de Janeiro.

Essas informações podem ser comprovadas pelas placas de formandos afixadas nos corredores da escola, bem como pelos questionários aplicados aos alunos da 1.ª, 2.ª e 3.ª série do curso técnico em nível médio de agropecuária.

¹³ Embora a formação técnica em agropecuária, oferecida pela ETEAAS, visasse à difusão de tecnologias para o setor agropecuário, em geral não se pode desconsiderar que o setor sucroalcooleiro representou a principal atividade agrícola não apenas do município, como também de toda a região Norte Fluminense. Entretanto, a partir da década de 1980 essa atividade entrou em processo de

De acordo com os dados apresentados no estudo de Silva; Carvalho (2004, p. 103), na década de 1970, 36,8% da população economicamente ativa do município de Campos se alocava nas atividades do setor primário da economia: agropecuária, extrativismo vegetal e pesca; já na década de 1990, esse mesmo setor contava com apenas 15,1% da população. Essa situação demonstra um declínio dessas atividades e consequentemente um declínio do número de empregos nesse setor. Entre as décadas de 1980 e 1990, a atividade sucroalcooleira atravessou uma grande crise, já analisada em outro momento deste trabalho, ocasionada por vários fatores, entre eles as dívidas adquiridas pelos usineiros campistas, por meio da aquisição indiscriminada de créditos, na década de 1980, e o fim da estrutura estatal intervencionista efetivada pelo IAA no final da década de 1990. Apesar disso, a atividade mais significativa do setor primário da economia campista continua a ser a produção de cana-de-açúcar¹⁴.

Segundo Smiderle (2010), outros desafios surgiram na trajetória de desenvolvimento do setor sucroalcooleiro, especialmente no final da década de 1990 e no início dos anos 2000. Esses por sua vez, tornaram-se mais complexos de serem superados e agravaram a crise do setor no município, a saber: o desafio agrônômico relacionado à má distribuição de chuvas; o desafio fundiário vinculado ao tamanho das propriedades, o que implica a utilização de máquinas colheitadeiras; o desafio ambiental que se refere à tradicional prática das queimadas dos canaviais; o desafio econômico-financeiro ligado à precariedade de condições materiais ou recursos financeiros para a introdução de tecnologias no campo e, finalmente, o desafio sociocultural que está relacionado à tradição de não cooperação entre os proprietários rurais em Campos dos Goytacazes.

Nesse contexto, ocorreu o fechamento de várias usinas de produção de açúcar em Campos. Entre 1980 e 2005, quinze usinas fecharam as portas. Em 2012, só encontram-se em funcionamento as seguintes: COAGRO (Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro), Paraíso e Canabrava. Essa situação culminou na redução significativa da participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB) do município de Campos dos Goytacazes, principalmente se comparada à participação dos setores industriais e de serviços; dessa forma, segundo informações extraídas do censo 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o valor das atividades agropecuárias para o PIB do município, nesse ano, correspondeu a R\$153939 mil reais, contra R\$4750591 mil reais do setor de serviços a R\$14253209 mil reais da indústria.

Sobre as usinas, importa também dizer que, de acordo com Smiderle (2010,

declínio dando lugar às atividades petrolíferas, pois segundo os dados da Agência Nacional do Petróleo (2004), a bacia petrolífera localizada em Campos dos Goytacazes é responsável por mais de 80% da produção nacional do petróleo.

¹⁴ Segundo os dados do censo agropecuário 2006, a cultura da cana-de-açúcar apresentou um incremento, tanto na produção como na área plantada entre 1995/6 e 2006, continuando a ser a atividade mais representativa do setor primário da economia campista.

p.56), “na região Norte Fluminense entre as décadas de 1960 e 70, elas chegaram ao quantitativo de vinte e duas usinas”. Essas unidades de produção, que representavam um importante espaço de atuação profissional do técnico em agropecuária, após o encerramento de suas atividades, restringiram economicamente e espacialmente o mercado de trabalho para esse profissional. No depoimento de um dos sujeitos dessa pesquisa pode-se perceber tal restrição:

As usinas de Campos que eram os cabides de empregos para os técnicos agrícolas fecharam quase todas. As usinas, as poucas que têm, já estão fechando as portas, nós estamos vendo aí a São José em Goytacazes, que é uma das maiores no momento em Campos, há pouco tempo paralisou. Mas o que falta é onde empregar esse técnico agrícola! Hoje o técnico agrícola formado aqui, ele apenas pode conseguir um emprego na fazenda e ser o administrador da fazenda, ele não tem... E tem outra coisa, o salário também é muito pouco. Quando tinha as usinas o salário era pouco, mas tinha o lugar! Eles já saíam daqui praticamente empregados, quando eles saíam daqui já tavam com emprego em Sapucaia, Cambaíba, em Outeiro. Hoje fecharam praticamente todas as usinas em Campos. E nos outros locais de trabalho que eles podem se empregar, não é estável. Eles podem perder a qualquer momento o emprego. (Entrevista realizada em 19 de julho de 2011, com o professor I da área técnica responsável pela horta).

Mas, se por um lado as atividades sucroalcooleiras declinaram, por outro, as atividades do setor petrolífero passaram a se desenvolver na região. De acordo com Cruz (2004), a exploração e produção de petróleo e gás na Bacia Petrolífera de Campos dos Goytacazes foi um grande fator de diferenciação e diversificação na economia da região Norte Fluminense, especialmente nos municípios de Campos e Macaé¹⁵.

De acordo com Miranda; Silva; Almeida (2010), no ano de 1974 foi que se deu a descoberta do primeiro poço de petróleo com vazão comercial. Esse, perfurado em 1976 a uma lâmina d'água de 100 metros, viria a ser o Garoupa 26. No entanto, a produção de petróleo só começou em 1977, no Campo de Enchova, com uma produção de 10 mil barris por dia (bpd) em uma plataforma flutuante.

Segundo Cruz (2004), desde os meados da década de 1970 até o início dos anos 1980, dez mil empregos foram gerados pela Petrobrás. Essa sociedade atua como uma empresa de energia nos seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de energia¹⁶.

A Petrobrás se concentrou em termos de infraestrutura no município de Macaé,

¹⁵ Segundo Miranda; Silva; Almeida (2010), a Bacia de Campos situada na costa norte do estado do Rio de Janeiro, estende-se do Alto de Cabo Frio até ao Alto de Vitória, no Espírito Santo. São os municípios produtores de petróleo dessa bacia: Armação de Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Carapebus, Casimiro de Abreu, Macaé, Quissamã, Rio das Ostras e São João da Barra.

¹⁶ Informação disponível em: www.petrobras.com.br. Acesso em 16/05/2012.

onde se localiza a sua sede, o parque de tubos, o Porto de Imbetiba e o terminal de Cabiúnas, com 4.000 km de tubos submarinos. Em Campos dos Goytacazes localiza-se, no Farol de São Tomé, litoral do município, o heliporto da empresa, no qual ocorre diariamente o embarque e desembarque de funcionários (CRUZ, 2004, p. 94).

De acordo o trabalho de Silva et al. (2004, p. 68), os dados da Secretaria de Fazenda de Macaé mostram que “ no ano de 1984, quando a produção de petróleo e gás se intensificou, 4.126 empresas se instalaram em Macaé, sendo 2.016 industriais e comerciais e 2.110 prestadoras de serviço”. Segundo os autores, o crescimento da atividade industrial no município de Macaé resultou, por um lado, no aumento dos investimentos realizados em exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos pela Petrobrás; por outro, pela entrada de inúmeras empresas, especialmente estrangeiras, interessadas nas oportunidades de negócios na Bacia de Campos. Importa ressaltar que o aumento do ingresso das empresas estrangeiras em Macaé, ao longo do tempo, esteve relacionado à Lei do Petróleo n.º 9.478/97 estabelecida no dia 6 de agosto de 1997, que flexibilizou o monopólio das atividades de exploração e produção do petróleo na bacia campista.

Sendo assim, o complexo petrolífero necessitou de mão de obra qualificada em níveis técnicos e superiores. Sobre a importância da instalação da Petrobrás para a geração de empregos e formação profissional na região Norte Fluminense, o autor disserta:

Trata-se de um complexo que emprega mão de obra qualificada nos níveis técnico e superior, o que provocou um redirecionamento das ações do complexo de formação e qualificação profissional da região ante as perspectivas de retenção de grande parte da força de trabalho semiquificada e qualificada que migrava para outros centros, uma vez que, na recessão desencadeada nos anos 80, o mercado nacional havia restringido as oportunidades. (CRUZ, 2004, p. 94)

Dessa forma, os investimentos na indústria do petróleo contribuíram para a geração de empregos que beneficiaram principalmente os trabalhadores da região Norte Fluminense, especialmente dos municípios de Campos, que antes migravam para outras áreas do país¹⁷.

A evolução do emprego no setor petrolífero na região evoluiu da seguinte forma:

O “boom” do emprego no setor, na década de 1980, começou com o emprego direto na Petrobrás e terminou na passagem dos anos 80 para o início dos anos 90, com o processo de reestruturação e modernização

¹⁷ De acordo o trabalho de Cruz (2004), apesar de o complexo petrolífero estar localizado no município de Macaé, a mão de obra utilizada no setor petrolífero era majoritariamente do município de Campos, que possuía uma estrutura de formação profissional adequada às necessidades das atividades petrolíferas, bem como condição de moradia mais barata que a de Macaé.

tecnológica na Petrobrás, que ampliou a terceirização e a subcontratação de força de trabalho. (SILVA; CARVALHO, 2004, p.105)

Também sobre o emprego nesse setor, importa dizer que a indústria do petróleo requer mão de obra qualificada. Para Cruz (2004), a absorção dos trabalhadores da região pela Petrobrás, especialmente do município de Campos dos Goytacazes, ocorreu devido à existência de um aparato de formação profissional, cujas instituições educacionais ofereciam cursos de qualificação profissional que atendiam as necessidades das atividades petrolíferas. Sobre esse aparato, Cruz (2004) afirma:

A microrregião de Campos dos Goytacazes tem tradição em formação e qualificação profissional e, além das instituições do sistema S (SENAC e SENAI), possui escolas técnicas estaduais e federais como a tradicional Escola Técnica Federal, transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET - CAMPOS) em 1999. Com mais de 5.000 alunos, de níveis médio e superior, o CEFET destaca-se na formação de profissionais para os serviços especializados, como informática, comunicações e serviços à extração de petróleo em geral. A sua extensão, a Unidade de Ensino Descentralizada - Macaé (UNED - Macaé), foi construída pela Petrobrás, que implantou e apoia laboratórios e formação de técnicos especializados em suas atividades. (p.106)

Pertinente a esse contexto, o autor menciona a expansão das instituições de nível superior na região; pois, segundo ele, até o início dos anos 1990 existiam em Campos seis unidades de ensino superior, sendo cinco mantidas por fundações privadas locais e uma federal, ligada à Universidade Federal Fluminense; nessas seis unidades havia cerca de 5.000 alunos matriculados. Entretanto, tal cenário foi alterado; pois, de acordo com o estudo do autor mencionado, entre 1991 e o início dos anos 2000 o número de alunos matriculados no ensino superior em Campos ultrapassava os 19.000. Isso porque foram implantadas no município mais sete unidades de formação superior, sendo duas federais, quatro privadas e uma estadual — a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Essa última se destaca para Cruz (2004), porque, segundo ele, a UENF possui laboratórios de pesquisa, além de curso de pós-graduação de elevado nível tecnológico, os quais proporcionam suporte ao sistema Petrobrás em várias áreas e potencializa atividades de pesquisa como, por exemplo, a instalação de uma unidade de pesquisa implantada em Macaé via recursos da Petrobrás.

Dessa forma, como consequência desses fatores favoráveis, o crescimento do setor petrolífero tem se mostrado fundamental, tanto para o Estado do Rio de Janeiro, quanto para os municípios localizados em torno da Bacia de Campos, especialmente

Macaé e Campos dos Goytacazes. O desenvolvimento desse setor atribui a esse último município lugar de destaque no cenário econômico nacional, uma vez que a bacia petrolífera campista é, segundo a Agência Nacional de Petróleo, a maior produtora de óleo e gás natural no Brasil, sendo no ano de 2002 responsável pela produção de 82,35% de todo petróleo brasileiro.

Esse extraordinário crescimento da indústria petrolífera implicou, segundo Silva; Carvalho (2004), efeitos positivos quanto ao dinamismo e diversificação das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios beneficiados. Tais efeitos contribuíram, por sua vez, para o incremento das atividades industriais, bem como indiretamente promoveu o crescimento de outros segmentos da economia regional por suas consequências multiplicadoras, entre elas o desenvolvimento do setor de serviços, especialmente os serviços de ensino superior¹⁸.

Essa diversificação das atividades econômicas resultou, segundo os estudos de Cruz (2004), na criação de 30.000 novos empregos no complexo de extração de petróleo contra a perda de aproximadamente 35.000, somente no complexo açucareiro no município de Campos entre 1970 e 2000; além disso, de acordo com o mesmo estudo, os salários pagos pela indústria do petróleo são, em muito, superiores à média da população campista. Acredita-se que essa característica desperte o interesse dos jovens em atuar nesse setor.

É importante salientar que a análise da diversificação da economia campista tem relação com um dos objetivos desta pesquisa, uma vez que essa transformação econômica regional foi fundamental à compreensão das influências dos fatores econômicos nas demandas para a formação técnica em agropecuária na gestão da SECTI-FAETEC. Vale ainda enfatizar que a diversificação econômica empreendida pela emergência das atividades petrolíferas, além da crise do setor sucroalcooleiro, foram apontadas unanimemente pelos núcleos de entrevistas desta pesquisa como um dos principais fatores determinantes para o declínio das demandas de alunos do curso profissionalizante oferecido tradicionalmente pela ETEAAS.

As entrevistas realizadas com o atual diretor da ETEAAS, os dois professores efetivos da área técnica, além dos dez alunos formados em técnicos em agropecuária pela ETEAAS, no ano de 2011, totalizaram treze entrevistas, sendo que todas elas apontaram a diversificação econômica do município como uma das causas do declínio da demanda de alunos para o curso. Como exemplo desse consenso, alguns depoimentos foram selecionados.

¹⁸ Quanto ao incremento na atividade industrial, de acordo com o trabalho de Silva et al. (2004 p. 68), a indústria extrativista mineral foi avançada pelas atividades de exploração, e a produção de óleo e gás tem sido responsável pelo dinamismo da atividade industrial no Rio de Janeiro. Segundo dados apresentados no trabalho desses autores, a indústria extrativista mineral apresentou crescimento médio de 13,6% entre 1996 e 2000.

Com certeza os fatores que influenciam no declínio da demanda de alunos são fatores econômicos e políticos! Existe uma pressão muito grande nessa nova configuração que se deu no norte do estado, em torno do petróleo. Essa tendência é que todos os jovens sejam atraídos. Há alguns anos atrás, eu lembro que, em noventa e três, quando eu fiz vestibular a questão da informática, todo mundo queria fazer informática! Eu mesmo fiz vestibular pra informática e... Existia uma pressão de que existia um mercado, mas não existia o profissional para aquele mercado, daí todo mundo tendenciou a fazer informática, e depois de três, quatro anos, começou a existir cursos rápidos, daí as pessoas que se formaram em analistas ficaram sem local de trabalho, de tanta gente! E foram criando outras situações, que o próprio curso de informática não tava preparado pra aquilo! A gente hoje vive uma pressão do mercado, existe toda uma política de propaganda em cima disso (petróleo), inclusive governamental, do tipo: O petróleo é nosso! Com a criação de cursos rápidos, o Brasil cresceu muito nessa área, e ainda existe a questão salarial, um atrativo muito grande para os jovens. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS).

Pode-se perceber no depoimento do atual diretor que as demandas do mercado de trabalho, especialmente no norte do estado do Rio de Janeiro, têm influência direta para as demandas da educação profissional; além disso, confirmando as informações trazidas pelo estudo de Cruz (2004), os salários oferecidos pelas atividades petrolíferas demonstram ser um importante atrativo para os jovens. Mas, se por um lado as atividades petrolíferas se apresentam como mecanismo de ascensão social, por outro, as atividades que gravitam em torno da agricultura estão marcadas, no município de Campos, pelo atraso e degradação. Tais características relacionam-se à crise do setor sucroalcooleiro, que, por sua vez, encontra-se ligado à formação técnica oferecida pela ETEAAS. Sobre essa questão, o depoimento do atual diretor pondera:

Ainda existe aquela questão de ver o técnico em agropecuária como um trabalho desvalorizado, algo cultural. Tudo que está ligado à agricultura é atrasado, trabalho braçal, no tempo, isso aqui na nossa região! Por que em São Paulo e no Paraná isso é bem diferente! Mas, aqui nessa região, o trabalho agrícola é visto como trabalho de terceira classe, né? É visto como trabalho braçal, degradante, baixos salários. Infelizmente a gente vê a situação de várias usinas de açúcar. Aí o aluno fala pra mim: Professor! Vou ser técnico em agropecuária pra cortar cana? A gente tenta desmistificar isso, mostrar pro aluno que não é isso. O técnico em agropecuária não vai cortar cana. Mas isso ainda é muito difundido na cabeça deles. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS).

Como já mencionado, as influências da diversificação das atividades econômicas no município de Campos, para as matrículas da formação técnica em agropecuária, foram apontadas como uma das causas do seu declínio. Essa percepção se coloca de forma unânime para os professores da área técnica do curso de agropecuária também:

A gente sabe que hoje em dia já não é mais a parte de agricultura que interessa mais a maioria dos alunos, que buscam uma formação técnica, em Campos, hoje em dia é o que? É o petróleo e o gás. Meu filho mesmo, tá com trinta e poucos anos e já tá trabalhando embarcado e já voltou a estudar! Tá fazendo faculdade de petróleo e gás. É a febre do momento! (Entrevista realizada em 19 de julho de 2011, com o professor I da área técnica responsável pela horta).

Sobre essa mesma questão, em entrevista concedida, outro professor da área técnica pondera:

Há falta de empresas do setor de agropecuária e falta de incentivo do Estado para o setor de agropecuária, por que isso aí não dá retorno, só petróleo. (Entrevista realizada em 06 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC)

Nessa perspectiva, a diversificação da economia campista causou alterações nas políticas de desenvolvimento econômico, as quais, por sua vez, passaram a negligenciar as atividades agrícolas, priorizando a atividade petrolífera. Esse fato pode ser percebido na fala do mesmo professor:

O Estado do Rio hoje “pensa” que amanhã vai comer petróleo e por isso abandonou as políticas de incentivo à agricultura totalmente [...] o governo não vê mais a agricultura como salvação. Hoje os royalties compram a comida, mas quem irá produzi-la? Eles não pensam nisso, só visam isso aí! Petróleo... Só falam nisso! As políticas são direcionadas só para isso! (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC)

Importa ressaltar que a fala do professor acima relaciona-se à participação maciça dos *royalties* e das participações especiais, pagas pela Petrobrás, nos orçamentos dos municípios da região¹⁹. Esses valores proporcionam autonomia aos municípios beneficiados, em relação ao governo do estado, favorecendo os investimentos em políticas públicas, entre elas as de fomento às atividades econômicas. Sobre os recursos dos *royalties* Cruz (2004) afirma:

Desde a década de 1980, os municípios recebem reforço dos *royalties* da extração do petróleo regional, embora só a partir de 1999, em decorrência

¹⁹ No caso do petróleo, os *royalties* são cobrados das concessionárias que o exploram, e o valor arrecadado fica com o poder público. Pela legislação brasileira atual, a União fica com 40% das receitas, os Estados produtores, com 22,5%, e os municípios produtores, 30%. Os 7,5% restantes são distribuídos entre todos os municípios e Estados da federação, conforme as regras do FRM (Fundo de Participação dos Municípios). A justificativa para essa divisão seria de que os *royalties* são uma espécie de compensação aos governos locais, aos gastos com infraestrutura e prevenção de acidentes, além de eventuais danos ambientais causados pela exploração petrolífera. Entretanto, essa divisão tem sido atualmente questionada tanto pela União, quanto por outros estados não produtores.

de modificações na legislação quanto aos critérios e cálculos dos valores, esses recursos tenham passado a ter um peso fantástico nos orçamentos municipais. Como exemplo, no ano de 2002, os royalties constituíram 2,282 bilhões de reais; para os municípios foram destinados cerca de 1 bilhão de reais, sendo que a Campos dos Goytacazes couberam 23% e a Macaé, 18%. (p. 94)

Dessa forma, as transformações econômicas empreendidas pela extração e produção de petróleo na região refletem não apenas nas demandas dos jovens para a escolha da formação profissional, mas também na atenção do poder público, incluindo o estatal ao privilegiar atividades econômicas que aumentem a sua participação na distribuição dos *royalties*²⁰.

Finalmente, ainda sobre essa questão, dos dez alunos entrevistados na pesquisa, todos atribuíram ao declínio das atividades sucroalcooleiras e à crescente atividade petrolífera no município os motivos para a redução eminente do número de alunos para o curso técnico em agropecuária. Essa afirmação consensual poderá ser apreendida a partir dos depoimentos abaixo:

Eu acho que é muita falta de informação, e as pessoas, hoje em dia, focam muito no petróleo, tudo é petróleo! Tudo é tecnologia! As pessoas, às vezes, se esquecem que a base do mundo, não só do Brasil, é a agricultura. Porque se você não tiver hoje em dia o produtor, você não tem o que comer, ainda não inventaram um computador que faça arroz e feijão. As pessoas têm que rever os conceitos, o petróleo é importante, a tecnologia é importante, mas a agricultura também é! Então, acho que o que tá pegando pra esse número de alunos é isso aí. (Entrevista realizada em 5 de julho de 2011 com a aluna I do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Outros jovens a esse respeito pensam:

Acho que é por causa da economia, as pessoas esquecem da agricultura, só pensam em petróleo que é daqui e esquecem da agricultura. (Entrevista realizada em 6 de julho de 2011 com o aluno IV do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Os alunos estão olhando muito mais para o petróleo, elétrica, mecânica, tudo voltado para as plataformas de petróleo e veem a agronomia como algo bem inferior, acham mais banal, mais sem importância. (Entrevista realizada em 6 de julho de 2011 com o aluno III do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

²⁰ Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, ao estado do Rio de Janeiro, maior produtor nacional de petróleo e gás natural, juntamente com seus municípios, destinam-se 41% do total arrecadado nacionalmente. No ano 2000, esse total representou R\$ 764, 8 milhões de reais.

Sobre o que foi dito, podemos afirmar que a visão dos alunos sobre a influência do fator econômico reafirma as falas dos seus professores da área técnica, além de reforçar as características regionais adquiridas pela formação profissional ao longo dos anos. Assim, para os sujeitos desta pesquisa, as atividades agrícolas encontram-se desprestigiadas, se comparadas à bem sucedida extração petrolífera desenvolvida no município no qual a escola se localiza.

Contudo, não seria apenas a ascensão das atividades petrolíferas considerada por esses mesmos sujeitos capaz de explicar o atual desprestígio da formação técnica em agropecuária. Por isso, no próximo tópico, será abordado de que forma as decisões políticas tomadas no âmbito da SECTI-FAETEC contribuem para essa situação.

4.3 A esfera interna: a gestão da SECTI-FAETEC e as transformações das demandas de alunos na visão de seus atores

Como já elucidado no início deste capítulo, os anos iniciais da gestão da SECTI-FAETEC na ETEAAS foram considerados benéficos pelos sujeitos da escola, sendo eles diretor e professores da área técnica. As melhorias ocorridas nesse período caracterizaram-se por reformas infraestruturais, possibilidade de progressão salarial dos professores e ampliação dos cursos ofertados à comunidade. Essas benfeitorias se refletiram em um aumento das matrículas para o curso técnico em agropecuária nos primeiros anos da gestão da SECTI-FAETEC. Os dados de matrículas disponibilizados pela secretaria da escola demonstram esse aumento:

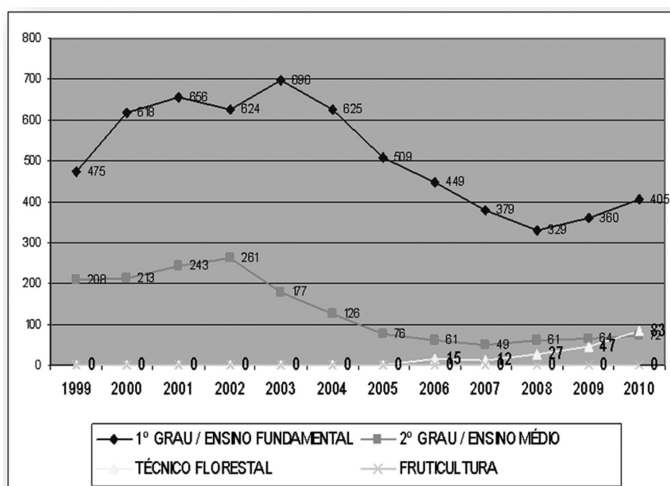


Gráfico 2: Acompanhamento de número de alunos por curso da ETEAAS entre 1999 a 2010

Fonte: Dados disponibilizados pela secretaria da escola

Porém, como se pode observar no gráfico acima, após quatro anos da incorporação da escola pela SECTI-FAETEC, o número de alunos para o curso técnico em agropecuária passou a diminuir e, após dez anos de sua gestão, esse número foi reduzido quase que um terço em relação ao primeiro ano da incorporação.

Não se trata de responsabilizar essa gestão por tal redução, uma vez que essa tendência já se apresentava anos antes do processo de incorporação, isso segundo os depoimentos dos professores da área técnica e do diretor da época da incorporação anunciados no início do capítulo. Do mesmo modo, as expectativas geradas pela incorporação da escola pela SECTI-FAETEC demonstram a tentativa de reversão de parte dos problemas atravessados pela escola anteriormente, entre eles a falta de recursos disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação, o que comprometeu o atendimento das necessidades peculiares da formação técnica tradicionalmente ofertada pela escola²¹.

Apesar disso não se pode negar o seu agravamento da redução do número de matrículas a partir dos anos de 2005. Tal adensamento, segundo os sujeitos dessa pesquisa, estaria não apenas relacionado a fatores externos já tratados na seção anterior, mas também a decisões políticas internas tomadas no domínio da SECTI-FAETEC. Nessa perspectiva, dois dos objetivos deste trabalho foram analisar de que forma as decisões tomadas no âmbito da SECTI-FAETEC contribuem para a redução de alunos para a formação técnica em agropecuária. E, ainda, identificar as diferentes visões dos sujeitos da escola sobre os motivos do declínio das matrículas para o curso nos últimos anos.

Para a concretização desses objetivos, buscou-se empreender a realização de entrevistas e análise de documentos referentes à organização institucional imposta pela FAETEC. Dessa forma, entre as deliberações da FAETEC apontadas pelos núcleos entrevistados, nessa pesquisa, como determinantes para a redução do número de alunos, estão: centralização e ausência de recursos financeiros; efetivação das políticas de convênios e parcerias; ineficiências dos mecanismos de divulgação do curso técnico; e, finalmente, o encerramento das atividades do alojamento.

No que tange à contribuição de cada uma à retração do número de alunos, vale salientar que para os núcleos entrevistados, essas deliberações possuem medidas diferenciadas. Nesse sentido, pôde-se identificar aquelas que são consideradas por cada componente dos núcleos determinantes para o desprestígio do curso técnico em agropecuária a partir das falas dos sujeitos. Essa percepção será elucidada no quadro a seguir:

²¹ Transformações ocorridas ainda na gestão da Secretaria de Educação, sejam elas econômicas ou políticas, provocaram algumas mudanças na formação técnica em agropecuária, essas tenderam a reduzir o número de alunos para o curso de agropecuária. Essa redução foi tratada por essa pesquisa como uma tendência, devido ao fato de a pesquisadora não ter acesso aos documentos de matrículas desse período. Todavia, de acordo com as placas de formando afixadas nos corredores da ETEAAS, observa-se que nos anos de 1984, 1985, 1987, 1988, 1992, 1993, 1995, 1996 e 1997 a média de alunos formandos, ainda na gestão da Secretaria Estadual de Educação, foi de: trinta alunos. Um número bastante superior se comparado à turma de formandos entrevistada nesse trabalho. Importa destacar, que o pesquisador não teve acesso a todos os dados de matrículas da gestão da Secretaria Estadual de Educação, pois essas informações teriam sido perdidas em um período de chuvas, no qual muitos documentos da escola ficaram expostos.

Motivos:	Disponibilidade e centralização dos recursos financeiros	O encerramento das atividades do alojamento	Efetivação de políticas de convênios e parcerias	Ineficiência dos mecanismos de divulgação do curso técnico
Núcleo Institucional	O diretor destacou.	O diretor destacou.	Não foi mencionado pelo diretor.	Não foi mencionado pelo diretor.
Núcleo Pedagógico	Os dois professores destacaram.	Um professor destacou.	Um professor destacou.	Não foi mencionado pelos professores.
Núcleo Estudantil	Cinco alunos destacaram.	Dez alunos destacaram.	Não foi destacado pelos alunos.	Dez alunos destacaram.

Quadro 4: Motivos da esfera interna sobre o declínio das demandas de alunos para o curso técnico em agropecuária destacados pelos núcleos entrevistados.

Em relação aos motivos causadores da redução do número de alunos, sua identificação ocorreu não apenas quando os sujeitos eram questionados sobre as possíveis causas da redução do número de alunos, mas também quando eram indagados sobre as seguintes questões: Qual a sua avaliação da formação técnica em agropecuária? Qual a importância do alojamento para a escola? Qual a sua avaliação sobre o processo de incorporação da ETEAAS pela SECTI-FAETEC? Qual é o seu julgamento acerca das políticas de convênios e parcerias para a realização dos estágios do curso técnico?

A partir desses questionamentos, pode-se analisar em que medida as decisões tomadas pela SECTI-FAETEC cooperam para a redução eminente do número de alunos da formação profissional tradicionalmente oferecida pela ETEAAS. *A priori*, realizou-se uma análise sobre os motivos dessa redução apontados em todos os núcleos de entrevistas. Posteriormente, identificaram-se os fatores desencadeadores ou agravantes para a redução de números de alunos apontados por núcleos específicos de entrevistas.

4.3.1 A disponibilidade e a centralização dos recursos financeiros

A disponibilidade e a centralização dos recursos financeiros disponibilizados pela SECTI-FAETEC foram apontadas em todos os núcleos de entrevistas como um dos principais motivos para o desprestígio da formação técnica em agropecuária. Embora essa causa tenha se colocado como principal apenas para os núcleos institucional e pedagógico, as suas implicações também foram percebidas pelos alunos no desenvolvimento das suas atividades discentes.

No tocante à disponibilidade de recursos financeiros, vale lembrar que esse não é um obstáculo novo posto à ETEAAS, uma vez que, ainda na gestão da Secretaria Estadual de Educação, a ETEAAS enfrentou também a escassez desses recursos. Segundo depoimentos dos professores da área técnica atuantes durante essa gestão, a ETEAAS, ao disputar recursos com as outras instituições de formação técnica, bem como com todas as escolas da educação básica do Estado do Rio de Janeiro, teria comprometido o atendimento das necessidades básicas e específicas da formação técnica em agropecuária.

Entretanto, existiu entre os sujeitos da escola a expectativa de que na gestão da SECTI-FAETEC essa situação fosse revertida. Segundo o artigo 48 do Estatuto da Fundação de Apoio à Escola Técnica (2010), os recursos financeiros da Fundação são provenientes de várias fontes, entre elas: I - dotações do Estado do Rio de Janeiro, consignadas em seu orçamento; II - dotações que lhe forem atribuídas nos orçamentos da União; III - subvenções e doações; IV - taxas e emolumentos; V - outros ingressos. Apesar dessa aparente variedade de fontes de recursos apropriados pela FAETEC, aqueles disponibilizados às escolas variam de acordo com o número de discentes. Dessa forma, a redução dos recursos financeiros destinados à ETEAAS foi inevitável, pois juntamente com a redução do número de alunos da escola, houve também uma diminuição da verba. Sobre as consequências dessa redução, o atual diretor da escola pondera:

Apesar de ser a maior escola da rede em espaço físico, a gente tem um número bem reduzido de alunos, acredito que entre 18 escolas essa aqui deve ser a décima oitava em número de alunos, então nossa verba é de acordo com o número de alunos. A gente recebe em torno de dois mil e setecentos reais. Dois mil e setecentos reais são pra manutenção dos prédios. A gente compra também material de limpeza, de higiene, fazemos alguns reparos emergenciais em nossos veículos, em instalações hidráulicas e elétricas. Então, isso dificulta. Dificulta, por causa do tamanho, se fossem prédios... porque são prédios com instalações antigas, a todo o momento a tubulação quebra! Tubulação de cinquenta anos atrás! Nossos tubos são aqueles de ferro ainda! Quando quebra, não há o que fazer! Por que toda a instalação é de ferro. Então o valor de dois mil e setecentos reais em uma escola, que fosse só um prédio, até poderia dar! Um prédio novo, mas em uma escola cheia de pavilhões que são antigos, tem reparos, e isso implica no número de alunos. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS)

Dessa maneira, com uma estrutura física espaçosa e antiga, os recursos disponibilizados pela SECTI-FAETEC se mostram insuficientes até mesmo para a manutenção dos prédios da escola.

Em se tratando das necessidades financeiras mais específicas da formação técnica em agropecuária, desde o início da incorporação da escola pela SECTI-FAETEC,

alguns animais que pertenciam à ETEAAS foram transferidos para a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)²². Segundo o depoimento do diretor da escola à época, a alegação para a transferência desses animais para a UENF foi que a secretaria não dispunha de recursos financeiros para a manutenção deles. A propósito dessa situação, o ex-diretor afirma:

Na época, todos os animais da escola foram transferidos para a UENF, que assinou um convênio com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação; a partir disso, nossos alunos também puderam participar de algumas atividades desenvolvidas na estação experimental da UENF, localizada no espaço da escola. Era só marcar que eles estavam sempre à disposição. Mas houve questionamentos da nossa parte, do porquê o Estado não dar suporte para que a própria escola mantivesse os animais e tivesse um lugar dentro da escola para que os alunos fizessem estágios. Mas a UENF já estava lá, foi cômodo para a FAETEC. Ela (FAETEC) alegou que as despesas para manter esses animais eram grandes, como realmente eram, porque dependia da construção de cercas para prendê-los e, como a escola se localiza às margens de uma rodovia, era muito perigoso, um boi, por exemplo, fugir. (Entrevista realizada em 20 de agosto de 2011, com o diretor da ETEAAS, na época da incorporação da ETEAAS pela SECTI - FAETEC).

Além da carência de animais, faltam também verbas para a realização de atividades práticas fora do espaço da escola. As dimensões dessas deficiências puderam ser percebidas nas falas dos alunos:

Entrevistador: Como avalia sua formação?

Entrevistado: Foi boa, mas a gente não teve muitas coisas por falta de estrutura. Nós só vimos o básico, trator, a gente só viu o básico, nós não vimos todos os incrementos, porque o dinheiro é pouco. Não vimos também a parte de bovinos, porque a escola não tem animais, equinos também, não têm pra gente ver. E é isso! (Entrevista realizada em 6 de julho de 2011, com o aluno IV, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Entrevistador: De que maneira as decisões tomadas pela SECTI-FAETEC contribuem para o número de alunos do curso?

Entrevistado: Oh! A gente tinha uma viagem do terceiro ano pra fazer, era uma Semana do Fazendeiro lá em Viçosa. Seria ótimo ver isso! A FAETEC não disponibiliza verba para pagar o ônibus, a gente tem uma visita técnica pra fazer em uma fazenda ali em Travessão, nem pra lá a gente consegue o ônibus! Era só um dia, você vai e volta rapidinho! Eles (FAETEC) olham pra nossa escola vê que tem um número pequeno de alunos, aí eles não dão muita atenção como no João Barcelos²³. Aí o

²² Segundo depoimento do diretor da ETEAAS, na época da transição entre secretarias: Educação e SECTI-FAETEC, a UENF em 1998 instalou nas dependências da escola uma estação experimental, que permanece até os dias atuais. Essas instalações teriam sido realizadas devido a um convênio entre a universidade e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ainda, no decorrer dos anos, todas as aulas práticas, incluindo a realização dos estágios do curso técnico em agropecuária, passaram a ser realizadas nessa estação experimental da UENF.

²³ Outra escola da rede FAETEC do município.

aluno vem, vê que não tem nada direito, aí ele vai mais é sair da escola mesmo!
(Entrevista realizada em 14 de julho de 2011, com a aluna I, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Nesse contexto, tanto a perda dos animais como a impossibilidade de realização de atividades práticas, proporcionadas pela própria escola, refletem a ausência de recursos financeiros. Essa carência foi considerada, na opinião dos alunos do último ano do curso técnico em agropecuária, falha da formação, que por sua vez, segundo eles, compromete a qualidade, bem como o prestígio do curso.

A respeito da administração dos recursos financeiros disponibilizados pela SECTI-FAETEC às unidades escolares da rede, o Estatuto da FAETEC dispõe:

Parágrafo único - As receitas geradas ou obtidas pelas Unidades Escolares serão aplicadas de acordo com projetos aprovados pela Administração Superior. Art. 49 - A proposta orçamentária para o exercício financeiro será encaminhada pelo Presidente da FAETEC à Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia. (ESTATUTO FAETEC, 2010, p.13)

A estrutura organizacional de administração dos recursos, descrita acima, foi considerada centralizadora pelos sujeitos dessa pesquisa. Consequentemente a implantação dessas medidas restringiu a autonomia da escola, no que diz respeito à administração dos seus poucos recursos. A propósito dessa situação, o atual diretor da ETEAAS diz:

A FAETEC, ela é centralizadora nas ações, né? Ela faz as compras. No caso da questão de merenda nas escolas estaduais, as escolas recebem a verba e podem comprar o que é necessário. Aqui tem que ter o planejamento de uma nutricionista, e a FAETEC manda a merenda em produtos. Existem nutricionistas das escolas da rede, elas discutem e mandam a merenda pra cá. A gente não tem acesso a essas compras. E quanto ao apoio material pra melhoria dos prédios das escolas? Você não tem condições de fazer obras, as obras também vêm. A própria FAETEC tem um grupo de engenharia lá, que vem aqui e olham, aí tem um plano anual de obras e eles vão executando de acordo com as necessidades deles e a disponibilidade financeira. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS).

Da mesma forma, o professor da área técnica aponta a centralização da administração dos recursos como um problema frente ao desenvolvimento das atividades cotidianas da escola, se comparada ao período de gestão da Secretaria Estadual de Educação e Cultura:

Antigamente, no tempo da Educação, tínhamos convênio com os produtores rurais aqui de perto, que exploravam a escola; 25% do que eles produziam ficava com a escola e ia direto pra cozinha. Tinha a cantina, o dinheiro do aluguel ia pra escola, hoje o dinheiro vai pra FAETEC, tudo que a gente usa, copo, folha, tem que pedir pra FAETEC, e é a maior dificuldade, o computador tá sem impressora há muito tempo. A verba é pouca e tem outras prioridades. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011 com o professor de Topografia I e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC).

Ainda como reflexo dessa política administrativa centralizadora, a aluna afirma:

Existe um laboratório que a gente não usa por questão de tomada, cara! Porque a tomada que colocaram lá não funciona, e manda um monte de documentos pra FAETEC arrumar e ela não faz nada! (Entrevista realizada em 14 de julho de 2011, com a aluna I, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Contudo, pode-se perceber que além da escassa oferta de recursos financeiros, fato que faz parte da realidade de outras instituições públicas, a situação da ETEAAS é agravada pelo decréscimo do número de alunos, além de possuir uma estrutura administrativa centralizadora, a qual impede até mesmo a resolução de problemas pontuais e emergenciais. Tal situação restringe a realização de melhorias infraestruturais além da concretização das atividades pedagógicas, sendo elas mais elaboradas ou mais simples.

4.3.2 O encerramento das atividades do alojamento

A oferta de alojamento para estudantes (exclusivamente do sexo masculino), residentes em áreas distantes da ETEAAS existe desde criação da escola. Chamado até o final da década de 1990 de internato, o alojamento se constitui como uma marca institucional, tendo sua importância reconhecida entre os sujeitos da escola por ter acomodado em suas instalações alunos oriundos de inúmeras localidades do estado do Rio de Janeiro e também de outras unidades de federação.

Pode-se dizer que a existência do alojamento promoveu uma tradição já que a sua oferta manteve-se inalterada perante as mudanças administrativas vivenciadas pela ETEAAS na década de 1970 e no final dos anos 1990.

No entanto, uma *tradição inventada*, segundo Hobsbawn (1985), não se caracteriza apenas pela sua invariabilidade, mas também pela sua simbologia. No

caso do alojamento, sua tradição não reside apenas pela sua existência durante a trajetória da ETEASS, mas também pela maneira como as suas atividades foram desenvolvidas; a esse respeito podemos citar: **Quanto à organização do alojamento:** Entre a década de 1960 até o ano de 2002, a organização do alojamento foi mantida por um único funcionário: Antônio Clemente Tapajós. Tapajós, como era conhecido, nasceu no estado do Pará, foi aluno da ETEAAS ainda nas instalações da Fundação Rural de Campos e residiu no alojamento até a sua morte em 2002. De acordo com o responsável pelo alojamento no ano de 2011 e ex-aluno residente, Tapajós escolhia entre os estudantes residentes alguns “encarregados”, que ficavam responsáveis pelas atividades básicas do alojamento, entre elas a manutenção, organização dos dormitórios e limpeza da cozinha. Essa divisão de tarefas foi extinta pela SECTI-FAETEC, que contratou funcionários para desempenhar tais funções. **Quanto às regras do alojamento:** Em depoimento, o responsável pelo alojamento afirmou que algumas normas do alojamento permanecem as mesmas desde a sua criação, entre elas o responsável pelo alojamento cita:

É proibida a saída dos alunos residentes das dependências do alojamento, mesmo que fora do horário de aula; É proibida a entrada de meninas no alojamento, enquanto os alunos estiverem no alojamento; Todos os alunos residentes (se possível) devem retornar às suas casas todas às sextas-feiras à tarde e retornar ao alojamento no domingo à tarde; a rotina do alojamento deve ser cumprida nos horários estabelecidos impreterivelmente. Ao acordar, os alunos tomam banho, café da manhã e vão estudar. Retornam ao meio dia para o almoço e à tarde têm as atividades extras com uma banca de estudos, que é o momento que os alunos tem de rever a matéria do dia e estudar para as provas, isso para os alunos do ensino fundamental, que não estudam em horário integral, depois tem o horário de lazer. Por volta das 18h, tomam o banho e jantam. Então, depois, dependendo do dia, tem outra banca de estudos, depois (os alunos) tomam o lanche e todos vão dormir. (Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2011, com o responsável pelo alojamento).

Ao conhecer as características, normas e regras de organização desse espaço, ao longo dessa trajetória de pesquisa, a pesquisadora pôde perceber que a tradição do alojamento não se encontra em suas regras, mas na ritualidade que as cerca. Durante a investigação, apurou-se que entre as meninas do núcleo estudantil entrevistadas, nenhuma tinha entrado no alojamento, apesar de ser permitida sua entrada enquanto os internos não estiverem no local. Percebeu-se com isso que o alojamento é compreendido por elas como um espaço masculino. Além do mais, pode-se constatar a estima e o respeito entre os alunos da ETEAAS pelo Antonio Clemente Tapajós, pois, mesmo após sua morte, continua a ser homenageado²⁴.

²⁴ Essa informação foi obtida através das placas de formandos afixadas nos corredores da escola.

Todavia, apesar do alojamento se caracterizar como uma tradição institucional, desde o início da gestão da SECTI-FAETEC, essa Secretaria demonstrou um desejo de encerramento das atividades do até então chamado internato: *Desde o início, a FAETEC questionou a existência do internato, mas aí nós explicamos que existiam muitos alunos de fora, inclusive do ensino fundamental.*²⁵

Segundo o responsável pelo alojamento no ano de 2011, a alegação da SECTI-FAETEC seria a falta de uma documentação que regularizasse as atividades do internato. A esse respeito o entrevistado afirma:

[...] A FAETEC alega que o alojamento não é regular. Mas já houve tentativas de regularizar, o problema é que esse projeto não saiu da gaveta do CETEP! Que é o órgão de ligação das unidades com a FAETEC. Mas nós enviamos um novo regimento, mas não houve nenhuma resposta. A gente não sabe, mas houve tentativas de regularizar. Mas, se essa regularização ainda não saiu, também é responsabilidade da FAETEC, porque quando você pega um veículo usado, a primeira coisa a ser feita é conferir a documentação do veículo. Quando a FAETEC assumiu a escola ela sabia da existência do alojamento, mas não se preocupou em regularizar as suas atividades, em contrapartida ela fornece café da manhã para o alojamento, nenhuma outra unidade da FAETEC fornece isso, no edital de ingresso de aluno existe a oferta

*do alojamento, então como ela pode não reconhecer o alojamento? Se ainda existem funcionários específicos para o alojamento*²⁶. (Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2011 com o responsável pelo alojamento).

Dessa forma, pode-se observar que existiu uma contradição quanto ao tratamento dispensado pela SECTI-FAETEC ao alojamento, pois ora ele é reconhecido, ora não. Porém, ao perceber resistência da Secretaria em manter esse recurso, a direção da escola, no ano de 2002, decidiu adotar algumas medidas quanto à sua organização. Entre elas, o responsável do alojamento expõe:

*Existiam duas professoras que foram contratadas pela FAETEC que tinham o curso de assistente social e psicologia, daí a direção, na época, desviou essas professoras pra atuarem no internato atendendo aos alunos, principalmente no momento das entrevistas de seleção, mas hoje a gente só tem uma assistente social e o contrato dela está acabando. Não sei se eles vão contratar outra pessoa*²⁷. (Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2011 com o responsável pelo alojamento).

²⁵ A nomenclatura internato foi utilizada até a incorporação da SECTI-FAETEC, o motivo da troca do nome para o alojamento seria evitar qualquer semelhança entre o internato e um abrigo para menores infratores.

²⁶ Entre esses funcionários estão: cozinheiro, faxineiros, vigia e assistente social.

²⁷ De acordo com o funcionário responsável pelo alojamento, até esse momento a seleção dos alunos residentes ocorria mediante entrevistas realizadas pelos orientadores pedagógicos com pais de alunos oriundos exclusivamente de áreas distantes da localidade escolar.

Como já mencionado, desde a incorporação da ETEAAS pela SECTI-FAETEC, a expectativa para o fechamento do alojamento era constante, no entanto o seu encerramento foi adiado até o ano de 2011, quando a SECTI-FATEC declarou a suspensão das atividades do alojamento por tempo indeterminado. Não se pode afirmar ao certo o motivo para o adiamento dessa medida nem o porquê do encerramento nesse ano, porém a possibilidade de uma nova mudança administrativa seria, para o responsável pelo alojamento, o motivo categórico para que suas atividades deixassem de existir. Sobre isso, ele pondera:

Há uns quatro anos, a FAETEC insiste nesta “tecla” de que o alojamento era irregular, e que tem que parar com as atividades. Isso sempre ocorria de setembro a outubro, sempre de forma verbal, nunca escrito. Daí chegava o começo do ano e a escola matriculava o aluno normalmente, mas como, nesse ano, houve a proposta das instalações da escola passarem para a UENF, pra mim o encerramento do alojamento é para facilitar essa transição.²⁸

O encerramento das atividades do alojamento foi considerado, de forma consensual pelos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, um fator determinante para o agravamento do declínio das matrículas de alunos futuramente. Embora não se tenha tido acesso a documentos oficiais acerca do número de alunos que residiram no alojamento ao longo da trajetória da ETEAAS, deduz-se que a sua oferta foi fundamental para o recebimento de vários alunos, especialmente de outros estados brasileiros. Além disso, sabe-se que o alojamento, de acordo com o depoimento do seu responsável no ano de 2011, possuía quatro prédios chegando a atender 252 alunos no ano de 1994, quando, segundo ele, foram encerradas as atividades do Colégio Agrícola de Macaé, município do Rio de Janeiro. Esse quantitativo teria sido o ápice de atendimento do alojamento, que em 2011 possuía 18 alunos que cursavam o ensino fundamental, o técnico em agropecuária e o técnico subsequente em floresta²⁹. Vale reforçar que, embora o encerramento das atividades do alojamento tenha ocorrido no ano de 2011, esse fato pode não ser um argumento em favor da redução do número de alunos da escola, já que ela ocorreu bem antes, porém a sua importância para a sobrevivência da escola se mostra muito evidente.

²⁸ Segundo o informativo da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) divulgado no dia 24/08/2012, a UENF, que mantém nas dependências da escola uma estação experimental voltada para as áreas de produção animal e produção vegetal, poderia obter a cessão definitiva da área da estação (cerca de 70 hectares) para a Universidade ou ainda a incorporação de toda a escola, mediante sua transformação em Colégio de Aplicação. Entretanto até o final dessa pesquisa, a discussão sobre essa incorporação transitava em diversas instâncias internas da universidade, entre elas a Câmara de Graduação, o Colegiado Acadêmico e o Conselho Universitário.

²⁹ De acordo com o depoimento do responsável pelo alojamento, nenhum desses alunos residentes é de outro estado brasileiro, sendo assim, esses alunos são oriundos dos distritos de Campos dos Goytacazes e de outros municípios do estado, sendo eles: São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Macaé, São José de Ubá e Aperibé. Também sobre a origem desses alunos, o responsável pelo alojamento afirmou que todos são oriundos de áreas rurais.



Foto 3: Fachada do alojamento da ETEAAS

Fonte: Realizada pela pesquisadora em 10/08/2011

A propósito do encerramento das atividades do alojamento e suas influências para as demandas de alunos, o atual diretor da ETEAAS declara:

A gente não foi autorizado a ter mais alunos no alojamento, porque a FAETEC achou por bem adequar o espaço, melhorar o espaço para que possa atender, futuramente, mais alunos. Temporariamente o recebimento de alunos para o alojamento está suspenso. Esse é o discurso da atual presidência, de que vai adequar o espaço. Espero que isso aconteça! Fiz até uma pesquisa e quase todas as escolas agrotécnicas têm alojamento, isso não é uma coisa só de Campos! E pela logística da cidade, além da questão do transporte, o alojamento ainda é necessário, poderia acabar com o alojamento? Sim, no momento que você tivesse o transporte facilitado, ele poderia até acabar. Porque é complicado pra gente ter o alojamento, é extremamente cansativo e de uma responsabilidade muito grande. Mas eu acho que o alojamento pra essa instituição é necessário, visto que a gente não tem transporte apropriado, além disso, o perfil do nosso aluno é aluno do interior e não tem como esse aluno ir e vir. Mas não é que a gente sonhe em ter o alojamento pra vida inteira. É lógico que não! Mas se tivesse transporte! Porque o ideal é o aluno ir para sua casa, tá com sua família e não tá aqui! Mas, o encerramento das atividades do alojamento reduzirá, ainda mais, o nosso número de alunos. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS)

Por meio da alegação do diretor, podemos perceber que a ideia de encerramento das atividades do alojamento não seria definitiva³⁰. Em sua declaração, ele destaca a

³⁰ Apesar da pesquisadora não poder ter acesso ao documento que legitimou essa suspensão, visto que a direção da escola não permitiu, consta no edital 2012.1 de seleção de candidatos para ingresso nos cursos técnicos de nível médio da Escola Técnica Estadual Agrícola

importância do alojamento para as demandas da formação profissional que a escola oferece, porém afirma que a oferta desse recurso deveria ser transitória, ou seja, até que o sistema de transporte campista se tornasse eficaz³¹.

Entretanto, o diretor se mostra preocupado não apenas com o convívio familiar dos alunos, mas principalmente com os problemas que a oferta do alojamento poderia causar aos responsáveis da unidade escolar.³²

Para o responsável pelo alojamento, essa preocupação seria uma inquietação da SECTI-FAETEC, ocasionada pela falta de conhecimento das características do alojamento por parte dessa Secretaria, sobre isso o depoimento abaixo esclarece:

A FAETEC desconhece a tradição do alojamento, ela acha que pelo fato dela hoje estar localizada num antigo prédio da FEBEM³³, ela encontrará aqui também funcionários de cassetetes nas mãos, tomando conta das crianças, ela tem uma ideia de que aqui é um reformatório, porque se alguma coisa acontecer no alojamento, a imagem da secretaria ficaria manchada, entendeu? Aí mandam o diretor fechar o alojamento, mas nunca perguntaram a um aluno qual a importância do alojamento na vida deles. (Entrevista realizada no dia 10 de agosto de 2011 com o responsável pelo alojamento)

Vale lembrar que o fim das atividades do alojamento contraria a proposta nacional oficializada pelo documento: (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, do ano de 2009. Esse documento prevê no seu primeiro eixo temático, denominado Democratização do ensino, a garantia de oferta de residência estudantil para alunos da educação agrícola. Por outro lado, os motivos para o encerramento das atividades do alojamento poderiam ser mais bem esclarecidos se essa análise abordasse a opinião de pelo menos um dos representantes da SECTI-FAETEC a esse respeito³⁴.

Em outra perspectiva, tanto os núcleos pedagógicos quanto o estudantil declaram ser as atividades do alojamento fundamentais não somente à sobrevivência do curso técnico em agropecuária, mas da escola. Isso porque o alojamento tem entre seus residentes alunos do ensino fundamental e do curso técnico subsequente em Floresta. A esse respeito o professor afirma:

Antonio Sarlo, nas formas Concomitância Interna e Subsequente, no item 1.5, a inexistência do regime de internato.

³¹ Nesse caso, o diretor negligencia as demandas de alunos de outros municípios do Rio de Janeiro.

³² Apesar dessa preocupação, problemas acarretados pela residência dos alunos no alojamento não foram mencionados pelos sujeitos da pesquisa.

³³ A Lei Estadual 1.534 de 27/11/1967 autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social, destinada a prestar assistência ao menor na faixa etária entre zero a 18 anos de idade no Estado da Guanabara. A FEBEM passou a ter então por finalidade: "formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social".

³⁴ Vale lembrar que o pesquisador tentou no mês de novembro de 2011 entrar em contato com a DDE (Diretoria de Desenvolvimento da Educação Básica/Técnica) da FAETEC. No entanto, sua assessoria via ligação telefônica esclareceu a impossibilidade de realização de entrevista com qualquer representante da Secretaria.

A importância do alojamento não é tanto para o técnico, é para a escola em geral, para os alunos, porque aquele pai que mora lá no interior ou que mora em cidades vizinhas como: São Fidélis, Miracema, Lages, Itaperuna, Pádua, Cardoso Moreira e Italva e que quer o filho estudando aqui em Campos, muitas vezes não tem condição financeira, mas precisa de um lugar pra deixar o filho alocado. Entendeu? Então o internato é aquele ponto de apoio para os pais, é... Vê a maneira de deixar o filho estudar, com segurança, já que eles não podem sair da escola, tendo ainda uma pessoa de responsabilidade que toma conta desses garotos.³⁵ (Entrevista realizada em 19 de julho de 2011 com o professor da área técnica responsável pela horta)

Da mesma forma, o valor do alojamento para as demanda de alunos se confirma no depoimento do estudante:

O alojamento é importante para as pessoas que vêm de fora, como eu que vim de Miracema, mas que diferente da minha condição, não tem renda pra se sustentar aqui. É importante para os alunos de Campos, dos seus distritos e de outras cidades que queiram fazer o curso. (Entrevista realizada em 6 de julho de 2011 com o aluno IV, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio)

Existem alunos que destacam, além da relevância para o número de alunos, a importância simbólica do alojamento para os estudantes residentes:

Se não tivesse o internato, a escola não teria alunos de fora. E aí ela (escola) teria menos alunos do que ela já tem. Eu acho isso muito importante pra eles, entendeu? Muitos dos meninos, às vezes, não têm uma ligação forte com a família em casa, mas têm dentro da escola, então eles criam uma nova família, porque nosso pai e nossa mãe a gente não escolhe, a gente já nasce com eles. Mas lá dentro eles acabam criando uma família, que eles escolhem. Acho que isso pra eles também é importante. (Entrevista realizada em de julho de 2011 com a aluna I, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio)

Entrevistador: Você já entrou no alojamento?

Entrevistado: Nunca entrei lá dentro. Mas, os alunos são bem tratados, ninguém nunca reclamou, meu namorado residiu lá, e o Soia, responsável pelo alojamento é um pai para eles, todos gostam dele. (Entrevista realizada com a aluna IX, no dia 14 de julho de 2011).

Finalmente, o encerramento ou a suspensão, por tempo indeterminado, das atividades do alojamento representa um agravante tanto para a redução eminente de alunos que cursam o técnico em agropecuária, quanto para os das outras etapas

³⁵ Uma das medidas de segurança, colocada como regra do alojamento é a proibição da saída desses alunos das dependências da escola, mesmo que fora do horário de aula. Eles dormem com o vigia noturno com as portas de saída do alojamento fechadas.

de ensino oferecidas pela ETEAAS. As consequências dessa medida administrativa, imposta pela SECTI-FAETEC, não se limita apenas à futura redução das demandas de alunos, mas também promoveu o rompimento de uma tradição institucional, que representa, além disso, uma forma de resistência das características intrínsecas da formação agrícola.

4.3.3 Efetivação de políticas de convênios e parcerias para a realização de estágios

A partir desse item, serão analisados fatores particulares que, consolidados pela FAETEC, comprometem as demandas de alunos para o curso técnico oferecido pela ETEAAS. A diferença desses dois últimos tópicos para os anteriores é que esses fatores não significam um consenso entre os sujeitos desta pesquisa, ou seja, eles foram sinalizados por núcleos de entrevistas específicos: o núcleo pedagógico e o núcleo estudantil, respectivamente. Sendo assim, a efetivação de políticas de convênios e parcerias para a realização de estágios foi um fator problemático, apontado exclusivamente pelo núcleo pedagógico, muito embora os alunos sintam seus efeitos; enquanto a ineficiência dos mecanismos de divulgação do curso técnico em agropecuária foi enfatizada apenas pelo núcleo estudantil.

A questão da realização dos estágios dos alunos do curso técnico em agropecuária já foi apresentada no capítulo anterior, tendo como base o estudo de Oliveira (1991). O autor em seu trabalho apontou como prejudicial o processo de transferência da ETEAAS para a Secretaria Estadual de Educação, no tocante à realização de atividades práticas dos alunos. Isso porque, segundo ele, a partir do momento em que o corpo docente da ETEAAS foi transferido para a Secretaria Estadual de Educação, romperam-se as ligações entre a unidade escolar e os espaços de atuação e formação do técnico em agropecuária, vinculados diretamente à Secretaria Estadual de Agricultura.

Na gestão da SECTI-FAETEC, o problema relacionado à efetivação de políticas de convênios e parcerias para a realização de estágios possui outra natureza. De acordo com o professor da área técnica, responsável pelos estágios, o estabelecimento de convênios e parcerias para a realização das atividades práticas dos alunos não ocorre de forma direta com a ETEAAS, mas vincula-se à SECTI-FAETEC.

De acordo com o art. 23 do Regimento Escolar da Educação Básica/Técnica da Rede FAETEC (2008), “o Setor de Estágio é o órgão dentro da Unidade Escolar responsável pelo planejamento, organização, informação e encaminhamentos relativos aos estágios, supervisionados”. Vale lembrar que todos os setores de estágios

das unidades escolares estão vinculados à Coordenação de Estágio da FAETEC. O problema é que, seguindo a determinação da Lei de Estágio (2008), para a aprovação de parceria e convênios, a Coordenação de Estágio da FAETEC exige a regularização total das instituições indicadas pelos setores de estágios das unidades escolares destinadas à realização das atividades práticas. Essa medida, apesar de preventiva, restringe em parte as oportunidades de estágios dos alunos. A esse respeito o atual diretor da ETEAAS pondera:

No meio das instituições públicas que a gente pode fazer o convênio, elas teriam que estar, digamos que juridicamente toda “certinha”. Não pode tá devendo ao Estado ou à União. Existem instituições que nos interessam; algumas fundações, mas não estão dentro dessa exigência. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS)

Em relação à política de convênio e parcerias, o professor da área técnica e orientador do setor de estágio da ETEAAS, declara:

Na gestão da FAETEC, só podemos fazer estágios em instituições conveniadas a ela, e fazer convênio com a FAETEC não é muito fácil! Porque eles têm que estar em dia com os impostos municipais, estaduais e federais; só a Universidade Rural³⁶, a Fundenor³⁷ e a UENF são as instituições que estamos conveniadas hoje. A nossa situação é um pouco melhor, porque não falta instituição para realizar estágios, isso porque a UENF está aqui dentro e temos poucos alunos. (Entrevista realizada em 6 de outubro de 2011, com o professor II de Topografia e Orientador dos estágios desde a incorporação da SECTI-FAETEC).

A declaração do orientador de estágios permite afirmar que os efeitos da regularização de instituições conveniadas à SECTI-FAETEC ainda não são mais prejudiciais à formação técnica em agropecuária, porque o número das instituições conveniadas consegue atender aos poucos alunos do curso. No entanto, ao longo dessa pesquisa, pôde-se perceber que, apesar de o orientador citar três instituições públicas parceiras, a única destacada pelos alunos, quando questionados sobre as instituições nas quais realizavam estágios, foi a UENF. Os motivos para a escolha dessa universidade não foram identificados por essa pesquisa. No entanto, o fato de a UENF possuir, desde a sua criação (1991), uma estação experimental voltada para as áreas de produção animal e produção vegetal nas dependências da escola parece ser um indício para o favorecimento da universidade entre as instituições

³⁶ Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional - FUNDENOR, instituída por escritura pública de 08 de janeiro de 1970.

³⁷ O campus Dr. Leonel Miranda - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, situado no município de Campos, foi criado em 1991, com a transferência da estação experimental do antigo PLANALSUCAR para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

conveniadas à SECTI-FAETEC³⁸.

Como já mencionado, a UENF possui, desde 1991, instalações nas dependências da escola, segundo o informativo da própria universidade divulgado no dia 24 de agosto de 2011; essas instalações ocupam 70 hectares da área total da ETEAAS; além disso, de acordo com o depoimento do diretor, na época da incorporação da escola pela SECTI-FAETEC, todos os animais que pertenciam à escola foram doados à UENF pela Secretaria gestora da escola. Em contrapartida, as aulas práticas do curso técnico em agropecuária seriam realizadas no espaço cedido à UENF. De acordo com o Diário Oficial do dia 31 de janeiro de 2007, a UENF assinou um novo convênio com a SECTI-FAETEC, com duração de cinco anos, que visava regular a concessão de estágio para alunos formalmente matriculados nos cursos oferecidos pela UENF.

Todavia, apesar de o convênio com a UENF ser um mecanismo de formação favorável à qualificação dos alunos do curso técnico em agropecuária, as atividades práticas promovidas pela ETEAAS ficam consideravelmente limitadas às atividades da universidade, comprometendo com isso a qualidade da formação dos alunos. Sobre essa limitação, os depoimentos abaixo afirmam:

Entrevistador: Onde gostaria de fazer estágios?

Entrevistado: Queria ter a parte de bovinos e equinos, que a UENF não tem. Nós só vimos a parte de caprinos, faltou muita coisa. Inclusive a mecanização agrícola. (Entrevista realizada em 6 de julho de 2011 com o aluno IV, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio)

Entrevistador: Você gostaria de fazer estágio em outra instituição que não fosse a UENF?

Entrevistado: Seria legal na PESAGRO. Seria uma boa, em questão de muda. Também queria fazer em fazendas propriamente ditas, porque, às vezes, a gente tá dentro da escola, mas não tem noção do nosso campo de trabalho que a gente vai entrar! Se a gente tivesse a visão de estágio em fazendas, é difícil de conseguir! Mas se a gente conseguisse, seria uma boa. Porque é muito legal você ter uma visão do campo amplo! E você saindo de dentro da escola, às vezes não tem noção do que é lá fora, a gente chega meio despreparado, acho que se a gente visse essas coisas seria melhor. (Entrevista realizada em 14 de julho de 2011 com a aluna I, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Finalmente, ainda que a efetivação das políticas de convênios e parcerias para a realização dos estágios não tenha sido apontada pelos alunos como um dos fatores para o desprestígio do curso na atualidade, suas implicações foram reconhecidas por todos eles. Esses alunos, apesar de caracterizarem a sua formação como de qualidade, percebem a carência de outras instituições para o aprimoramento da profissão.

³⁸ Entre os dez alunos entrevistados, apenas um mencionou ter visitado uma plantação de feijão na Universidade Federal Rural. Contudo, um dos motivos prováveis para a escolha da UENF, enquanto espaço de realização dos estágios, seria a falta de recurso disponibilizado pela SECTI-FAETEC para transportar os alunos até as outras instituições.

4.3.4 Ineficiência dos mecanismos de divulgação do curso técnico

Durante a década de 1960 e ainda nos primeiros anos da década de 1970, existia, nas instalações da antiga Escola Agrotécnica de Campos, uma das sedes da Divisão de Ensino e Divulgação Rural, que foi denominada Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica. Embora esse serviço visasse prioritariamente ao desenvolvimento de ações voltadas ao projeto de extensão rural, promoveu também a divulgação do ensino oferecido, além de outras atividades desenvolvidas pela escola. Nesse sentido, o Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica contou por anos com a edição do jornal “Orientador Agrícola”, produzido na tipografia da própria escola até meados da década de 1970³⁹.

De acordo com o professor responsável pela produção do “Orientador Agrícola”, esse jornal mensal contribuía para o aumento das demandas de alunos oriundos de áreas rurais, já que os alunos da ETEAAS, ao retornarem às suas residências, levavam seus exemplares, que continham informações técnicas destinadas à agricultura e à criação de animais, bem como informações sobre a rotina da escola.

No entanto, em meados da década de 1970, ocorreu o encerramento das atividades do Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica; esse fato estava relacionado ao afastamento dos funcionários da Secretaria Estadual de Agricultura das atividades da escola, uma vez que houve, no ano de 1973, a transferência da Escola Agrotécnica de Campos para a Secretaria Estadual de Educação.

Outro mecanismo de difusão dos conhecimentos técnicos agropecuários, além das atividades da ETEAAS, é a participação da escola na Exposição Agropecuária de Campos, evento do qual a escola participa desde a sua criação até os dias de hoje. A exposição agropecuária que ocorre no mês de julho assemelha-se a um encontro entre pessoas, empresas e prefeituras que possuem um interesse comum pelas atividades que permeiam o setor agropecuário. Nesse encontro a escola participa com a montagem de um *stand*, no qual divulga os cursos oferecidos pela ETEAAS, entre outros conhecimentos técnicos sobre a produção agrícola e a criação de animais. Nesse espaço, os alunos participam das atividades diárias da exposição, por exemplo, os concursos de animais leiteiros, pesagem de bovinos e marcação de animais⁴⁰.

³⁹ As características desse jornal, assim como a sua importância para o projeto de extensão rural, já foram abordadas no capítulo anterior.

⁴⁰ Vale lembrar que a realização dessas atividades se apresenta como requisito obrigatório para a conclusão do curso técnico em agropecuária.



Foto 4: Stand da ETEAAS na Exposição Agropecuária

Fonte: Realizada pela pesquisadora em 05/07/2011

Além da exposição agropecuária durante a gestão da SECTI-FAETEC, alguns projetos têm sido desenvolvidos visando não apenas anunciar os conhecimentos científicos destinados ao setor agropecuário, mas também vislumbrar uma maior divulgação dos cursos técnicos e das atividades da escola para a comunidade. Entre esses projetos, podemos citar: a Semana do Técnico em Agropecuária, que acontece há onze anos, e a Semana do Técnico em Florestas, promovida há dois anos.

Segundo informações do site da SECTI-FAETEC, a proposta de ambos os eventos é envolver a comunidade rural no processo educacional, além de divulgar a escola, propiciando a interação entre os técnicos já inseridos no mercado de trabalho e os alunos da escola. Essas “semanas” acontecem ao mesmo tempo, sempre no mês de setembro, concomitante às festividades do aniversário da ETEAAS. Destacam-se nesse evento a apresentação de palestras, debates, minicursos e visitas técnicas, cujos temas variam entre mudanças no meio agropecuário relacionados à tecnologia, alterações climáticas e mercado de trabalho⁴¹.

Outro projeto, ainda não totalmente concretizado, mas na mesma perspectiva, é o intitulado *Difusão Técnico-Científica na Produção Animal e Vegetal*, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O projeto foi aprovado no final de abril do ano de 2011 e já está sendo realizado a partir do levantamento de

⁴¹ Toda a programação desse evento encontra-se disponível no site da Fundação de Apoio à Escola Técnica.

dados de produtores rurais de Campos e adjacências. De acordo com o depoimento do diretor da ETEAAS, o projeto tem como objetivo:

O desenvolvimento da região, a qual, ao longo do tempo, não tem investido em inovações tecnológicas e tem se utilizado de técnicas rudimentares para o cultivo da cana. Agora que o monocultivo encontra-se em declínio, o apoio científico tecnológico é de suma importância para as inúmeras famílias cuja principal fonte de renda vem do trabalho no campo, ao produzirem outros cultivos. (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS).

A realização desse projeto visa à comunicação de tecnologias científicas aos pequenos produtores rurais através da assistência técnica prestada pelos alunos e docentes do curso Técnico em Agropecuária. Entre as suas etapas estão: o cadastro dos produtores interessados, realização de palestras sobre o assunto, produção de mudas e sementes de olerícolas, para que os produtores possam adquirir e iniciar uma plantação. Finalmente, a ETEAAS investirá na produção de animais como coelhos e aves, para os interessados na criação⁴².

Quanto ao desenvolvimento desse projeto, a direção da escola demonstrou bastante otimismo; pois, além de difundir os conhecimentos científicos, permitirá o aprendizado mútuo entre estudantes e produtores rurais. Acredita-se em uma ampliação da procura pelos cursos técnicos da escola por parte dos filhos dos produtores assistidos pelo projeto. Sobre isso, o diretor conclui: *Com o desenvolvimento do projeto, poderemos atingir os alunos-alvo da escola, que são os das áreas rurais* (Entrevista realizada em 14 de junho de 2011 com o atual diretor da ETEAAS).

Entretanto, apesar das iniciativas de propagação dos cursos da escola apresentadas acima, ao realizar as entrevistas do núcleo estudantil, constatou-se que, de forma consensual, o principal motivo apontado pelos alunos para o declínio das demandas de alunos do curso técnico em agropecuária foi a ineficiência dos mecanismos de divulgação da escola. Dito de outro modo, entre dez alunos entrevistados, todos destacaram em primeira instância a precariedade ou inexistência de uma divulgação da escola, do curso e das propostas do curso técnico. A respeito dessa situação, alguns alunos expõem:

Entrevistado: Acho que eles (FAETEC) não estão divulgando o curso, e agora tudo é petróleo e gás. A agropecuária, ninguém fala, muita gente não sabe que tem o curso em agropecuária. (Entrevista realizada em 14 de julho de 2011, com o aluno IX, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio)

Entrevistado: Acho que a solução para o problema da demanda de alunos seria

⁴² Disponível em: <http://www.faecetec.rj.gov.br/index.php/noticias/2854-escola-estadual-agricola-antonio-sarlo-incentiva-producao-animal-e-vegetal-no-norte-fluminense>. Acesso em 16/05/2012.

divulgar o curso em si, porque esse é o problema que mais afeta o número de alunos. Além do mais, não adianta ter o curso; se as pessoas não sabem o que é o curso, como vão ter interesse de fazer o curso? Só existe interesse de fazer uma coisa depois que você sabe o que é, né? Ninguém entra de “gaiato” pra fazer nada. (Entrevista realizada em 14 de julho de 2011, com a aluna I, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio)

Sobre a propagação da existência da escola, o aluno afirma:

Entrevistador: Qual a contribuição da SECTI-FAETEC para essa pouca demanda de alunos?

Entrevistado: Não a FAETEC, mas o próprio governo representado por ela, muitos alunos não estudam na escola, mas o ensino oferecido pela FAETEC é bom, falta divulgação! Mas não é culpa da escola, tanto que na exposição tem um stand. Mas falta divulgação da FAETEC, falta verba para a divulgação, porque se tivesse verba, a escola ia usar. Mas essa verba também é por número de alunos, aí, quanto menos alunos, menos verba, e fica aquele negócio fechado. A FAETEC e a escola têm que se unir; se não fosse a Internet, e o meu primo, eu nem ia saber que existe a escola em Campos. Eu acredito que muitos não conhecem a escola, como eu falo com meus amigos, que nunca ouviram falar da escola. Primeiramente, tem que fazer divulgação, a princípio em Campos e depois da região em volta. (Entrevista realizada em 5 de julho de 2011 com o aluno II, do terceiro ano do curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio).

Podemos dizer, assim, que, apesar da existência de instrumentos concretos de divulgação do curso desde a criação da escola, como é o caso da Exposição Agropecuária e, na gestão da SECTI-FAETEC, as Semanas do Técnico em Agropecuária e Floresta, essas ações, segundo os alunos entrevistados, não são eficientes a ponto de reverter a atual situação do curso técnico em agropecuária. Acredita-se que essa insuficiência resida nas características dessas iniciativas que, por serem pontuais, já que ocorrem apenas uma vez ao ano, não conseguem atingir a um grande quantitativo de jovens. Da mesma forma, essas atividades possuem um caráter restrito, pois seu poder de alcance se limita aos alunos da própria comunidade ao redor da escola que participam dos eventos ocorridos em sua área, ou do próprio município ao visitarem a Exposição Agropecuária.

Contudo, o fato de apenas os alunos destacarem a questão da divulgação do curso como principal fator da redução nas demandas de alunos, se deve à vivência desse problema por eles próprios; pois, de acordo com seus depoimentos quando questionados sobre como ficaram sabendo do curso, apenas um aluno respondeu que soube pelo site da SECTI-FAETEC, os outros nove alunos souberam por meio de outras fontes, sendo elas: parentes que estudaram na escola, amigos que concluíram o curso técnico em agropecuária, além do fato de a maioria desses alunos residirem próximo à escola, o que facilitou o conhecimento de suas atividades.

Considerações Finais

No trabalho empreendido, buscou-se, a partir de uma análise política, econômica e histórica, compreender os aspectos que contribuíram para o declínio das demandas de alunos para o curso técnico em agropecuária oferecido pela ETEAAS, a partir da gestão da SECTI- FAETEC no ano de 1999. No primeiro momento da investigação, procurou-se identificar as políticas destinadas à educação profissional agrícola e de que maneira elas poderiam ter contribuído para a atual situação do curso. A partir dessa análise percebeu-se que as políticas destinadas à educação profissional agrícola foram marcadas por rupturas e mudanças. Nessa perspectiva, essa educação profissional, em nível nacional, transitou entre o Ministério de Agricultura e o Ministério da Educação e Cultura, permanecendo sob a responsabilidade deste último até os dias atuais.

Apesar dessa transição na esfera federal, as decisões políticas se preocuparam em preservar as necessidades específicas da formação em agropecuária, que ainda são discutidas nessa esfera de poder. Tais decisões se referiam também a questões que influenciaram diretamente nas demandas para o curso profissionalizante em agropecuária, a saber, a “Lei do Boi” estabelecida na década de 1960, que visava à reserva de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola que ofereciam cursos de nível médio e superior para alunos agricultores ou filhos destes; e, ainda, o documento de (Re) significação do Ensino Agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, oficializado no ano de 2009, que teve entre suas propostas a democratização das matrículas de alunos destinadas aos cursos profissionalizantes das áreas agrícolas, dando prioridade à seleção de estudantes filhos de agricultores familiares, e à garantia de uma estrutura de suporte ao estudante, contemplando o transporte, a alimentação e a residência estudantil, gratuita e de qualidade.

Por outro lado, um dos objetivos deste trabalho foi investigar como os fatores econômicos influenciam as transformações das demandas de alunos para a formação profissional agrícola no município de Campos. Para o atendimento desse objetivo tentou-se destacar os aspectos mais importantes que contemplaram as atividades do setor agropecuário campista entre o momento de criação da escola e a atualidade. Nesse contexto identificou-se que, na década de 1950, período de criação da ETEAAS, ocorreu um processo de modernização do setor agropecuário brasileiro, via criação ou potencialização de três instrumentos: o crédito rural, a extensão rural e a pesquisa em agropecuária. Apesar desses instrumentos não terem sido alcançados nem por todos os produtores rurais nem por todas as regiões brasileiras, repercutiram, no município

de Campos dos Goytacazes, no desenvolvimento da atividade sucroalcooleira, que dispôs de créditos fartos e indiscriminados, fato que atribuiu ao município o *status* de maior produtor de açúcar do Brasil, chegando a ter em seu território mais de dez unidades industriais de açúcar e álcool. Nessa conjuntura, a construção de uma escola agrotécnica se mostrou fundamental à difusão de tecnologias destinadas principalmente a esse setor.

Sendo assim, o momento favorável vivenciado pelo setor agropecuário brasileiro, bem como pelo setor sucroalcooleiro campista, foi fundamental para o prestígio da formação técnica em agropecuária entre os jovens não somente do município de Campos, mas de outros estados do Brasil. Porém, em meados da década de 1980, o setor sucroalcooleiro campista, responsável pela incorporação de técnicos em agropecuária formados pela ETEAAS, passou a enfrentar uma grave crise que culminou no encerramento das atividades de várias usinas campistas. As dimensões dessa crise foram apontadas, de forma consensual, pelos sujeitos entrevistados nessa pesquisa, como essenciais para o entendimento da redução eminente das demandas de alunos para a formação técnica em agropecuária no município.

No capítulo III deste trabalho buscou-se, por meio da reconstrução da trajetória histórica da ETEAAS, conjugar os aspectos políticos e econômicos a fim de compreender de que maneiras esses aspectos influenciaram diretamente nas matrículas de alunos para o curso em questão antes da gestão da SECTI-FAETEC. No percurso escolhido para a construção desse estudo, investigou-se inicialmente o processo de construção da formação técnica em agropecuária no município, que estava sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio, permanecendo assim até o ano de 1973. A gestão dessa Secretaria caracterizou-se por oferecer condições privilegiadas destinadas à educação profissional agrícola, entre elas, recursos disponibilizados para a compra da fazenda na qual a escola se localiza; oferta de regime de internato para alunos residentes em outras áreas; contratação de profissionais de destaque especializados nas disciplinas técnicas, vinculados a instituições públicas de desenvolvimentos das atividades agrícolas e pecuaristas e, finalmente, a implementação do projeto de extensão rural próprio da escola, que vislumbrava além da divulgação dos conhecimentos científicos nas áreas agrícola e pecuaristas, os cursos oferecidos pela escola.

Esse atendimento especializado conjugado ao momento propício de modernização do setor agropecuário fez com que a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio inventasse uma instituição formativa de qualidade reconhecida e prestigiada, não apenas pelos jovens de outros estados brasileiros que se

dirigiam à ETEAAS para cursarem a formação técnica em agropecuária, mas também por alguns professores, ainda atuantes na escola, que demonstram um sentimento saudosista em relação a esse período. Contudo, não se pode afirmar que o prestígio do curso, nessa gestão, tenha se refletido em uma ambição numérica de alunos, uma vez que a ETEAAS não disponibilizou esses dados. Na verdade, acredita-se que o aumento do número de alunos para esse curso tenha sido consequência das iniciativas dessa gestão, e não seu principal anseio.

No entanto, tais condições adequadas à realização dessa formação foram alteradas entre os anos de 1973 e 1999, período da gestão da Secretaria Estadual de Educação. O estudo de Oliveira (1991) enfatizou a ocorrência, nesse momento, de uma homogeneização das ações destinadas a ETEAAS e essa equidade fez com que a escola perdesse espaços de formação profissional, anteriormente conquistados. Esses lugares teriam sido adquiridos a partir das mediações entre os professores da escola e as instituições públicas vinculadas às atividades de agricultura e pecuária. Além disso, outra ação formativa que ficou comprometida com a transferência da escola para a Secretaria Estadual de Educação, foi a extinção do projeto de extensão rural efetivado pelo Serviço de Divulgação da Escola Agrotécnica, o que afetou não apenas a divulgação regular dos conhecimentos científicos, mas também a divulgação das atividades desenvolvidas pela escola entre os jovens residentes em áreas rurais. E, por fim, durante a gestão da Secretaria Estadual de Educação, a ETEAAS sofreu com a ausência de recursos, uma vez que passou a disputá-los com outras escolas profissionalizantes da rede estadual e todas as outras escolas de educação básica. Ainda que essas mudanças não interferissem necessariamente nas demandas de alunos para o curso, afetavam, porém, a sua qualidade, o que com o passar dos anos implicou na redução do número de alunos.

A respeito das influências dos fatores econômicos sobre as matrículas de alunos ainda nessa gestão, pode-se afirmar que, até meados da década de 1980, o setor agropecuário vivenciou um período de franca modernização, indicado inclusive pela criação e expansão das empresas destinadas ao desenvolvimento e divulgação de pesquisas nessa área: EMBRAPA, EMBRATER, EMATER e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO). Em Campos, essas pesquisas se desdobraram na criação de dois importantes programas direcionados ao setor sucroalcooleiro: Programa de Melhoramento da Cana-de-Açúcar (PLANALSUCAR), em 1971 e, ainda, o PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), criado em 1975. Apesar disso, a partir da década de 1980, esse setor enfrentou uma grave crise, que se aprofundou com o encerramento das atividades do Instituto do Açúcar e do Álcool,

culminando no fechamento de várias usinas. Por outro lado, as atividades petrolíferas no município, nesse período, começaram a emergir.

Todavia, neste momento de conclusão, é pertinente apontar respostas, ainda que provisórias, àquelas questões iniciais apresentadas na introdução deste trabalho. Nesse caso, a partir da realização de entrevistas com atores inerentes às dinâmicas da ETEAAS, na atualidade, pude constatar que para eles, os motivos esclarecedores do desprestígio da formação técnica em agropecuária na atualidade, se alocaram em duas esferas: Uma externa, relacionada aos fatores econômicos, que interferem diretamente nas características da formação; e outra interna, constituída por decisões políticas tomadas no âmbito da SECTI-FAETEC.

No que diz respeito à primeira, destacou-se o contexto socioeconômico local atual, cuja principal atividade econômica está relacionada à produção de petróleo, a qual ocasiona mudanças nas políticas econômicas, que por sua vez buscam valorizar as atividades mais lucrativas em detrimento das atividades agrícolas do município. Os reflexos dessas mudanças estão evidenciados nos poucos investimentos no setor agrícola campista e na ausência de aperfeiçoamento e desenvolvimento em tecnologias, que culminam em um desinteresse dos jovens em cursar o técnico, cujo mercado de trabalho oferece poucas oportunidades rentáveis, se comparadas às atividades petrolíferas.

Ainda no que toca à questão das influências dos fatores econômicos para a situação do curso técnico, importa salientar que, apesar de a formação profissional oferecida pela ETEAAS abranger outras atividades do setor agropecuário, apenas a crise de setor sucroalcooleiro e posteriormente a emergência das atividades de produção e extração de petróleo foram apontadas como prejudiciais ao interesse dos jovens pela formação técnica em agropecuária. Esse fato demonstra a hegemonia e a tradição da cultura canavieira entre as atividades agrícolas desenvolvidas no município, como também está presente no cerne da formação técnica, uma vez que atualmente os alunos que estudam na escola são predominantemente da região Norte Fluminense e quase que exclusivamente do município de Campos dos Goytacazes. Nesse contexto, é natural que os sujeitos tenham enfatizado apenas os aspectos econômicos mais característicos do município campista.

No entanto, apesar da transição econômica vivenciada pelo município de Campos, consolidada na substituição das atividades sucroalcooleiras para as atividades petrolíferas responsáveis pelas maiores participações no Produto Interno Bruto campista ser considerada unanimemente pelos sujeitos da pesquisa como basilar no desprestígio da formação técnica em agropecuária, essa situação não é analisada pelos

sujeitos como a única e determinante desse processo.

Os sujeitos desta pesquisa elencaram ainda uma conjunção de problemas vinculados às decisões políticas tomadas no âmbito da SECTI-FAETEC, os quais, segundo seus pontos de vista, comprometeriam as matrículas de alunos para o curso técnico em questão, a saber: disponibilidade e centralização dos recursos financeiros; efetivação de políticas de convênios e parcerias para a realização de estágios; ineficiência dos mecanismos de divulgação do curso técnico e o encerramento das atividades do alojamento.

No tocante à eleição desses problemas é relevante destacar que com exceção do encerramento das atividades do alojamento, os outros não são inéditos na história da formação técnica em agropecuária; pois, há vinte anos; o trabalho de Oliveira (1991) apontou esses mesmos problemas (embora com uma abordagem diferenciada) como causadores da perda de qualidade da formação profissional oferecida pela ETEAAS. É válido ainda dizer que, embora esses problemas não tivessem relação direta ou contribuíssem imediatamente para a redução de alunos para o curso, colaboraram, com o passar dos anos, para que essa situação ocorresse e se agravasse.

A permanência desses problemas, ocorridos desde a gestão da Secretaria Estadual de Educação, nos dá indícios de que a SECTI-FAETEC, apesar de não se colocar como responsável pelo desprestígio da formação profissional em agropecuária, uma vez que esse fato antecede a sua gestão, não direciona ações para a reversão dessa questão. Ao contrário, com ações centralizadoras e pouco preocupadas com as necessidades peculiares da formação em destaque, agrava-o ainda mais. Nesse sentido, podemos afirmar que, mesmo que a incorporação da escola pela SECTI-FAETEC a priori tenha representado para os diretores e professores da instituição um avanço, pois houve nesse momento uma melhor assistência no que diz respeito ao atendimento das necessidades da formação técnica em geral com a construção de laboratórios e melhor qualificação para os professores, só o foi se comparada ao período de gestão da Secretaria Estadual de Educação. Essas iniciativas não foram suficientes para a superação do desprestígio da formação, elucidado ainda na gestão da Secretaria Estadual de Educação.

Além disso, a transferência da capacidade de decisão da Escola Técnica Estadual Agrícola Antonio Sarlo para a FAETEC, instituição aparentemente distanciada das necessidades específicas da formação técnica agrícola, culminou em alterações das práticas institucionais, que resultaram no isolamento da escola. A dimensão desse isolamento encontra-se na perda de um tradicional espaço, anteriormente conquistado e importante quanto à questão das demandas de alunos — o alojamento. Os motivos

para rompimento da tradição da oferta do alojamento ainda é uma lacuna, pois não houve nenhuma explicação por parte da SECTI-FAETEC quanto a essa questão. Aliás, não ocorreu nenhuma contra-argumentação por parte dessa Secretaria, que se negou a conceder entrevistas para a realização desta pesquisa.

A conjunção de motivos apontados pelos sujeitos como colaboradores para a retração da formação técnica em agropecuária entre os jovens faz com que alguns professores da área técnica alimentem o sentimento de saudosismo associado à instituição formativa criada na gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio. No entanto, não se pode afirmar que esse sentimento seja comum aos outros professores da escola. Igualmente não se pode afirmar que a permanência da escola sob a administração dessa Secretaria impediria a atual situação do curso técnico, uma vez que a gestão da Secretaria Estadual de Agricultura, Indústria e Comércio se deu em um contexto social, político e econômico heterogêneo.

Em outra perspectiva, recentemente está sendo analisada a possibilidade de transferência das instalações da ETEAAS para a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), mas as discussões sobre essa transferência ainda acontecem no interior das instituições envolvidas. No caso da UENF, segundo o informativo divulgado pela própria universidade em 24/08/2011, a discussão sobre essa questão ainda irá transitar em diversas instâncias, como a Câmara de Graduação, o Colegiado Acadêmico e o Conselho Universitário. Essa situação tem criado expectativas positivas por parte dos professores das disciplinas técnicas entrevistados nessa pesquisa. Esses docentes esperam que a escola se torne um colégio de aplicação da universidade. Seria essa uma nova fase para a ETEAAS? Ou seu último suspiro de vida?

Por fim, acredita-se também na relevância deste trabalho para a Educação Profissional Agrícola, ainda negligenciada pelos trabalhos acadêmicos. Afinal, entende-se que a oportunidade de investigar a experiência singular de formação, como a produzida pela ETEAAS, pode contribuir de forma significativa para a melhoria dessa educação e, conseqüentemente, das atividades econômicas do município, que ainda se encontram em parte ancoradas no setor agropecuário, especialmente o sucroalcooleiro. Espera-se, portanto, que este trabalho possa inspirar outros estudos que focalizem experiências formativas variadas, em diferentes instituições de ensino agrotécnico do país.

Referências

- ALVES, E. Embrapa: um caso bem-sucedido de inovação institucional. **Revista de política agrícola**. Brasília, v.1, n.1, p. 65-73, jul. 2010.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.1, n.2, p.123-151, ago. 2006.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Ed., 1994.
- BRASIL. Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art.36 e os artigos 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 abr. 1997.
- _____. Decreto n.º 22.830 de 20/01/1933. Art.309. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1933.
- _____. Decreto-lei 9.613 de 20/08/1946. Lei orgânica do ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1946.
- _____. Decreto n.º 60731, de 19/05/1967. Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os Órgãos de Ensino do Ministério da Agricultura e dá Outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 de maio 1967.
- _____. Decreto n.º 72.434, de 9 de Julho de 1973. Cria a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola - COAGRI - no Ministério da Educação e Cultura. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de jul. 1973.
- _____. Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de jul. 2004.
- _____. Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de dez. 1961.
- _____. Lei n.º 5.465, de 3 de julho de 1968. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 de jul. 1968.
- _____. Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 11 de ago. 1971.

_____. Lei n.º 8.028, em 12 de abril de 1990. O Ensino Agrotécnico passa a estar vinculado à Secretaria Nacional de Educação Tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 12 de abr. 1990.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dez. 1996.

_____. Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 25 set. 2008.

_____. MEC/SEMTEC. **Educação média e tecnológica: fundamentos, diretrizes e linhas de ação**. Brasília, 1994.

_____. MEC/SENETE. Diretrizes de funcionamento das escolas agrotécnicas. Brasília, 1990.

_____. Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. **Contribuição à construção de políticas para o ensino agrícola da rede federal**. Brasília, maio. 2007.

_____. Ministério do Trabalho. **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**, Brasília, 1995.

_____. **(Re) significação do ensino agrícola da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: documento final**. Brasília, abril. 2009.

CIAVATTA, Maria. “A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino Médio Integrado – Concepções e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONTINI, E. et al. Dinamismo da agricultura brasileira. **Revista de política agrícola**. Brasília, v. 19, n. esp, p. 42-64, jul. 2010.

CRUZ, J. L. V, da. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R. M. ; SILVA NETO, R.(org.) **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes, RJ : WTC, 2004. p. 77- 115.

CUNHA, L. A. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p.35-60, maio-ago, 2000.

FRANCO, M. L. B. Introduzindo a problemática do ensino técnico agrícola e um pouco de sua história. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 1, n.1, p. 41-64, 1987.

FRIGOTTO, G. Políticas para o ensino técnico-profissional. In: OLIVEIRA, Maria Neusa de. **As políticas educacionais no contexto da globalização**. Ilhéus : Editus, 1999.

FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estatuto**. Altera e consolida o estatuto de apoio à escola técnica do Rio de Janeiro - FAETEC e dá outras providências. Rio de Janeiro, 4 de mar., 2010

_____. **Regimento escolar da Educação Básica/Técnica da rede FAETEC**. Rio de Janeiro, 2008.

GERARDI, L. H. de O. Algumas reflexões sobre modernização da agricultura. In: **Geografia**, Rio Claro, v. 5, n. 9/10, p. 19-34, 1980.

HOBSBAWN, E. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E. ; RANGER, T. **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas : Ed.Unicamp, 1990, p. 462 -476.

MANFREDI, S. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo : Cortez, 2002.

MENDONÇA, S. R. de. Estado e ensino agrícola no Brasil: da dimensão escolar ao extensionismo-assistencialismo (1930-1950). In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, VII, 2006, Quito. **Anais eletrônicos ...Quito** : ALASRU-FLACSO, 2006. p. 01-10.

MIRANDA, D. S. ; SILVA, R. G. ; ALMEIDA, L. B. Impactos ambientais da exploração e produção de petróleo na Bacia de Campos-RJ. **Revista de divulgação do Projeto Universidade Petrobrás/IF Fluminense**. Campos dos Goytacazes-RJ, v.1, p.133-138, dez. 2010.

MUELLER, C. C. A política agrícola no Brasil: uma visão de longo prazo. **Revista de política agrícola**. Brasília, v. 19, n. esp., p. 9 – 23, jul. 2010.

NAVARRO, Z. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de política agrícola**. Brasília, v.19, n. esp., p. 107-118, jul. 2010.

OLIVEIRA, M. R de. **Colégio Agrícola: múltiplos interesses**. Estudo do processo de

constituição social de um colégio agrícola.199?. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFF, Niterói, RJ, 1991.

ORIENTADOR Agrícola, Campos dos Goytacazes, nº 1, Jul. 1961.

PAMPLONA, R. M.. **As relações entre o Estado e a escola:** um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil. 200?. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

PASSOS, R. S ; PASSOS, M. A. Cursos de formação inicial e continuada como estratégia para a inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho: experiência em unidade da rede FAETEC/RJ. **Meta:** avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.335-351, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://metaavaliacao.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewArticle/37>> Acesso em: 27 ago. 2011.

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação. **Textos em discussão.** Brasília, out. 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm>. Acesso em: 05 fev. 2012.

PESSANHA, R. M. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes (1991-2000). In: PESSANHA, R. M. ; SILVA NETO, R.(org.) **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes, RJ : WTC , 2004. p. 307-332.

RIO DE JANEIRO. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.** RJ, 30 março. 1999.

RIO DE JANEIRO (estado). Lei n.º 5.597, de 18 de dezembro de 2009. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE/RJ, e dá outras providências. **Atos do Poder Legislativo.** Rio de Janeiro, 2009.

RIZZINI, I. ; CASTRO, M. R. ; SARTOR, C. D. **Pesquisando...** guia de metodologias de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro : Ed.USU, 1999.

RODRIGUEZ, C. M. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. **Cadernos de Difusão de Tecnologia,** Brasília, v. 4, n. 1, jan./abr. 1987.

SANTOS, R. F. dos. O crédito rural na modernização da agricultura brasileira. **Revista Economia e Sociologia Rural,** Brasília, v.26, n.4, p.392-404, out./dez. 1988.

SILVA, G. J. da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São**

- Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v.7, n.3, p.2-10, jul/set, 1993. (Projeto Iris/Desep-CUT, fev. 1993.)
- SILVA, R. C. S ; CARVALHO, A. M. Formação econômica da Região Norte Fluminense. In: PESSANHA, R. M. ; SILVA NETO, R. **Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo.** Campos dos Goytacazes, RJ : WTC, 2004. p. 27-74.
- SIQUEIRA, A. C. **Propostas conteúdos e metodologia do ensino agrotécnico que interesses articular e reforçar?** Dissertação [Mestrado Educação] – UFF, Niterói, RJ, 1986.
- SMIDERLE, D. A. V, de. **O multiforme do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes (RJ).** Campos dos Goytacazes, RJ : Fundação Cultural Oswaldo Lima, 2010.
- SOARES, A. M. D. ; OLIVEIRA, L. M. T. de. Ensino técnico agropecuário e formação de professores: “novas” perspectivas ou uma velha receita? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal, 2002. **Anais...** Natal, RN : UFRN, 2002.
- SOBRAL, F. M. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense.** 2004. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas/ Fac. de Educação. Campinas, 2004.
- SZMRECZSANYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, B. (org.) **História geral da civilização brasileira:** período republicano. São Paulo : Difel, 1984. v. 4.
- TEPPETINO, C. **Cotidiano escolar e mudança sociocultural:** a experiência do Colégio Stella Maris, 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUC, Rio de Janeiro, 2007.

Sites consultados

- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Acesso em: 05/02/2012.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA. Disponível em: <http://www.faetec.rj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=71>. Acesso em: 12/01/2011.
- FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA. Disponível em: <<http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/noticias/2854-escola-estadual-agricola-antonio-sarlo-incentiva-producao-animal-e-vegetal-no-norte-fluminense>>. Acesso em 16/05/2012.

IMPrensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <www.imprensaoficial.rj.gov.br/>. Acesso em: 05/02/2012.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 05/02/2012.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Dados do Censo Escolar**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/default.asp>> Acesso em: 12/01/2011.

Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/>> Acesso em: 12/01/2011.

Petrobras. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/>> Acesso em 16/05/2012.

Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.rj.gov.br/>> Acesso em: 16/05/2012.

Apêndices

APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

I) Núcleo Institucional

1. Nome:
2. Idade:
3. Nível de escolaridade:
4. Endereço:
5. Há quanto tempo trabalha nessa instituição? Qual cargo ocupa?
6. Há quanto tempo ocupa esse cargo?
7. De que forma avalia o processo de transferência do ensino profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia?
8. Qual fator na sua visão foi motivador dessa transferência?
9. Quais as principais alterações notadas após esse processo?
10. De que forma esse processo de transferência afetou a formação profissional em agropecuária?
11. Existe algum tratamento especial dado pela secretaria para atender as necessidades específicas do curso em agropecuária?
12. Como você avalia a situação do internato da escola?
13. Como você avalia a importância do internato para a escola?
14. Como você avalia a política de parcerias e convênios estabelecida pela escola atualmente?
15. Como você analisa a criação de novos cursos como fruticultura e técnico em floresta?
16. A que fatores você atribui a falta de demanda de alunos para o curso de agropecuária?
17. Qual seria para você uma possível solução para esse problema?
18. Você acredita que a atual situação do curso de agropecuária estaria relacionada a fatores econômicos? Por quê?

II) Núcleo Pedagógico

1. Nome:
2. Idade:
3. Nível de escolaridade:
4. Endereço:
5. Há quanto tempo trabalha nessa instituição? Qual cargo você ocupa?
6. De que forma avalia o processo de transferência do ensino profissional para a Secretaria de Ciência e Tecnologia?
7. De que forma esse processo de transferência afetou a formação profissional em agropecuária?
8. Houve alguma alteração após o processo de transferência na sua prática pedagógica?
9. Como você avalia o interesse dos seus alunos pelo curso?
10. Existe algum tratamento especial dado pela secretaria para atender as necessidades específicas do curso em agropecuária?
11. Como você avalia a situação do internato da escola?
12. Como você avalia a importância do internato para a escola?
13. Como você avalia a política de parcerias e convênios estabelecida pela escola atualmente?
14. Como você avalia a formação dos seus alunos e a entrada no mercado de trabalho?
15. Como você analisa a criação de novos cursos como fruticultura e técnico em floresta?
16. A que fatores você atribui a falta de demanda de alunos para o curso de agropecuária?
17. Qual seria para você uma possível solução para esse problema?
18. Você acredita que a atual situação do curso de agropecuária estaria relacionada a fatores econômicos? Por quê?

III) Núcleo Estudantil

1. Nome:
2. Idade:
3. Nível de escolaridade:
4. Endereço:
5. Há quanto tempo estuda nessa instituição? Onde estudou anteriormente?

6. Como ficou sabendo do curso em agropecuária?
7. Por que você se interessou em fazer o curso de agropecuária?
8. Quais instituições são conveniadas com a escola para o cumprimento dos estágios?
9. Você reside no internato? Há quanto tempo?
10. Como você avalia a situação do internato da escola?
11. Como você avalia a importância do internato para a escola?
12. Como você avalia a sua formação? O que te faz acreditar que você será ou não um bom profissional?
13. Quais as suas expectativas em relação ao mercado de trabalho?
14. Você dará prosseguimento aos estudos nessa mesma área?
15. Como você analisa a criação de novos cursos como fruticultura e técnico em floresta?
16. A que fatores você atribui a falta de demanda de alunos para o curso de agropecuária?
17. Qual seria para você uma possível solução para esse problema?
18. Você acredita que a atual situação do curso estaria relacionada a fatores econômicos? Por quê?

APÊNDICE B - Modelo de questionário para o perfil dos alunos

1. Idade:
2. Sexo:
3. Bairro onde mora:
4. Escola que estudou anteriormente:
5. Renda familiar:
 - () Um salário R\$ 545,00
 - () Entre 2 e 3 salários
 - () Entre 4 e 5 salários
 - () Mais salários



Papel Supremo 250g/m² com laminação fosca(capa)
Offset 90g/m² (miolo)

Tipologia (capa) Myriad Pro e Gentium Basic
(miolo) 17 x 24 cm (com orelhas de 7 cm)

Formato 500

Tiragem Globalprint Editora Gráfica LTDA - ME.

Impressão Tel.: (31) 3198 1100